

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"  
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

**JEOVANA NUNES RIBEIRO**

**O TRABALHO RURAL E A SAZONALIDADE DO CAFÉ:  
UM ESTUDO SOBRE ASSALARIADOS DO MUNICÍPIO DE CAMPO BELO - MG**

**FRANCA**

**2014**

**JEOVANA NUNES RIBEIRO**

**O TRABALHO RURAL E A SAZONALIDADE DO CAFÉ:  
UM ESTUDO SOBRE ASSALARIADOS DO MUNICÍPIO DE CAMPO BELO - MG**

**Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, para a obtenção do título de Doutor em Serviço Social. Área de Concentração: Serviço Social: Trabalho e Sociedade.**

**Orientadora: Profª Dra. Raquel Santos Sant’Ana**

**FRANCA**

**2014**

Ribeiro, Jeovana Nunes.

O trabalho rural e a sazonalidade do café : um estudo sobre assalariados do município de Campo Belo – MG / Jeovana Nunes Ribeiro. – Franca : [s.n.], 2014.

173 f.

Tese (Doutorado em Serviço Social). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.

Orientador: Raquel Santos Sant'Ana

1. Serviço social rural. 2. Trabalhadores rurais. 3. Emprego temporário. I. Título.

CDD – 362.851

**JEOVANA NUNES RIBEIRO**

**O TRABALHO RURAL E A SAZONALIDADE DO CAFÉ:  
UM ESTUDO SOBRE ASSALARIADOS DO MUNICÍPIO DE CAMPO BELO - MG**

**Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, para a obtenção do título de Doutor em Serviço Social. Área de Concentração: Serviço Social: Trabalho e Sociedade.**

**BANCA EXAMINADORA**

**Presidente:** \_\_\_\_\_  
**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Raquel Santos Sant’Ana**

**Examinador 1:** \_\_\_\_\_  
**Prof. Dr. José Fernando Siqueira da Silva – UNESP/Franca-SP**

**Examinador 2:** \_\_\_\_\_  
**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Elisabete Maniglia – UNESP/Franca-SP**

**Examinador 3:** \_\_\_\_\_  
**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Edméia Correa Netto – IMESB**

**Examinador 4:** \_\_\_\_\_  
**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Livia Hernandez Carvalho – UFTM**

**Franca-SP, 10 de dezembro de 2014.**

Dedico aos trabalhadores do campo, em especial meus avós (*in memória*) que foram exemplo de vida e luta em minha vida.

A minha mãe (*in memória*), fonte de inspiração, orgulho e incentivo em minha caminhada, sem ela, não chegaria a desenhar as primeiras letrinhas do alfabeto, avaliemos elaborar uma tese de doutorado, que mesmo ausente fisicamente, sua presença é forte em minha jornada.

Ao meu filho Rainer, um ser lindo que me ensina, diariamente, novas formas de ver e viver a vida. O meu maior presente na vida terrena e minha força de viver nesse mundo tão desigual.

## AGRADECIMENTOS

Aos meus pais (in memória), que me permitiram viver com eles, dias de sol e de chuva. Especialmente minha mãe Socorro Nunes, meu maior exemplo de ser humano, meu amor maior.

A meu filho, Rainer, meu amor eterno, fonte da minha inspiração, razão de meu viver, por quem luto diariamente, ensinando e aprendendo com ele, a viver nesse mundo desigual, acreditando, sobretudo, que um mundo melhor, justo e mais humano é possível.

Aos meus companheiros Bidu e Bob, amigos pets, fieis e inseparáveis. Quantas noites, juntinhos, acordados na escrita da tese? Eu no meu cantinho lendo e escrevendo e eles, carinhosamente atentos, ouvindo e vendo minha aflição.

Pela presença viva em minha vida, pelo amor e laço familiar que nos uniu, agradeço as minhas irmãs, mulheres de fibra e garra: Maurícia, a ciumenta e questionadora, que assumiu o papel de mãe (rsrsrs); Nilda, a que puxa a orelha e mesmo distante, sempre presente; Vânia, a estilosa e exemplo de cuidados; Silvana, a perturbadora, que carinhosamente perturbava minhas noites, pois antes de dormir ligava ou passava mensagens perguntando já terminou a tese? Vocês são meu porto seguro e exemplo de respeito às diferenças, cada uma com seu perfil.

Meus sobrinhos e sobrinhas: Jennifer Karoline, Bianca, Nicolle, Enzo Lopes e Álvaro Bernardo; a minhas tias: Tia Ziva, quem induziu os meus primeiros passos, Maria Rita (tia Lira) minha madrinha e segunda mãe que sempre me acolhe nas horas mais delicadas; Josefa (tia Zefa) que me faz sorrir e gargalhar, tia Tânia a que fala assim, carinhosamente, “eita nega veia tu venceu em?” Aos meus tios Nonato (padrinho) e Antônio; a toda primaiada e em especial, Mariana Dantas, que representa as fêmeas da família e não posso deixar de mencioná-la como exemplo de ser humano, pois enviava mensagens para saber e dar notícias, sempre presente, nesse momento tão importante, e meu primão Juliano, que representa os machos e me acolhe carinhosamente, desde a infância cuida de mim, como um irmão, nossa história está eternizada desde o antigo velocípede. A distância maltratou muito, entretanto, confesso, não tive medo de encarar o mundo porque sempre soube de meu porto seguro, no nordeste. De coração, obrigada pelo carinho e por me permitir fazer parte da vida de vocês. Amo-os infinitamente!

A minha orientadora Dra. Raquel Sant'Ana, guerreira e mestra na arte de ensinar e aprender. Um exemplo de sensibilidade e de coração bondoso. Aqui conheci um ser com nata simplicidade, brilhante intelectualidade e com quem estou tendo o prazer de conviver e aprender. Meus sinceros agradecimentos pelo ensinamento, paciência, dedicação e profissionalismo, um grande exemplo. Psiu: Quando eu crescer, quero ser, pelo menos, um pouquinho, igual a você!

Ao Professor Dr. José Fernando, por quem nutro grande admiração, embora não tive o prazer de encontrá-lo em sala de aula, durante meu doutoramento, sempre faço questão de ouvir suas palestras e aprender com sua fala e seu direcionamento nos encontros de nossa categoria.

A professora Dra. Elisabete Maniglia, pelo carinho, compromisso e orientações em meu trabalho. No dia de minha qualificação, nos conhecemos e quero levá-la em meu coração e na minha vida profissional, como um grande exemplo de ser humano.

As professoras Dra Edméia Correa Netto e Dra Livia Hernandez Carvalho, pela disponibilidade e contribuições.

A bibliotecária Laura Jardim, que de forma carinhosa e paciente respondia aos e-mails, ajustando a tese várias vezes. Sua atenção e dedicação me fortaleceram. Que exemplo de ser humano!

Aos funcionários da pós-graduação em Serviço Social da UNESP-Franca, em especial Luzinete e Lauro, pelo carinho e atenção durante o meu doutoramento e, principalmente, no processo de escrita da tese, que no finalzinho é doloroso demais e vocês com o jeitinho carinhoso, sabem nos conduzir no processo.

Aos professores do programa e em especial, aqueles que ministraram disciplinas e colaboraram, significativamente, com minha formação no doutoramento. Meus sinceros agradecimentos.

Aos meus colegas de doutorado, representados pela pessoa de Ana Lúcia Martins Kamimura. Uma amiga-irmã, essencial e muito especial nesse processo. Foram tantos momentos, sorrisos e angústias trocadas para além da UNESP. Contigo aprendi que “tudo posso Naquele que me fortalece”.

Ao pai de meu filho, José Ribeiro de Albuquerque Neto, pela contribuição nos momentos mais difíceis e, principalmente, durante a escrita de minha tese. Tudo na vida tem um preço, assim, gostaria de dizer que, também, sei ser grata, não só chata. Muito obrigada por tudo!

As amigas do tempo da faculdade, as sempre divas: Aparecida Pontes (Cida) a articuladora dos encontros, carinhosa e preocupada: “quando é que tu vem em Jeo?”; Emanuela (Manu) a que me leva ao samba; Angélica (Gelzinha) que não aceita a solidão e diz: “um amor faz muito bem” hahaha; Pecilda (Pel) a companheira de signo e tantas outras coisas em comum, principalmente, de um bom vinho; Helenória, que me ensinou que o tempo supera todas as coisas, perdoar é o caminho e o silêncio é sabedoria. Durante meu doutoramento, as minhas idas ao nordeste vocês enchiam de alegria minhas férias e sustentavam a tristeza de meu regresso. Eita momento difícil... Caramba, eu não sei viver sem vocês. Um brinde a nós!

A Danielle Lugo (Dani), companheira desde a formação profissional, passamos por tantas histórias na graduação, você representando os estudantes a frente do diretório acadêmico e eu, com meus questionamentos, que saudade. Depois seguimos para especialização em direitos humanos e, agora, rumos diferentes foram dados as nossas vidas, mas sempre que possível, um alô é recíproco, além do carinho e respeito que sempre foram presentes em nossa vida. Uma vez ou outra, ouço a sua voz dizendo: mulher!

Aos amigos de infância, ainda hoje presentes em minha vida e em especial Lucieny Augusto, que representa aos demais, pois foram muitos. Escolhi você por ser a mais ciumenta e a mais presente. Ainda na infância, nos separamos, mas o destino preparou nosso reencontro durante nossa formação profissional, nos corredores da UFPB. Embora em cursos diferentes, nos intervalos das aulas e nas férias, encontrávamos. Contigo aprendi tanta coisa amiga. Como é bom tê-la ao meu lado.

Aos amigos do pedal, em especial Gláucia e Emerson, que representam os demais. Obrigada pelas palavras e os pedais, almoços, sorrisos e histórias para aliviar o estresse. Vocês foram fundamentais nesse processo!

A minha família mineira: Cici e Consolação, meus pais adotivos, obrigada pelos almoços de domingo, pelos charutos turcos (comida deliciosa), pelo carinho,

palavras e orientações de vida. Sem vocês não sei o que seria de mim em Campo Belo-MG. Aqui registro minha eterna gratidão e gostaria de reforçar que amizade verdadeira não acaba, mas é carregada no coração por toda a eternidade! A Lisieux pelo carinho, diálogo sobre os pets e preocupação com minhas viagens, vez ou outra perguntando vai viajar de novo? Ainda não acabou essa tese? A Lislely, sem você não sei o que seria de mim, principalmente, no finalzinho das entrevistas, pois tirastes dias de tuas férias para correr nos campos comigo, atrás de trabalhadores. A você, sou muito grata!

Aos demais amigos e amigas, dos quatro cantos do Brasil, em especial Olsymara Cavalcanti pelas palavras, orientações e apoio; Érika Lima, Teresa Peixoto, Rosenária Ferraz, D. Hilda (in memória), Wânia Campos, Ezequiel Orcine, Ciro Andrade, Reginaldo França e tantos outros. Vocês foram essenciais nesse processo e em minha vida!

A todos os Assistentes Sociais que formei. Quero lembrar-lhes que vocês, também, contribuíram com minha trajetória profissional.

Aqueles que me inspiram: Cláudia Mônica (UFJF), Cleusa Santos (UFRJ), Sebah Andrade (UEPB), Sarita Vieira (UFPB), Aparecida Ramos (UFPB), Bernadete de Lourdes (UFPB), Ana Lúcia Aurino (UFPB), Patrícia Crispim (UFPB) e tantos outros.

A Gleicy Tavares pelas palavras amigas e peixadas que fomos comer nos botecos de Campo Belo, arrancando-me sorrisos e tirando meu estresse, aqui quero deixar um beijo especial para sua mãe Fran, que pessoa linda, que mãezinha querida ganhei. Vocês são muito especiais pra mim.

A Wellington Tavares, por disponibilizar sua dissertação sobre o mundo do trabalho fabril no município de Campo Belo. Obrigada companheiro!

A Carla Procópio, pelas mensagens, músicas cantadas e tocadas ao som da viola e violão, apoio e carinho. Além de você, levarei seus pais: Léo Cafundó e Tiana Procópio, em meu coração, eternamente. Enfim, não tenho palavras para descrever o carinho que sinto por vocês.

Aos colegas de trabalho de todas as instituições que passei, pelo carinho, respeito e confiança depositada. As cobranças da produtividade muitas vezes nos deixam sem norte e estressa. Gostaria de lembrar que os embates são necessários e nos fortalece. Obrigada companheiros.

A Nícolas Vladimir, meu amigo Ní, pela revisão da tese e por fazer parte de nossa vida. Aqui um professor-pai-amigo de meu “pequeno”. Não imaginas o quanto me ajudou e contribuiu na educação de meu filho, fortalecendo nosso laço, no momento que eu mais precisava. Você sempre presente em nossa vida, vez ou outra puxava a nossa orelha, com suas sábias palavras. Sou muito grata a ti.

Ao professor Dr. José Gilberto de Souza, da UNESP de Rio Claro, pelos artigos, livros e por disponibilizar sua tese de doutorado, durante a escrita de minha tese. Fostes muito importantes nesse processo. De coração, muito obrigada!

Ao professor Dr. Pedro Ramos, da UNICAMP, pela orientação sobre a colhedora de café, durante o congresso de Araraquara. Muito obrigada pelos trabalhos, artigos e contatos disponibilizados.

Ao professor Dr. Guilherme Costa Delgado, pelo carinho, atenção e contribuição na escrita de minha tese.

A pessoa que cuidou de minha saúde, durante os estresses na constituição dessa tese, Dra. Jaqueline de Paula Jacome, grande exemplo de ser humano e excelente profissional. Quero levá-la em meu coração, aonde quer que eu vá. Obrigada pela atenção, carinho e amizade. Da relação médico-paciente, eterniza-se em mim um anjo-amiga.

E aquela que cuidou de meu sorriso, Dra. Louise Reis, grande profissional e amiga, que me doou a sua paciência auditiva nas horas que mais precisei desabafar. Escuto sua voz aconselhando: “nada bobo, vamos tomar um chopinho que tudo passa” e passou mesmo amiga!

A todos que contribuíram de uma forma ou de outra, com palavras e atitudes, mesmo sem perceber, me fortaleceram. Valeu a pena, cada momento!

Obrigada Deus, eu confio em Ti e respeito às diferentes opiniões!

“Por um mundo onde sejamos socialmente iguais,  
humanamente diferentes e totalmente livres.”

(Rosa Luxemburgo)

RIBEIRO, Jeovana Nunes. **O trabalho rural e a sazonalidade do café**: um estudo sobre assalariados do município de Campo Belo-MG. 2014. 173 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2014.

## RESUMO

O Trabalho rural é o tema de reflexão apontado em nosso estudo a fim de compreender nosso objeto de estudo: as condições de trabalho vivenciadas pelo trabalhador da colheita de café, com o objetivo de analisar como os trabalhadores sobrevivem às passagens sazonais e cíclicas do café, abordando, sobretudo, as condições de trabalho e a busca pelas políticas sociais enquanto forma de sobrevivência pós-ciclos. O percurso que nos induziu ao estudo do trabalho rural, na região Sul de Minas Gerais, foi, por ser considerada, hoje, a maior região produtora de café do mundo. Isto nos chamou a atenção para compreender em primeiro lugar, o trabalho rural, levando em consideração as condições de trabalho que envolve desde o trabalho sazonal, a jornada de trabalho, produção, salário; e em segundo, as alternativas de sobrevivência encontradas pelos trabalhadores na entressafra do café. Utilizamos a pesquisa qualitativa, onde aplicamos um questionário semiestruturado a 20 trabalhadores rurais e 01 questionário aos funcionários das instituições EMATER; MTE e Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município. O período de colheita ocorre em 05 meses, a partir do final do mês de abril e pode se estender até outubro, o que significa dizer que pós-safra muitos trabalhadores ficam "desempregados temporariamente". Os dados da pesquisa de campo revelam situações muito graves: a maioria trabalha na informalidade, sem nenhum tipo de vínculo empregatício, desprovidos dos direitos sociais, inclusive do seguro desemprego no período de entressafra; o processo de trabalho adocece os trabalhadores e a remuneração é insuficiente para um patamar mínimo de dignidade e, a maior evidência é que mesmo com a existência do benefício social: Programa Bolsa Família, nenhum de nossos entrevistados tem acesso à política social, tendo em vista o caráter da seletividade e da condicionalidade do programa.

**Palavras-chave:** trabalhador rural. café. empregados temporários.

RIBEIRO, Jeovana Nunes. **The rural labor and the seasonality of coffee**: a study of employees in the municipality of Campo Belo-MG. 2014. 173f. Thesis (Ph.D. in Social Work) - Faculty of Humanities and Social Sciences, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2014.

### **ABSTRACT**

Rural Work is the theme of reflection pointed in our study in order to understand our object of study: the work conditions experienced by the coffee crop harvesters, with the aim of analyzing how workers survive the seasonal and cyclical periods of coffee, addressing primarily the working conditions and the quest for social policies as a means of survival post-cycles. The path that led us to the study of rural labor in the southern region of Minas Gerais, was, as it is considered today the largest producer of coffee in the world. This drew our attention to understand first, the rural work, taking into account the working conditions since it involves seasonal work, working hours, production, earnings; and second, the alternatives of survival faced by workers in the coffee's offseason. We used qualitative research, where we apply a semi-structured questionnaire to 20 farm workers and 01 questionnaire to the employees of the following institutions :EMATER; MTE and the Union of Rural Workers of the municipality. The harvest period is of 05 months; from the end of April and it might extend until October, which means that post-harvest many workers are "temporarily unemployed". Data from field research reveal very serious situations, most work in the informal sector without any employment, deprived of social rights, including unemployment insurance in the off-season; the work process sickens workers and the compensation is insufficient for a minimum level of dignity and, most evidence is that even with the existence of social benefit: "Bolsa Familia Program", none of our interviewees have access to social policy, with a view the character of the selectivity and conditionality of the program.

**Keywords:** rural worker. coffee. temporary employees.

RIBEIRO, Jeovana Nunes. **La mano de obra rural y la estacionalidad de café: un estudio de los empleados en el municipio de Campo Belo-MG.** 2014. 173f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2014.

## RESUMEN

El trabajo rural es el tema de reflexión señalado en nuestro estudio con el fin de entender nuestro objeto de estudio: las condiciones de trabajo experimentadas por los trabajadores de la cosecha de café, con el objetivo de examinar cómo los trabajadores sobreviven las pasajes estacionales y cíclicos del café. El camino que nos llevó al estudio de la mano de obra rural en la región sur de Minas Gerais, fue, ya que se considera hoy en día el más grande productor de café del mundo. Esto llamó nuestra atención para entender en primer lugar, el trabajo rural, teniendo en cuenta las condiciones de trabajo, ya que implica el trabajo de temporada, las horas de trabajo, la producción, el salario; y en segundo lugar, las alternativas de supervivencia que enfrentan los trabajadores en el café en la baja temporada. Se utilizó la investigación cualitativa, donde se aplica un cuestionario semi-estructurado a 20 trabajadores agrícolas y un cuestionario a los empleados de las instituciones EMATER; MTE y la Unión de Trabajadores Rurales del municipio. El período de cosecha es de 05 meses a partir de finales de abril y puede extenderse hasta octubre, lo que significa que después de la cosecha que muchos trabajadores están "temporalmente desempleados". Los datos de la investigación de campo revelan situaciones muy graves, la mayoría del trabajo en el sector informal, sin ningún empleo, privados de derechos sociales, entre ellos el seguro de desempleo en la baja temporada; el proceso de trabajo enferma los trabajadores y la compensación no es suficiente para un nivel mínimo de dignidad y, la más grande evidencia es que, incluso con la existencia del beneficio social: Programa Bolsa Familia, ninguno de los encuestados tiene acceso a la política social, con el fin del carácter de la selectividad y la condicionalidad del programa.

**Palabras clave:** trabajador rural. café. los empleados temporales

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1 - Recorte por sexo na colheita de café .....</b>	<b>113</b>
<b>Gráfico 2 - Correlação entre o percentual de imóveis versus número total de imóveis e área total em ha da estrutura fundiária de Campo Belo- MG .....</b>	<b>139</b>
<b>Gráfico 3 - Área média em hectares por estrato em Campo Belo-MG.....</b>	<b>140</b>

## LISTA DE ILUSTRAÇÃO

<b>Ilustração 1 - Visita ao café .....</b>	<b>35</b>
<b>Ilustração 2 - Entrevistando na colheita.....</b>	<b>36</b>
<b>Ilustração 3 - Boias fria do café .....</b>	<b>97</b>
<b>Ilustração 4 - Geadas na colheita de café .....</b>	<b>117</b>
<b>Ilustração 5 - Trabalhadora na colheita de café.....</b>	<b>119</b>
<b>Ilustração 6 - Colheita Manual do Café Arábica.....</b>	<b>129</b>
<b>Ilustração 7 - Processo de Secagem Manual do Café .....</b>	<b>131</b>
<b>Ilustração 8 - Derridadeira de café para colheita semi-mecanizada .....</b>	<b>132</b>
<b>Ilustração 9 - Colhedoras de café K-3 e KTR para colheita mecanizada .....</b>	<b>135</b>

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1 - Produção Agrícola Municipal - Lavoura Permanente: Café Arábica e Canephora/Robusta em Campo Belo .....</b>	<b>142</b>
<b>Tabela 2 - Estabelecimentos em Campo Belo, com pés de café.....</b>	<b>142</b>

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1 - Perspectivas de sobrevivência dos apanhadores de café .....</b>	<b>89</b>
<b>Quadro 2 - Imigrantes do café.....</b>	<b>105</b>
<b>Quadro 3 - Visão dos trabalhadores rurais sobre a colheita de café .....</b>	<b>136</b>
<b>Quadro 4 - Estrutura Fundiária de Campo Belo em 2014 .....</b>	<b>138</b>

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEP	Comitê de Ética e Pesquisa
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CTPS	Carteira de Trabalho
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRATER	Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
EPIs	Equipamento de Proteção individual
ET	Estatuto da Terra
ETR	Estatuto do Trabalhador Rural
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FHC	Fernando Henrique Cardoso
HA	Hectares
IAC	Instituto Agrônomo de Campinas
IBC	Instituto Brasileiro do Café
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MEC	Ministério da Educação
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
NR	Norma regulamentadora
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PBF	Programa Bolsa Família
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PETROBRAS	Petróleo Brasileiro S.A.
PIB	Produto Interno Bruto
PRP	Partido Republicano Paulista
PRM	Partido Republicano Mineiro
SINE	Sistema Nacional de Emprego
UFPA	Universidade Federal de Lavras
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNIFENAS	Universidade José do Rosário Vellano

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>20</b>
 <b>CAPÍTULO 1</b>	
<b>A CONTRIBUIÇÃO MARXISTA A PESQUISA .....</b>	<b>24</b>
1.1 A produção do conhecimento e serviço social: reflexões a partir da perspectiva marxiana .....	25
1.2 Percurso teórico-metodológico e instrumentais de pesquisa.....	31
1.3 Objetivos da pesquisa.....	33
1.4 As dificuldades encontradas na pesquisa.....	33
1.5 Análise dos instrumentos utilizados.....	38
 <b>CAPÍTULO 2</b>	
<b>O CAFÉ NO BRASIL .....</b>	<b>41</b>
2.1 Breves reflexões sobre a história do café no Brasil.....	42
2.2 A expansão do café e o processo migratório.....	45
2.3 O café da Monarquia a República.....	49
2.4 O café e as transformações econômicas e sociais .....	53
 <b>CAPÍTULO 3</b>	
<b>O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL E O TRABALHO RURAL..</b>	<b>58</b>
3.1 Breve histórico dos direitos sociais .....	59
3.2 As transformações sociais e a modernização da agricultura.....	70
3.3 O café e o mercado de Commodities .....	73
 <b>CAPÍTULO 4</b>	
<b>O TRABALHADOR RURAL FRENTE AO TRABALHO SAZONAL DO CAFÉ .....</b>	<b>84</b>
4.1 O trabalho rural na contemporaneidade .....	85
4.2 Impactos do desemprego estrutural para o trabalhador rural.....	99
4.3 Trabalhador Rural: Jornada e Instrumentos de Trabalho .....	112
4.4 A precarização social do trabalho e o processo de colheita de café.....	125
4.5 Estrutura fundiária de Campo Belo-MG .....	138

<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>144</b>
-----------------------------------	------------

<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>152</b>
-------------------------	------------

#### **APÊNDICES**

<b>APÊNDICE A - Roteiro de entrevista semi-estruturadao aplicado ao trabalhador rural .....</b>	<b>165</b>
---	------------

<b>APÊNDICE B - Roteiro de entrevista semi-estruturadao aplicado ao chefe da Agência do Ministério do Trabalho e Emprego .....</b>	<b>167</b>
--	------------

<b>APÊNDICE C - Roteiro de entrevista semi-estruturadao aplicado ao engenheiro agrônomo da EMATER .....</b>	<b>168</b>
---	------------

<b>APÊNDICE D - Roteiro de entrevista semi-estruturadao aplicado à secretária do sindicato .....</b>	<b>169</b>
--	------------

#### **ANEXOS**

<b>ANEXO A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido .....</b>	<b>171</b>
---	------------

<b>ANEXO B - Parecer do Comitê de Ética.....</b>	<b>172</b>
--	------------

## **INTRODUÇÃO**

Este trabalho é resultado da pesquisa realizada para doutorado junto Programa de Pós Graduação em Serviço social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Franca, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca. Procurou-se analisar como os trabalhadores sobrevivem às passagens sazonais e cíclicas do café, abordando, sobretudo, as condições de trabalho no município de Campo Belo-MG.

O debate sobre o trabalho sazonal no café é relevante porque essa cultura, na da região Sul de Minas Gerais, emprega anualmente, milhares de trabalhadores, muito dos quais migrantes de diferentes regiões do país.

Embora não tenha sido o migrante o foco do nosso estudo, mas o trabalhador rural, percebemos em linhas gerais que o trabalhador do café é um migrante, pois ainda hoje migra para diferentes regiões do país em busca de trabalho, assim como, também, percebemos em nosso estudo que 100% dos trabalhadores entrevistados têm origem migratória e se deslocam da cidade para o campo em busca de trabalho.

O Brasil se estabelece como o maior produtor de café do mundo, do século XXI, e sua produção ocorre nos Estados de Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Bahia, Espírito Santo e Rondônia. Todavia, é importante ressaltar que o cultivo da maior produção de café no Brasil se concentra na região sudeste do país (SANDALJ; ECCARDI; QUENTAL, 2003).

Em nosso estudo relatamos que antes da modernização da agricultura, o café precisava de áreas com climas propícios para produção, enquanto que hoje, o café pode ser plantado em quase todas as regiões.

Ressaltamos que, na contemporaneidade, existem poucos estudos sobre trabalhador rural no café, e isto instigou a nossa pesquisa. Por outro lado exigiu um árduo processo de pesquisa e um movimento muito determinado no sentido de entender a realidade tratada a partir de tão poucas referências. O material que ora apresentamos foi a síntese possível desse processo. No percurso encontramos muitos estudos sobre a superexploração do trabalhador no canavial, mas no café, apenas, pesquisas relacionadas a qualidade da produção, melhoria do grão e formas de intensificação da colheita mecanizada, o que vem a contribuir ainda mais com a superexploração, precarização do trabalho e o desemprego estrutural.

Para compreender a formação social do Brasil, utilizamos a tese de Prado Júnior (1981) por entendermos que, esta nos dá subsídios para analisar a realidade

e as contradições da história social do país, na base de exploração acarretada pela sociedade colonial rural, que, na figura dos donos das terras e grandes latifundiários, reprimia as demandas das classes populares e promovia os interesses econômicos para atender ao capital externo, ou melhor, a mundialização do capital.

Assim como, apropriarmos-nos dos estudos de Marx (2013, p. 856), sobre as “[...] legislações sanguinárias contra os expropriados” da terra, para compreender as mudanças e pressões sofridas pelo trabalhador rural, e percebemos que o Brasil é partícipe de processo semelhante, onde a agricultura viveu momentos de profundas rupturas e transformações, o que levou a um maciço êxodo rural, aumentando a população urbana e a oferta de mão-de-obra para a indústria nascente.

Também utilizamos de estudos de diferentes autores para nos dar subsídios frente à construção dos capítulos que ora apresentamos:

No primeiro capítulo esboçamos o caminho que percorremos para alcançarmos os resultados da pesquisa, tendo como fio norteador **o método dialético**. Assim, neste capítulo apresentamos os instrumentos que utilizamos na pesquisa, os objetivos propostos e as dificuldades encontradas no decorrer do estudo.

No segundo capítulo situamos a história do café no Brasil, relatamos mesmo que sinteticamente a história do Brasil monocultura e a exploração da mão-de-obra, onde fizemos reflexões sobre o processo migratório dos trabalhadores rurais e finalizamos com a política do café com leite e a crise de 1929, lembrando que não há uma sincronia entre o tempo histórico brasileiro e os processos internacionais.

No terceiro capítulo abordamos o processo de industrialização no Brasil e os direitos sociais dos trabalhadores rurais e urbanos; esboçamos também o processo de modernização da agricultura e as consequências desse processo para o trabalhador rural, bem como a comoditização do café enquanto produto de exportação.

No quarto capítulo, trazemos os resultados da pesquisa de campo realizada no município de Campo Belo-MG, onde entrevistamos 20 trabalhadores rurais, o Engenheiro Agrônomo da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), o chefe da agência do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e a Secretária do Sindicato do Trabalhador Rural, do município, para investigar as

condições de trabalho dos apanhadores de café. Neste sentido, dividimos este capítulo da seguinte maneira:

- O trabalho rural na contemporaneidade;
- Os impactos do desemprego estrutural para o trabalhador rural;
- O Trabalhador rural: sua jornada e instrumentos de trabalho;
- Precarização social do trabalho e o processo de colheita de café;
- Estrutura fundiária do Município de Campo Belo-MG.

Ressaltamos neste espaço que para realização deste estudo recebemos apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Assim, gostaríamos de registrar aqui, que a bolsa de estudo é, sem dúvida, um dos primeiros passos ao estímulo à pesquisa e foi imprescindível para que ficássemos disponíveis, viabilizando a pesquisa e escrita da tese.

## **CAPÍTULO 1**

### **A CONTRIBUIÇÃO MARXISTA A PESQUISA**

Quando se reflete sobre a realidade, o sujeito aprende muito, pois ‘a realidade nunca mais será a mesma’, neste sentido se faz necessário utilizar as palavras de Lulu Santos: ‘nada do que foi será’. (GUERRA, 2011, informação verbal)<sup>1</sup>.

### 1.1 A produção do conhecimento e serviço social: reflexões a partir da perspectiva marxiana

Neste capítulo esboçaremos o caminho que percorremos para alcançar os resultados da pesquisa, tendo como fio norteador **o método dialético**, por entendermos que: “A dialética não considera os produtos fixados [...]”, neste sentido, consideramos o método mais completo para compreender e explicar o movimento do real, a partir da pesquisa ou da “[...] busca das mediações.” (KOSIK, 2011, p. 21; PONTES, 2010, p. 161).

A dialética trata da ‘coisa em si’. Mas a ‘coisa em si’ não se manifesta imediatamente [...]. Para chegar à sua compreensão, é necessário fazer não só um certo esforço, mas também, um *détour*. [...] Portanto, a realidade não se apresenta aos homens, à primeira vista, sob o aspecto de um objeto que cumpre intuir, analisar e compreender teoricamente, cujo pólo oposto e complementar seja justamente o abstrato sujeito cognoscente, que existe fora do mundo; apresenta-se como um campo que se exercita a sua atividade prático-sensível, sobre cujo fundamento surgirá a imediata intuição prática da realidade. (KOSIK, 2011, p. 13-14).

Guerra<sup>2</sup> relata que a realidade configura-se na constante de ir e vir. Implica-se movimento, que muitas vezes é do intelecto. O conhecimento é provisório, porque a realidade é provisória, afinal, ela está sempre mudando.

Entendemos que as pesquisas na área do serviço social devem ser realizadas sob a orientação da **teoria marxista**, tendo em vista o direcionamento do nosso projeto profissional, e por ela nos permitir uma leitura dinâmica e histórica da sociedade burguesa, apontando as contradições da produção e reprodução do capital e da desigualdade social, que são inerentes às relações sociais na ordem do capital, tão presente em nossa sociedade contemporânea. Neste sentido, concordamos com a autora Iamamoto (2008b) quando relata que utilizá-la não se trata duma questão de religiosidade ou dogmatismo.

<sup>1</sup> Guerra, aula inaugural, dada para alunos da pós-graduação em Serviço Social, da UNESP, Franca-SP, no dia 14 mar. 2011.

<sup>2</sup> Guerra, aula inaugural, dada para alunos da pós-graduação em Serviço Social, da UNESP, Franca-SP, no dia 14 mar. 2011.

Trata-se de empreender, desde Marx e Engel até os dias de hoje, um esforço explicativo acerca da questão social, já que o que está subjacente às suas manifestações concretas é o processo de acumulação do capital, produzido e reproduzido com a operação da lei do valor, cuja contraface é o crescimento relativo da pauperização (CARDOSO, I. C. C., et al., 1997).

Nossa pesquisa se insere como uma competência do fazer profissional do Assistente Social, lembrando que essa é nossa profissão, assim, pontuamos neste espaço, o significado e a formação profissional orientada para a produção de novos conhecimentos, visando colaborar com as pesquisas, principalmente, na área de atribuição desta.

Ressaltamos que não há como fazer serviço social sem pesquisa, além disto, o fortalecimento das atividades investigativas na área do serviço social pode ser impulsionado por uma política de pesquisa para a área, que, sem ferir a liberdade na busca do conhecimento, estimule a investigação em torno de eixos prioritários a fim de preservar as conquistas obtidas e materializá-las no exercício cotidiano, o que exige preencher um amplo campo de mediações entre as bases históricas, teórico-metodológicas e éticas acumuladas (CARDOSO, F. G., 1998).

Para situarmos a pesquisa no Serviço Social é necessário inserir-se no caminho que conduz a formação profissional do Assistente Social como uma exigência de superação do pragmatismo, o qual foi marcante na história de sua prática profissional.

Como sabemos desde a proposta curricular de 1982 a pesquisa foi incluída como matéria básica dos cursos de graduação, e, no curso de Serviço Social esta é exigida não, apenas, como matéria, mas se constitui num dos princípios e numa condição da formação profissional (IAMAMOTO, 2008b).

A aproximação teórica da profissão ao universo marxista ocorre a partir de meados dos anos 1960, na América Latina, no movimento de reconceituação do Serviço Social. Instaura-se, a partir daí, uma tendência ao debate plural no campo das ideias, no meio acadêmico. É impossível decifrar a profissão independente do diálogo crítico com o acervo intelectual, que vem alimentando, historicamente, a cultura profissional, qualificação profissional e função na sociedade, entretanto, sofrendo hoje, os influxos da crítica pós-moderna (IAMAMOTO, 2008b).

Podem-se distinguir, neste processo de inserção do pensamento marxista no Serviço Social brasileiro, dois momentos: um, primeiro, correspondente

ao período que vai do fim dos anos 1970 até o final dos 1980 e aquele que então se inicia e se prolonga até hoje. No primeiro, próprio à crise e à derrota da ditadura e ao afluxo dos movimentos democráticos e populares, a referência formal ao marxismo e a Marx tornou-se dominante entre as vanguardas profissionais; houve mesmo uma espécie de moda do “materialismo histórico”. No segundo, sob a pressão do neoconservadorismo pós-moderno que começou a envolver as ciências sociais, o marxismo “entrou em baixa” no Serviço Social – o elegante tornou-se a adoção de “novos paradigmas”. De qualquer maneira, há um saldo objetivo indiscutível: *a inserção do pensamento de Marx contribuiu decisivamente para oxigenar o Serviço Social brasileiro e, desde então e apesar de tudo, constituiu-se nele uma nova geração de pesquisadores que se vale competentemente das concepções teórico-metodológicas de Marx.* (PAULO NETTO, 2009, p. 30, grifo do autor).

A produção de conhecimento na área de Serviço Social iniciou-se a partir dos anos 1970 quando foram criados os primeiros cursos de pós-graduação na área de Ciências Sociais e como resultado da Reforma Universitária imposta pela ditadura que legitimou o Serviço Social no âmbito acadêmico. Surgiram primeiro, os mestrados e depois, nos anos oitenta, os doutorados; também foram fomentadas as especializações (KAMEYAMA, 1998).

É nos espaços da pós-graduação, cujos primeiros frutos se recolhem no trânsito dos anos setenta aos oitenta, que, no Brasil, se inicia e, nos anos seguintes, se consolida a produção de conhecimentos a partir da área de Serviço Social – então, o corpo profissional começou a operar a sua acumulação teórica. Um balanço desta produção mostra que, apesar de muito desigual, ela engendrou uma massa crítica considerável, que permitiu à profissão estabelecer uma interlocução fecunda com as ciências sociais e, sobretudo, revelar quadros intelectuais respeitados no conjunto do corpo profissional e, também, em outras áreas do saber. (PAULO NETTO, 2006, p. 151).

A década de 1980 marca o reencontro do Serviço Social consigo mesmo, no que se refere à busca de estabelecimento de novas bases para a compreensão do seu passado histórico, das particularidades de sua prática na sociedade marcada por relações de classe, da sua relação com o Estado e com as forças da sociedade civil e de sua posição quanto às demandas sociais, cada vez mais complexas, situando-se no âmbito da divisão sóciotécnica do trabalho. Esta década é fundamental para o entendimento da profissão hoje, pois significa o início da maturidade da tendência, atualmente, hegemônica na academia e nas entidades representativas da categoria e, com isso, a interlocução real com a tradição marxista. A maioria acadêmica do Serviço Social é reconhecida como área de produção do conhecimento, fomentada por uma teoria social crítica (IAMAMOTO, 2004; GUERRA, 2009).

Mas o que é o conhecimento? Luckesi (2005) procura respondê-lo afirmando que o conhecimento é a explicação, elucidação da realidade e decorre de um esforço de investigação para descobrir aquilo que está oculto. Só depois de compreendido em seu modo de ser é que um objeto pode ser considerado conhecido. Adquirir conhecimento não é compreender a realidade imediata retendo informações, mas utilizando-se desta para desvendar o novo e avançar, a partir do processo de reflexão.

Segundo Iamamoto (2008b), as últimas décadas atestam que, no Brasil, os Assistentes Sociais deram um salto em sua qualificação e produção acadêmica. A profissão é regulamentada pela Lei nº 8.662 de 1993, orientada pelo Código de Ética Profissional de 1993, Resolução do Conselho Federal de Assistência Social nº 273/93, com seus princípios fundamentados na defesa intransigente dos direitos sociais e humanos; posicionamento em favor da equidade e justiça social; defesa do aprofundamento da democracia enquanto socialização da participação política; e ampliação e consolidação da cidadania com vistas à garantia dos direitos civis, sociais e políticos das classes trabalhadoras, e pelos núcleos de fundamentação teórica de formação profissional, propostos nas Diretrizes Curriculares<sup>3</sup> para a Formação Profissional em Serviço Social, encaminhadas ao Ministério da Educação (MEC).

O Serviço Social brasileiro, nas últimas décadas, redimensionou-se num forte embate contra o tradicionalismo profissional e seu lastro conservador, adequando criticamente a profissão às exigências do seu tempo, qualificando-a teoricamente, como atesta a produção acumulada nas últimas duas décadas e o crescimento da pós-graduação. Também nesse processo, a profissão fez um giro radical na sua dimensão ética e no debate, nesse plano. Constituiu democraticamente a sua normatização, expressa no Código de Ética de 1993, que dispõe de um caráter de obrigatoriedade ao estabelecer os direitos e deveres do assistente social, segundo princípios e valores radicalmente humanistas. (IAMAMOTO, 2008b, p. 225).

O resultado de um movimento do pensamento para se apreender o objeto é a teoria, na concepção marxista, que por ser condição para explicar o real pode contribuir com as descobertas, a partir das determinações humanas, ou da prática. “O processo de conhecimento realizado a partir da imediaticidade tem dois momentos, que Marx elucida como ‘caminho de ida’ – ponto de partida – e o

---

<sup>3</sup> “As Novas Diretrizes Curriculares dos Cursos de Serviço Social, documento referendado em sua integralidade pela Assembléia Nacional da ABEPSS em 1996 e aprovado, com substanciais e prejudiciais alterações, pelo MEC.” (BRAZ; TEIXEIRA, 2009, p. 9).

‘caminho de volta’ – ponto de chegada.” O caminho de ida refere-se ao processo de abstração do concreto, partindo da aparência, do imediato, da busca de suas conexões, de suas determinações, posto pela prática. Já o caminho de volta é o momento em que volta-se para o concreto, que se torna concreto pensado de forma que a aparência e essência se encontram teoricamente, a partir da reflexão (SANTOS, 2010, p. 20).

Nesta direção, o sentido da reflexão é apontado por Guerra (2009) como uma clara definição do “para quê?”, desde que iluminada por uma racionalidade (como forma de ser e pensar) que seja dialética e crítica, conectada à capacidade de responder eficazmente às demandas sociais. O conhecimento tem origem na intuição, no entendimento (intelecto) e na razão dialética, enquanto momentos distintos, porém complementares. Vejamos:

- Conhecimento da intuição: a intuição produz um conhecimento efetivo a partir da percepção do objeto pelos órgãos sensoriais e pela impressão deste no cérebro, sendo um conhecimento instantâneo e imediato. Quando se intuí um objeto não há qualquer forma de julgamento, intui-se a sua figura exclusivamente e particular.

- Conhecimento do intelecto: é um modo operativo da razão que permite manipular os dados, mas não a compreensão da sua lógica constitutiva. É a aceitação passiva dos dados da realidade, apreensão da realidade pelos dados imediatos, nível do fenômeno, da empiria.

- Conhecimento proveniente da Razão Dialética: vai além do dado imediato, provisório, apanha a processualidade do real. A Razão recria as mediações pelas quais o real se constitui, vai além do dado imediato, supõe o movimento, supõe aceitar um pressuposto. Foi primeiro com Hegel, depois com Marx e Engels, que a dialética apareceu com função essencial na teoria do conhecimento. Para o marxismo, a filosofia consiste em reconstruir, com a dialética da razão, a dialética da realidade (GUERRA, 2009).

Paulo Netto (2009, p. 7) relata que para Marx, a teoria é uma modalidade peculiar de conhecimento, se distingue de todas as modalidades; por exemplo, a arte, o conhecimento prático da vida cotidiana, o conhecimento mágico-religioso; “[...] e tem especificidade: o conhecimento teórico é o conhecimento do objeto tal como ele é em si mesmo, na sua existência real e efetiva, independentemente dos desejos, das aspirações e das representações do pesquisador”.

*A teoria é, para Marx, a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa: pela teoria, o sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e a dinâmica do objeto que pesquisa. E esta reprodução (que constitui propriamente o conhecimento teórico) será tanto mais correta e verdadeira quanto mais fiel o sujeito for ao objeto. (PAULO NETTO, 2009, p. 7, grifo do autor).*

Pontes (2010) relata que a discussão teórico-metodológica em Marx tem o objetivo de analisar o conhecimento e a intervenção no plano das relações típicas da sociedade burguesa, que, certamente, é uma tarefa espinhosa. E, no caso do método dialético, há um fator complicador: a confusão que se faz entre as práticas sócio-econômico-políticas das sociedades que foram conhecidas como “socialismo real” e a teoria social de Marx, que traz na sua estrutura o método.

Marx inicia sua trajetória teórica quando se confronta polemicamente com a filosofia de Hegel, direcionando suas pesquisas para a análise concreta da sociedade moderna. O método dialético de Marx é oposto ao método de Hegel, uma vez que para Hegel o processo do pensamento é o criador do real, e o real é, apenas, a sua manifestação externa, enquanto que para Marx, o ideal não é mais do que o material transposto para a cabeça do ser humano e por ela interpretado, ou seja, para Marx, não basta olhar, mirar, é preciso analisar, investigar para além da aparência. Na investigação o pesquisador tem que apoderar-se da matéria, em seus pormenores, analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e de perquirir a conexão que há entre elas (MARX, 1968 apud PAULO NETTO, 2009).

Pontes (2010) nos remete a reflexão de que é importante lembrar que, Marx além de ter concebido um caminho metodológico revolucionário, apontou “o instrumento” através do qual é possível penetrar na intricada investigação do ser social: a abstração.

*Colocando-a não no sentido idealista do termo, mas como sendo a capacidade que a razão humana tem de ultrapassar a imediatez, captando as conexões submersas na imediatez do real. Hegel, embora tenha sido feliz no tratamento da relação intelecto-razão, não logrou êxito total por não alcançar a concretude da análise, que veio com Marx. (PONTES, 2010, p. 69).*

Paulo Netto (2009, p. 8) ressalta que, o caminho metodológico descoberto por Marx é a decorrência necessária da natureza do próprio objeto: “[...] sociedade burguesa - um sistema de relações construído pelos homens”, que produz e reproduz desigualdade social, pobreza, questão social.

No Serviço Social, Iamamoto (2005) e Paulo Netto (2001a, p. 162) relatam que a questão social é o seu objeto de estudo, ou seja a matéria prima, “[...] sua *raison d’être* [...] – sem ela, a profissão não há sentido para esta profissão.” Nessa perspectiva é fundamental avançar no conhecimento da população a quem se dirigem os serviços profissionais.

Em nosso estudo, avançamos nas leituras e na pesquisa do trabalhador rural no Sul de Minas, região que recebe anualmente milhares de pessoas para o trabalho na colheita de café. Muitas vezes para desenvolver o trabalho informal; migram doutras regiões, Estados, ou da zona urbana para rural, em busca de melhores condições de vida e acabam sofrendo com as transformações econômicas e sociais.

## 1.2 Percurso teórico-metodológico e instrumentais de pesquisa

Nossa pesquisa foi realizada no município de Campo Belo-MG, onde **entrevistamos 20 trabalhadores rurais**. Os trabalhadores que compuseram o universo desse estudo foram localizados a partir do contato estabelecido por outros moradores que conheciam previamente a pesquisadora. A partir desse conhecimento conseguimos realizar as entrevistas com apanhadores de café, do bairro Jardim América, tendo em vista a facilidade e a confiança depositada nos entrevistados por conhecer quem indicava.

**As falas dos trabalhadores rurais estão identificadas pelas 26 letras do alfabeto**, a fim de preservar suas identidades e manter o sigilo ético.

Solicitamos ao Trabalhador Rural, que assinasse o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), nos autorizando a realizar a entrevista para preenchimento do formulário **semiestruturado** com 06 questões de identificação pessoal, 14 questões relacionadas ao processo de trabalho e 10 questões sobre a vida do trabalhador - Ver Apêndice A.

Entrevistamos, também, os funcionários das instituições MTE (Apêndice B), EMATER (Apêndice C) e Sindicato do Trabalhador Rural (Apêndice D), com a finalidade de responder as inquietações, oriundas, a partir do contato com os trabalhadores rurais, bem como para dar maior clareza aos dados colhidos no estudo, evitando, desta forma, questionamentos duvidosos, principalmente, no capítulo dos resultados.

Guerra (2009) relata que quando o Assistente Social vai conhecer uma comunidade ou uma instituição é preciso questionar a realidade a partir de uma série de perguntas que se faz, a partir da razão. Todavia, não significa dizer que os objetivos que se quer alcançar serão alcançados, uma vez que qualquer ação humana está condicionada ao momento histórico em que ela é desenvolvida, a partir da realidade.

O contato e entrevista com outros interlocutores teve como objetivo permitir uma melhor apreensão da realidade e, inclusive o esclarecimento de algumas questões relatadas pelos trabalhadores em suas entrevistas como: - a existência ou não do fiscal do trabalho em Campo Belo; a atuação e a presença ou ausência do sindicato dos trabalhadores rurais.

A entrevista com o representante da EMATER foi necessária para certificarmos quantos produtores rurais de pequeno, médio e grande porte existe no município.

As entrevistas foram gravadas e transcritas na íntegra; depois foram analisadas a partir de categorias construídas da própria realidade anunciada pelos sujeitos.

Assim, partimos em busca das questões que surgiram e as possíveis respostas. Para tanto, pedimos que os funcionários das instituições entrevistadas assinassem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Como nos lembra Guerra (2009) a realidade social é complexa, heterogênea e os impactos de qualquer intervenção dependem de fatores que são externos a todos os sujeitos.

A partir do movimento real é que aprendemos a dialogar e é em direção a ele que precisamos lançar o nosso olhar, aguçar a nossa razão, estimular a nossa consciência crítica, de forma que possamos desvendá-lo (MARTINELLI, 1998, p. 145).

Lembrando que foram as perguntas que nortearam nosso estudo, a partir da reflexão, da razão, com o objetivo de aproximar cada vez mais do objeto pesquisado, utilizando o instrumento de pesquisa e os órgãos dos sentidos: audição e visão, que estavam afinados para captar a realidade social (GUERRA, 2009).

### 1.3 Objetivos da pesquisa

No projeto apresentado na qualificação de doutorado e enviado ao Comitê de Ética e Pesquisa (CEP), foram identificados os seguintes objetivos:

Primário: Analisar como os trabalhadores sobrevivem às passagens sazonais e cíclicas do café, abordando, sobretudo, as condições de trabalho e a busca pelas políticas sociais enquanto forma de sobrevivência pós-ciclos.

Secundário: 1. Analisar o trabalho rural da colheita de café em Campo Belo-MG; 2. Averiguar a relação capital-trabalho-política social nos períodos de entressafra do café e sobrevivência dos trabalhadores rurais; 3. Analisar o contexto sócio-histórico das pessoas que trabalham na colheita de café; 4. Analisar o significado das políticas de seguridade social na reprodução dos trabalhadores rurais do município de Campo Belo. Este último objetivo, foi retirado, no decorrer da pesquisa, tendo em vista que foram levadas em consideração as sugestões da banca examinadora do processo de qualificação e acatadas, no sentido de conduzir o estudo na perspectiva das relações de trabalho e do direito, uma vez que os indícios eram propícios para violação dos mesmos. É importante lembrar e ressaltar que, no município pesquisado não há, sequer, justiça do trabalho, e ainda, diversos autores tem sinalizado o retrocesso dos direitos sociais e a contrarreforma do Estado, em decorrência da reestruturação produtiva e da política neoliberal.

### 1.4 As dificuldades encontradas na pesquisa

Ressaltamos neste espaço que nossa pesquisa foi liberada pelo CEP, no dia 02 de abril de 2014, e logo em seguida partimos para realiza-la, tendo em vista que se aproximava o início da colheita de café, o que poderia dificultar nossa localização dos trabalhadores rurais apanhadores de café.

Partimos para entrevistar vinte (20) trabalhadores rurais, apanhadores de café e de fato, tivemos dificuldades para encontrar os vinte (20) sujeitos, tendo em vista que só conseguimos visitá-los, devido à indicação de moradores do bairro. Quando chegávamos as residências, muitas vezes não encontrava-os, sendo preciso retornar, uma, duas ou mais vezes a mesma residência, explicar sobre a pesquisa, ler o termo de consentimento livre e esclarecido, para a pessoa que nos recebia, que nem sempre era a mesma pessoa que nos atendia. Persistimos até o

ponto em que os trabalhadores se sentiram a vontade para responder as questões do estudo. De forma que:

- Quatorze (14) trabalhadores foram encontrados em suas residências: “A; B; C; D; E; I; J; K; L; M; N; P; Q; R”;

- Três (03) trabalhadores só responderam ao questionário porque deixamos as perguntas com a moradora do bairro para que ela aplicasse, com medo de ser identificados e perseguidos no trabalho, são eles: “F; G; H”;

- Um (01) trabalhador foi encontrado na esquina da praça, dialogando com os amigos: “O”;

- Duas (02) trabalhadoras: “S; T” foram encontradas nas roças. Estas foram as mais difíceis de entrevistar, pois a colheita de café havia iniciado e quando nos dirigíamos ao local de trabalho, elas se escondiam ao ouvir o barulho do motor do carro, com medo da fiscalização pois quase todos trabalham sem contrato formal de trabalho.

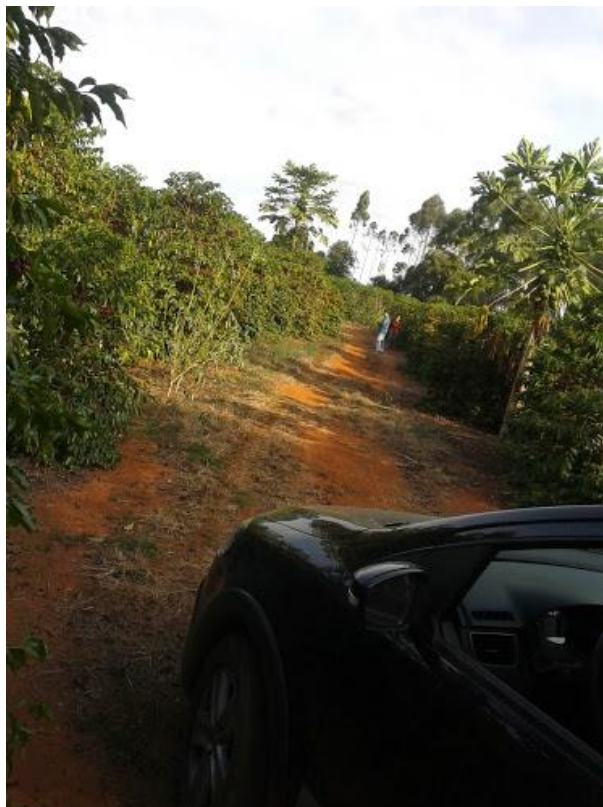
Guerra (2001) nos remete ao fato de que a intervenção e investigação formam um binômio e estão em relação dialética. Para intervir é preciso investigar e conhecer, não aleatoriamente, mas a partir de um objetivo determinado. E o nosso objeto estava voltado para o trabalho rural, de forma a investigar e conhecer a constituição do concreto (MARX, 1984b). Assim, questionamos a trabalhadora “T” qual o motivo dos trabalhadores rurais se esconderem ao ouvir o motor do carro?

A trabalhadora nos respondeu que:

Muitos trabalhadores não tem carteira assinada e são orientados pelos proprietários da fazenda de café, a esconder-se ao ouvir o barulho de qualquer automóvel porque pode ser a fiscalização e se não se esconder nós somos perseguidos, de forma que não encontramos mais trabalho, no café, porque **todos os fazendeiros se conhecem e passam a informação de quem contribui com eles**, de quem ajuda eles. (TRABALHADORA T, 2014, grifo nosso).

A ilustração, abaixo, retrata a nossa chegada a uma das fazendas visitadas, com o objetivo de realizar a entrevista com as trabalhadoras que estavam colhendo o café, todavia, é importante ressaltar aqui, que só conseguimos porque o morador do bairro se dispôs a ajudar, nos conduzindo até a fazenda, do contrário, não conseguiríamos encontrá-las, tendo em vista a nossa condição de pesquisadoras, naquele momento, sem conhecimento e sem crédito/confiança com o trabalhador rural.

### Ilustração 1 - Visita ao café



Fonte: Jeovana Nunes Ribeiro, 2014.

Reproduzimos, aqui, o ocorrido quando chegamos ao cafezal onde estavam os trabalhadores. O morador do bairro que tinha os contatos desceu do carro gritando: “[...] sou eu amiga, não é a fiscalização, vim com a moça fazer o trabalho da faculdade!” Só então a trabalhadora resolveu sair de dentro do cafezal e nos receber.

O que percebemos é que “[...] o trabalhador assalariado, está preso a seu proprietário por fios invisíveis”, como lembra Marx (2013, p. 677). De forma que, com esta pesquisa conseguimos entender o medo que o trabalhador tem em enfrentar o capitalista pela dependência/necessidade de trabalho.

Os autores Lessa e Tonet (2011, p. 94) relatam que “[...] na história da sociedade de classes, o trabalho alienado faz com que aos trabalhadores caiba não apenas a miséria material [...],” mas também, lhes é negado o direito de falar sobre o seu trabalho, para não ser considerados maus trabalhadores, problemáticos. Evitando desta forma, rótulos que venham a dificultar o acesso a outro espaço de trabalho ou um novo emprego. Vejamos a ilustração 2, na página seguinte.

## Ilustração 2 - Entrevistando na colheita



Fonte: Jeovana Nunes Ribeiro, 2014.

Guerra (2005) relata que não é possível oferecer ao Assistente Social um conjunto de regras de investigação pronto e acabado, é preciso atuar sobre a realidade, esta é o que nos conduz ao conhecimento e corrobora com Marx (1984b) ao afirmar que o método não é um conjunto de regras formais que se “aplicam” a um objeto que foi recortado para uma investigação determinada. A instrumentalidade da intervenção profissional é construída no movimento do real, a partir da realidade.

A teoria resultante da pesquisa deve excluir qualquer pretensão de “neutralidade”, assim como, os instrumentos ou as técnicas de pesquisa são as mais variadas, desde a análise documental até as formas mais diversas de observação para recolher dados, quantificar, explicar e expor. Na investigação, o pesquisador parte de perguntas, questões, enquanto que na exposição, parte dos resultados que obteve na investigação. São as perguntas feitas que conduz a aproximação do objeto de pesquisa (GUERRA, 2005).

A pesquisa científica exige conhecimento científico e, como tal, exige rigor, métodos e técnicas apropriadas. Não pode ser identificada com mera sistematização de dados, de modo que deve-se desenvolver um determinado

conhecimento que é procedimental. Necessita de um trabalho intelectual, que envolve preparo, formação, habilidades e competência.

Guerra (2009) relata que no serviço social as pesquisas visam compreender o significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio-histórico, identificar as demandas presentes na sociedade, ou seja, investigar, e, assim fizemos, partimos para analisar as demandas e percebemos que o medo de ficar desempregado, por parte do apanhador de café, sobrepõe a busca/luta pelo direito, o que faz com ele permaneça na aceitação da condição imposta.

A dimensão investigativa permite ao Assistente Social captar as particularidades da questão social, suas diversas expressões, bem como as demandas, tendo em vista que a realidade social não se apresenta de imediato, e, além disto, ela se particulariza em cada espaço sócio-ocupacional, daí a necessidade do contato direto com a realidade social. O grande desafio na atualidade é transitar da bagagem teórica acumulada ao enraizamento da profissão na realidade, atribuindo, ao mesmo tempo, uma maior atenção às estratégias, táticas e técnicas do trabalho profissional, em função das particularidades dos temas que são objetos de estudo e ação do assistente social (IAMAMOTO, 2005).

É a pesquisa que alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente à realidade do mundo. Portanto, embora seja uma prática teórica, a pesquisa vincula pensamento e ação. Ou seja, *nada pode ser intelectualmente um problema, se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática*. As questões da investigação estão, portanto, relacionadas a interesses e circunstâncias socialmente condicionadas. (MINAYO, 1994, p. 17, grifo da autora).

Guerra (2009) relata que a formação profissional orienta a formação de quadros habilitados, capacitados para fazer pesquisa, com o objetivo da intervenção propriamente dita, para produzir novos conhecimentos. É de responsabilidade das universidades, das agências de formação e apoio a pesquisa, manter seus núcleos de pesquisa ativos com a participação de Assistentes Sociais e estudantes de graduação, incentivando, principalmente, a iniciação científica, que é muito recente, bem como as bolsas de estudo.

A pesquisa para o serviço social fornece subsídios à análise do processo de produção e reprodução da vida social sob o capitalismo, no âmbito do qual utiliza da teoria das ciências sociais e se situa, com vista à instrumentalidade para

elaboração de projetos de intervenção e para intervenção propriamente dita (GUERRA, 2009; IAMAMOTO, 2008b; PAULO NETTO, 2001a).

Guerra (2009) relata que a pesquisa é, também, a mediação privilegiada na relação entre o conhecimento e a realidade, uma vez que esta vem a contribuir no clichê, recorrentemente, da dicotomia teoria e prática, já superada desde a década de 1980 no Serviço Social, e para tanto, exige do pesquisador, rigor e técnicas apropriadas, como entrevistas, questionário, entre outros. Neste sentido, trataremos no próximo item, de que forma analisamos os instrumentos aplicados nessa pesquisa.

### **1.5 Análise dos instrumentos utilizados**

Paulo Netto (2009, p. 10) relata que os instrumentos ou técnicas de pesquisa são os mais variados, desde a análise documental até as formas mais diversas de observação, recolha de dados, quantificação. Esses instrumentos são meios de que se vale o pesquisador para “apoderar-se da matéria”, mas não devem ser identificados com o método.

Em nosso estudo, além dos instrumentos aplicados durante a pesquisa, tais como: questionário semiestruturado, gravações e fotografias, utilizamos doutros estudos para analisar, comparar e descrever adequadamente, o movimento real. Lembramos que:

[...] instrumentos similares podem servir (e de fato servem), em escala variada, a concepções metodológicas diferentes. Cabe observar que, no mais de um século decorrido após a morte de Marx, as ciências sociais desenvolveram um enorme acervo de instrumentos (técnicas) de pesquisa, com alcances diferenciados – e todo pesquisador deve esforçar-se por conhecer este acervo, apropriar-se dele e dominar a sua utilização. (PAULO NETTO, 2009, p. 10).

Em nosso estudo, dos 20 trabalhadores que aplicamos o questionário semiestruturado, apenas, 02 trabalhadoras, permitiram ser fotografadas. Em relação à gravação das entrevistas, dos 20 entrevistados, apenas, 15 trabalhadores permitiram gravação, enquanto que as outras 05 entrevistas foram escritas manualmente, pois os trabalhadores não permitiram gravações. As falas foram transcritas na íntegra e veio a contribuir com os resultados alcançados, com melhor clareza.

Analisamos todas as falas e dialogamos com autores em busca de subsídios para construção desta tese.

A realidade não se mostra de imediato, nem as demandas, estas aparecem de forma pontual e não real; são demandas da aparência e não da essência (GUERRA, 2009).

Os fatos por si só não dizem nada por isso há que submetê-los a um método, capaz de apreender a realidade da forma mais fiel possível (MARCUSE, 1988).

É preciso registrar detalhadamente o que foi observado, estimular questões, construir pressupostos/hipóteses à pesquisa. A hipótese é uma pressuposição que se faz sobre o problema que se quer estudar, baseada numa reflexão teórica, nas leituras prévias, na observação sobre a realidade. É uma resposta prévia para o problema que se vai investigar, que pode ser confirmada ou não ao final da pesquisa (MINAYO, 1994).

Marsiglia (2006) relata que a pesquisa é o que contribui para o avanço do conhecimento teórico ou que contestam teorias estabelecidas. É muito frequente na pós-graduação *lato sensu* e/ou *stricto sensu* perguntar o que o trabalho pesquisado trouxe de contribuição para o Serviço Social?

Com a finalidade de contribuir com o trabalhador rural, uma vez que nossa pesquisa se configura na perspectiva da denúncia da exploração e violação de direitos sociais, conquistados ao longo de muitas décadas, respondemos com base nas palavras de Yamamoto (2004) uma vez que procuramos apreender, historicamente, as demandas potenciais gestadas, indicando e antecipando perspectivas no nível da elaboração teórica, da pesquisa ou da intervenção profissional, perspectivas capazes de responder às exigências de um projeto profissional coletivamente construído e historicamente situado, comprometido com as classes trabalhadoras.

Procuramos analisar as expectativas geradas pelo “ganhar um pouco mais de dinheiro, na colheita”, bem como analisar como os trabalhadores sobrevivem aos ciclos de produção e reprodução do café, compreendendo as estratégias de sobrevivência utilizadas pelos trabalhadores desempregados, pós-colheita, uma vez que partimos do pressuposto de que os trabalhadores ficam ociosos no período sazonal.

Questionamos como fazem os trabalhadores sazonais quando ficam desempregados e quais as alternativas de sobrevivência buscadas por estes trabalhadores?

É importante ressaltar que não existe pesquisa sem pressupostos/hipóteses. É preciso mirar a realidade, questionar e alçar um novo conhecimento, reforçando ou negando. Se fosse só para confrontar não teria sentido, na verdade é para acrescentar elementos. A realidade é muito mais plena e rica de elementos do que aquilo que se pode captar.

Em partes, nossa hipótese, foi confirmada, uma vez que alguns trabalhadores ficam ociosos, enquanto que outros desenvolvem trabalhos precários, aguardando a próxima safra.

Os “abastados ociosos<sup>4</sup>” como nos lembra Marx (2003, p. 427), estão presentes em nossa sociedade e foram encontrados em nosso estudo, tentando sobreviver a precarização das relações de trabalho, na contemporaneidade, frente ao impacto da modernização da agricultura com vistas ao mercado de commodities, ao neoliberalismo e a reestruturação produtiva.

---

<sup>4</sup> Marx (2003) se refere ao ser humano que não viva do trabalho alheio, alegando que as máquinas, certamente, contribuíram com o desemprego, quanto trata do capítulo da maquinaria e a indústria moderna.

**CAPÍTULO 2**  
**O CAFÉ NO BRASIL**

A história de todas as sociedades até agora tem sido a história das lutas de classe. [...] Em suma, opressores e oprimidos, estiveram em contraposição uns aos outros e envolvidos em uma luta ininterrupta, ora disfarçada, ora aberta [...]. (MARX; ENGELS, 2008, p. 8).

## 2.1 Breves reflexões sobre a história do café no Brasil

Para situar a entrada do café no Brasil é necessário relatar mesmo que sinteticamente a história do Brasil monocultural e a exploração da mão-de-obra, e faremos isso com base nos estudos de Caio Prado Júnior (1981; 2011).

O autor retrata a monocultura a partir de sua relação com a grande propriedade instaurada no Brasil Colonial e com ela, a escravidão. O recurso para solucionar o problema com a mão-de-obra foi o trabalho do indígena, uma vez que estes já eram utilizados como força de trabalho na extração do pau-brasil e “[...] prestar-se-iam agora, mais ou menos benevolentemente, a trabalharem na lavoura de cana. Mas esta situação não duraria muito [...].” (PRADO JÚNIOR, 1981, p. 21).

Além da resistência que ofereceu ao trabalho, o índio se mostrou mau trabalhador, de pouca resistência física e eficiência mínima. Nunca teria sido capaz de dar conta de uma tarefa colonizadora levada em grande escala. Está aí o exemplo da Amazônia, onde não chegou a ser substituído em escala apreciável por outro trabalhador e onde, em grande parte por isso, a colonização estacionou até quase nossos dias. É que, de um lado, seu número era relativamente pequeno; doutro, o índio brasileiro, saindo de uma civilização muito primitiva, não podia adaptar-se com a necessária rapidez ao sistema e padrões de uma cultura tão superior à sua, como era aquela que lhe traziam os brancos. (PRADO JÚNIOR, 1981, p. 22).

Não tardou que a semiescravidão de trabalhadores indígenas fosse substituída pela escravidão do negro.

Se o índio, por natureza nômade, se dera mais ou menos bem com o trabalho esporádico e livre da extração do pau-brasil, já não acontecia o mesmo com a disciplina, o método e os rigores de uma atividade organizada e sedentária como a agricultura. Aos poucos foi-se tornando necessário forçá-lo ao trabalho, manter vigilância estreita sobre ele e impedir sua fuga e abandono da tarefa em que estava ocupado. Daí para a escravidão pura e simples foi apenas um passo. Não eram passados ainda 30 anos do início da ocupação efetiva do Brasil e do estabelecimento da agricultura, e já a escravidão dos índios se generalizara e instituíra firmemente em toda parte. (PRADO JÚNIOR, 1981, p. 21).

O processo de substituição do índio pelo negro estendeu-se, no Brasil, até o fim da era colonial. Porém, contra o escravo negro havia um argumento muito

forte: seu custo. O valor dos escravos era elevado, e somente as regiões mais ricas e florescentes podiam suportá-lo.

Não tanto pelo preço pago na África; mas em consequência da grande mortandade a bordo dos navios que faziam o transporte. Mal alimentados, acumulados de forma a haver um máximo de aproveitamento de espaço, suportando longas semanas de confinamento e as piores condições higiênicas, somente uma parte dos cativos alcançavam seu destino. Calcula-se que, em média, apenas 50% chegavam com vida ao Brasil; e destes, muitos estropiados e inutilizados. (PRADO JÚNIOR, 1981, p. 23).

É importante observarmos que desde a exploração do Brasil colonial o objetivo da agricultura é a produção de certos gêneros de grande valor comercial, altamente lucrativos.

Passemos rapidamente em revista as demais culturas que aparecem por esta época e que representam algum papel na economia brasileira. A do arroz adquirirá importância, chegando a figurar em segundo lugar nas exportações da colônia, embora muito longe do açúcar, colocado ainda, como sempre no passado, em primeiro lugar. Cultiva-se sobretudo no Maranhão; e, em menor escala no Pará e no Rio de Janeiro. O anil será uma grande esperança que se frustrou. A América se tornou no séc. XVIII a maior produtora mundial, em substituição à Índia, até então a grande fornecedora. O anil cultivar-se-á sobretudo na Carolina e Geórgia (Estados Unidos) e em São Domingos. No Brasil procurou-se também introduzir o indigoeiro, lá por volta de 1769; e ele prosperou sobretudo no Rio de Janeiro. A exportação da capitania chegou, em 1796, a 5.000 arrobas. Mas pela mesma época inicia-se a decadência; aliás, na América em geral, por efeito da concorrência da Índia, onde a Inglaterra, tendo perdido suas colônias americanas, estimulava com grandes capitais o renascimento da produção. O Brasil foi particularmente atingido porque seu produto, mal preparado e fraudado, tinha péssima aceitação nos mercados. A cultura do indigoeiro desaparece praticamente pouco depois. Restaria falar do café, que nesta última parte do séc. XVIII começa a ser cultivado em larga escala. (PRADO JÚNIOR, 1981, p. 58).

Para Prado Júnior (2011) a acumulação originária, o colonialismo e o imperialismo são momentos de um sentido geral da formação brasileira, de forma que temos uma sociedade e uma economia que se organizam para fora e vivem ao sabor das flutuações de interesses de mercados longínquos, identificando a adaptação brasileira ao capitalismo a partir da lenta substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre, nas grandes unidades agrárias.

Em matéria de organização, a lavoura cafeeira seguiu os moldes tradicionais e clássicos da agricultura do país: a exploração em larga escala, tipo "plantação" (a *plantation* dos economistas ingleses), fundada na grande propriedade monocultural trabalhada por escravos negros,

substituídos mais tarde, [...] por trabalhadores assalariados. (PRADO JÚNIOR, 1981, p. 120).

Ribeiro (2002) relata que o café está presente em solo brasileiro desde o século XVIII, quando as primeiras mudas chegaram ao Brasil. Estas foram trazidas da Guiana Francesa pelas mãos do Sargento-Mor Francisco de Mello Palheta a pedido do governador do Maranhão e Grão Pará, que o enviara às Guianas com essa missão.

Em 1727 os portugueses compreenderam que a terra do Brasil tinha todas as possibilidades que convinham à cafeicultura. Mas infelizmente eles não possuíam nem plantas nem grãos. O governo do Pará encontrou um pretexto para enviar Palheta, um jovem oficial, à Guiana Francesa, com uma missão simples: pedir ao governador M. D'Orvilliers algumas mudas. M. D'Orvilliers seguindo ordens expressas do rei de França, não atende o pedido de Palheta. Quanto a Mme. D'Orvilliers, esposa do governador da Guiana Francesa, não resiste por muito tempo aos atrativos do jovem tenente. Quando Palheta já regressava ao Brasil, Mme. D'Orvilliers enviou-lhe um ramo de flores onde, dissimuladas pela folhagem, se encontravam escondidas, as sementes, a partir das quais haveria de crescer o poderoso império brasileiro do café [...]. (RIBEIRO, 2002, p. 50).

Do Pará, a cultura passou para o Maranhão e, por volta de 1760, foi para o Rio de Janeiro, onde se espalhou pela Baixada Fluminense e posteriormente pelo Vale do Paraíba. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE CAFÉ, 2009a).

Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde, ouro e diamante; depois algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras. Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura social, bem como as atividades do país. Virá o branco europeu para especular, realizar um negócio; inverterá seus cabedais e recrutará a mão-de-obra de que precisa: indígenas ou negros importados. Com tais elementos, articulados uma organização puramente produtora, mercantil, constituir-se-á a colônia brasileira. (PRADO JÚNIOR, 1981, p. 14).

A cultura do café ocupou vales e montanhas, possibilitando o surgimento de cidades e dinamização de importantes centros urbanos, enquanto que os fazendeiros sentiram a grande oportunidade de obterem altos lucros com o “ouro negro”. Passaram a investir mais e ampliaram os cafezais (ALENCAR; RAMALHO; RIBEIRO, 1994).

De 1727 a 1816 o café difundiu-se do Pará para os Estados do Maranhão, Pernambuco, Minas Gerais e Rio de Janeiro. E, na sua formação a economia

cafeeira enfrentou alguns obstáculos, um deles era a falta de experiência no plantio do produto em larga escala e até o início do século XIX, o café foi plantado para consumo doméstico; outro obstáculo era a ausência de recurso de capitais disponíveis a serem empregados na produção. Na sua primeira etapa, a lavoura cafeeira contou com recursos dos comerciantes portugueses que chegaram com Dom João, em 1808. Na segunda metade do século XIX, ou mais precisamente, a partir de 1840, o café tornou-se o principal produto de exportação brasileiro, sendo, também, consumido no mercado interno (ALENCAR; RAMALHO; RIBEIRO, 1994).

Por quase um século, o café foi a grande riqueza brasileira, e as divisas geradas pela economia cafeeira aceleraram o desenvolvimento do Brasil. Além de ter sido o principal produto brasileiro de exportação, foi também, o fator de recuperação da economia do país, que estava em crise desde a independência em virtude da decadência das principais lavouras de exportação: açúcar, algodão, fumo e cacau (ALENCAR; RAMALHO; RIBEIRO, 1994).

A produção era em larga escala, através do sistema de *plantations*<sup>5</sup>. A cultura cafeeira foi responsável por grandes transformações, cortou estradas, criou vilas e cidades, que foram importantes centros econômicos no Estado do Rio de Janeiro, nas cidades de Resende, Barra Mansa e Vassouras, e, no Estado de São Paulo: Três pontas e Bananal. “A primeira grande fase do café brasileiro situa-se historicamente no período Imperial (1822-1889) e, geograficamente, pelo Vale do rio Paraíba do Sul.” (SANDALJ; ECCARDI; QUENTAL, 2003, p. 4).

Durante o período da república velha (1889-1930) a cultura cafeeira expandiu-se pelo Estado de São Paulo e Minas Geras, levou à ampliação das vias férreas, que foram construídas para permitir o escoamento da produção, substituindo o transporte animal e impulsionando o comércio inter-regional, enquanto que os portos do Rio de Janeiro e de Santos foram modernizados (SANDALJ; ECCARDI; QUENTAL, 2003).

## **2.2 A expansão do café e o processo migratório**

Silva (1999) relata que o café expandiu-se, geograficamente, e trouxe grandes contingentes de imigrantes europeus, mas a proporção que se desenvolvia

---

<sup>5</sup> “Monocultura extensiva adaptada do modelo da cana-de-açúcar.” (SANDALJ; ECCARDI; QUENTAL, 2003, p. 4).

a cultura cafeeira, agravava-se a escassez de mão-de-obra. Nos primeiros anos do reinado de Pedro II, a vinda dos emigrantes foi incentivada e a expansão dos cafezais aumentava a procura por terras férteis e em 1850, com a Lei de Terras, as disputas intensificaram. Esta lei regularizou o regime de propriedade territorial no Brasil, dividindo-as em duas categorias: públicas e particular, com o objetivo de proibir a aquisição de terras públicas a não ser por compra, pondo o fim à aquisição por posse ou doação da Coroa.

**Muitos estrangeiros** vieram para o Brasil à procura de trabalho, entre eles: alemães, suíços, portugueses, espanhóis e italianos, que **sonhavam com um pequeno lote de terra**, onde pudessem se instalar com a família e plantar, acreditando que um dia se tornariam grandes proprietários, todavia, “[...] **para a maioria esse sonho nunca se realizou.**” (ALENCAR; RAMALHO; RIBEIRO, 1994, p. 172, grifo nosso).

Os imigrantes abandonavam seus países porque o desenvolvimento capitalista no campo, baseado na mecanização e na concentração da propriedade, deixava-os sem emprego ou sem terras. Em sua maioria, eles vinham trabalhar como assalariados, pensando em voltar a ter uma propriedade ou, ao menos, em melhorar suas condições de vida. (ALENCAR; RAMALHO; RIBEIRO, 1994, p. 238).

Veras (2002) relata que muitos imigrantes enfrentaram situações de trabalho degradante. Depois do fim da escravidão<sup>6</sup>, mais de um milhão de trabalhadores europeus e japoneses vieram ao Brasil para substituir a mão-de-obra africana nos cafezais.

Os emigrantes vieram para o Brasil a procura de trabalho e atendendo aos anúncios publicados no “jornal paulista A Gazetinha”, mesmo antes da abolição dos escravos, em que dizia: “Precisa-se de muitos empreiteiros para a limpa de cafezais [...]” (ALENCAR; RAMALHO; RIBEIRO, 1994, p. 172).

A composição do mercado de trabalho das lavouras cafeeiras pautou-se pela segmentação entre imigrantes brancos e negros escravos, até a abolição e, mais tarde, pelos colonos brancos, sobretudo italianos, e os trabalhadores nacionais, categoria ampla que escondia as diferenças étnicas, já que era composta de negros libertos, mestiços, mulatos vindos do Nordeste brasileiro. O código das nacionalidades (estrangeiros e nacionais) era, pois, um instrumento mascarador das diferenças e da superexploração que recaía sobre os trabalhadores nacionais, já que as piores tarefas, sobretudo aquelas referentes à abertura de novos cafezais, eram-lhes reservadas, sem contar os camaradas, trabalhadores avulsos que não possuíam nenhum contrato de trabalho. (SILVA, 1999, p. 78).

---

<sup>6</sup> Entre 1888 e 1914.

Nas fazendas de café, os trabalhos eram árduos, principalmente no período de colheita. Depois de colhido o café, havia muitas outras tarefas a cumprir, entre elas, secagem, despulpagem, classificação e as etapas de beneficiamento que requeriam mão-de-obra manual, pois quase tudo era feito a mão. “À proporção que se desenvolvia a cultura cafeeira, agravava-se a escassez de mão-de-obra [...]” (ALENCAR; RAMALHO; RIBEIRO, 1994, p. 174).

No primeiro momento, o engajamento de trabalhadores livres nas fazendas, foram vencidas nesta segunda fase mais madura e ativa da imigração européia. De um lado os proprietários, já com dificuldades muito maiores de mão-de obra, e contando cada vez menos com outros recursos além do imigrante europeu, procurarão ter com ele mais considerações e trata-lo de acordo com sua condição de homem livre. Mais tarde, aliás, começará também a intervir uma legislação protetora que assegurará algumas garantias e melhores condições de vida para os trabalhadores rurais. [...] Finalmente, na região em que sobretudo se iriam agora fixar os imigrantes, o oeste de São Paulo, a proporção dos escravos para os trabalhadores livres se reduziria muito; a massa escrava, em declínio desde a abolição do tráfico, já não era suficiente para suprir os setores de ocupação mais recente; os escravos eram aí em minoria. A maior parte das fazendas de café instaladas depois de 1880, contará sobretudo e quase unicamente com trabalhadores livres. Desaparece assim mais uma circunstância geradora de dificuldades para o trabalho livre, e que era sua coexistência nas mesmas fazendas e em iguais tarefas com o trabalho servil. (PRADO JÚNIOR, 1981, p. 141-142).

Os autores Alencar; Ramalho e Ribeiro (1994) relatam que entre 1850 e 1860, foram inaugurados 70 fábricas, no Brasil, para produzir artigos que até então vinham do exterior: chapéus, sabão, tecidos de algodão e cerveja. Essas primeiras fábricas tinham aspectos diferentes das oficinas artesanais, elas utilizam motor hidráulico ou a vapor e o trabalho era organizado por mestres e contramestres vindos da Europa. Apesar das transformações ocorridas, não aconteceu a industrialização do país, apenas, um surto industrial.

Só a partir de 1870 que deu início um novo surto industrial e se manteve até os primeiros anos da república. Nesse período, ganhou impulso o setor de mineração e surgiram as pequenas fábricas de artefatos de ferro, oficinas para o preparo de madeira e fabricação de móveis, expandindo-se nesse período o setor de bens de consumo não duráveis. A Guerra do Paraguai foi o estímulo a esse novo surto industrial, que se localizava nas províncias de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. “Muitos imigrantes foram trabalhar no comércio e outros empregaram-se nas fábricas, onde eram bem aceitos por constituírem mão-de-obra de melhor nível técnico.” (ALENCAR; RAMALHO; RIBEIRO, 1994, p. 182).

O fluxo migratório do exterior diminuiu no início final do século XIX para início do século XX, tendo em vista as sucessivas crises do café, os maus tratos dispensados por fazendeiros de mentalidade escravocrata e a proibição de cultivos intercalados quando a terra estivesse gasta, o que oprimia os colonos. Muitas vezes, a situação chegava ao ponto dos governos europeus intervir em defesa dos imigrantes, como fez a Itália em 1902, proibindo pela segunda vez as migrações para o Brasil. “Na segunda década do século, os italianos representavam um terço dos imigrantes, seguidos pelos portugueses, espanhóis, alemães, austríacos, japoneses, russos e sírio-libaneses.” (ALENCAR; RAMALHO; RIBEIRO, 1994, p. 242).

A força de trabalho nos cafezais continuou sendo abastecida por imigrantes pobres do exterior, ou migrantes de outras regiões do país (SILVA, 1999).

A grande maioria dos imigrantes e de seus descendentes continuava no campo como colonos empobrecidos, assalariados, posseiros ou volantes (trabalhadores sem emprego fixo); outros partiam para novos países ou então para as maiores cidades onde a indústria começava a se desenvolver. **O café apesar da propaganda, não deu para tudo, nem para todos.** (ALENCAR; RAMALHO; RIBEIRO, 1994, p. 243, grifo nosso).

O café contribuiu com o surgimento das indústrias no país. Os grandes proprietários de terras investiram no processo de industrialização, principalmente na região Sudeste, que recebeu trabalhadores de diferentes regiões do país. Na crise de superprodução de 1929, muitos fazendeiros foram obrigados a hipotecar ou vender suas propriedades e os trabalhadores das fazendas foram afetados, “[...] da noite para o dia, os salários diminuíram, caíram de 50% a 60% e milhares de colonos ficaram desempregados [...]”, restando-lhes a opção de migrar, em condições incertas e sem qualquer proteção, para as cidades ou permanecer em condições precárias de sobrevivências, nas fazendas (ALENCAR; RAMALHO; RIBEIRO, 1994, p. 307).

**Alguns imigrantes procuraram nas cidades melhores condições de vida.** Nelas encontraram oportunidades nas indústrias, onde se depararam com situações mais degradantes, com jornadas de dezesseis horas de trabalhos por dia; com meio descanso semanal; salários insípidos e trabalhos insalubres em fábricas com “pouco espaço, mal-iluminadas, quentes e sem ventilação”, onde os acidentes de trabalhos e as doenças eram freqüentes, “cujas principais vítimas eram crianças”. Nessas fábricas ainda, as mulheres e as meninas ficavam expostas a violências sexuais e físicas, por parte de mestres e contramestres. (CONTRIM, 2005, p. 466, grifo nosso).

### 2.3 O café da Monarquia a República

Em 1889 o Brasil deixou de ser uma monarquia e passou a ser uma República Federativa. A história republicana brasileira é marcada por acordos entre as elites das principais províncias do país: Minas Gerais e São Paulo<sup>7</sup>. “O fato de o Brasil ter se tornado uma República Federativa permitiu que as províncias desfrutassem de maior poderio político, sendo que este era diretamente representado pelo seu potencial econômico.” (GASPARETTO JUNIOR, 2010, online).

O Brasil tornara-se república e muitas pessoas diziam que aqui existia um império e um rei: o império dos cafezais e o rei-café que eram julgados como “[...] justo, poderoso e bom como os reis das estórias infantis, capazes de satisfazer a todos. ‘O café dará para tudo’, afirmava o *slogan* da época.” (ALENCAR; RAMALHO; RIBEIRO, 1994, p. 238).

A oligarquia paulista fundava o seu poder essencialmente na economia cafeeira que, entre 1889 e 1930, sendo responsável por cerca de 60% do valor das exportações brasileiras, enquanto que a economia de Minas cedia lugar à pecuária leiteira. As riquezas originadas pela economia cafeeira paulista permitiam a São Paulo ter uma elite dirigente bem preparada e um partido político dotado de grandes recursos financeiros e organizacionais, condições indispensáveis para se dirigir tanto o seu estado quanto o país, enquanto que a oligarquia mineira representava um estado em decadência econômica (ALENCAR; RAMALHO; RIBEIRO, 1994).

Com a falência do escravismo, o **café em Minas cedia lugar gradualmente à pecuária leiteira**, que atendia ao mercado interno, mas estava longe de trazer os mesmos rendimentos que a cafeicultura. Minas tinha, no entanto, o mais disciplinado partido político estadual, o qual, por sua vez representava o maior eleitorado do país. Tais condições tornavam a bancada mineira a mais organizada e números do Congresso Nacional. Ou seja, a mais profissional. (ALENCAR; RAMALHO; RIBEIRO, 1994, p. 255, grifo nosso).

Quem dirigia o país era a burguesia cafeeira de São Paulo, todavia para alcançar a hegemonia política foi preciso o consentimento de outros setores da sociedade, obtido através de um esquema político:

---

<sup>7</sup> Naquela época as unidades da federação não eram chamadas de estados.

Nos municípios dominavam os *coronéis*: eram proprietários de terras, comerciantes e até industriais e bacharéis, cujo título militar persistiu mesmo após a extinção da Guarda Nacional em 1918, em função do poder que exerciam sobre seus parentes, agregados e moradores dos distritos e municípios. Nos estados, formavam-se as *oligarquias*: grupos poderosos constituídos pelas famílias e chefes políticos das principais regiões, como os Montenegro no Pará, os Benedito Leite no Maranhão, os Acióli no Ceará, os Pedro Velho no Rio Grande do Norte e assim por diante. Não havia estado que não fosse dominado por algumas dessas famílias, quase todas de latifundiários. (ALENCAR; RAMALHO; RIBEIRO, 1994, p. 250-251, grifo do autor).

Os chefes políticos que dominavam a Comissão Executiva eram do Partido Republicano Paulista (PRP), do Estado de São Paulo, junto com os chefes do Partido Republicano Mineiro (PRM). Estes partidos controlaram o Executivo e o Legislativo federais durante toda a República Velha, revezando-se no poder, elegendo nove dos onze presidentes eleitos até 1930. Esse “[...] sistema de dominação implantado ficou conhecido como a *política do café-com-leite*.” (ALENCAR; RAMALHO; RIBEIRO, 1994, p. 251, grifos dos autores).

Com a montagem da política dos governadores por Campos Salles, as oligarquias paulista e mineira passaram a exercer a direção política do país, representada pelos partidos PRP e PRM, com bases bem definidas entre os dois estados, de forma que partidos políticos, se revezariam na presidência, controlando as eleições, pois tinham o maior número na bancada no Congresso Nacional e o maior curral eleitoral. A Política do Café com Leite chegou ao fim no governo quando o presidente paulista Washington Luís (1926-1930), resolveu apoiar outro candidato do mesmo estado, para eleição seguinte: Júlio Prestes, rompendo com o pacto de revezamento com os mineiros. Este fato causou descontentamento aos mineiros que se uniram com os políticos do Rio Grande do Sul e lançaram outro candidato à presidência, que sendo derrotados, não esperaram o presidente eleito tomar posse e organizaram um golpe, que levou ao poder Getúlio Vargas, em 1930 (GASPARETTO JUNIOR, 2010).

Ressaltamos que o capitalismo vivenciou uma grande depressão na década de 1880, se recuperou e em 1914, voltou a sofrer uma retração, mais precisamente, no início da Primeira Guerra, que se estendeu pelo período entre guerras e explodiu no *crack* ou crise de 1929 e vai até o fim da segunda Guerra Mundial (MANDEL, 1982).

No período de crise do capitalismo o Brasil vivenciava o processo de transformação econômica e social, e instituiu um novo modelo de desenvolvimento:

urbano-industrial, que deu origem a classe operária brasileira constituída, em sua maior parte, por imigrantes. “A crise do comércio internacional de 1929 e o movimento de outubro de 1930 representaram um marco importante na trajetória da sociedade brasileira.” (IAMAMOTO; CARVALHO, 1982, p. 128).

Para saída da crise de 1929, os Estados Unidos e a Europa adotaram a proposta de Keynes que defendeu a intervenção do Estado na economia com vistas a reativar a produção. Keynes se preocupava com saídas democráticas e propugnava a mudança da relação do Estado com o sistema produtivo, rompendo parcialmente com os princípios do liberalismo, almejando com isto, a saída capitalista para a crise do próprio capitalismo, defendendo a liberdade individual e a economia de mercado, mas dentro de uma lógica que rompia com a dogmática liberal-conservadora da época<sup>8</sup>.

[...] é a demanda que determina a oferta de bens e não o contrário. Assim, nos períodos de crise, o ‘livre mercado’ pode não gerar a demanda (ou consumo de mercadorias) suficiente para garantir o lucro dos capitalistas e o ‘pleno emprego’ dos trabalhadores, devido à redução de investimento na economia e ao aumento das poupanças (improdutivas). (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 56).

A política de Keynes foi agregada ao pacto fordista, que implicou no controle sobre o modo de vida e de consumo dos trabalhadores, ou seja, “da produção em massa para o consumo de massa<sup>9</sup>” e dos acordos coletivos com os trabalhadores do setor monopolista em torno dos ganhos de produtividade do trabalho. O fordismo, foi bem mais que uma mudança técnica, foi uma forma de regular as relações sociais, em condições políticas determinadas, e, para além da dimensão econômica, foi uma contribuição ao processo de extração da mais valia relativa<sup>10</sup> (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p. 87).

O crescimento fenomenal da expansão do pós-guerra dependeu de uma série de compromissos e reposicionamentos para o desenvolvimento capitalista, no plano internacional. Entre eles: 1. O Estado teve que assumir novos papéis keynesianos, para construir novos poderes institucionais; 2. O capital corporativo teve de se ajustar para seguir com mais suavidade a trilha da lucratividade segura; e

---

<sup>8</sup> Sugiro a leitura do livro “Teoria geral do emprego, do juro e da moeda” do autor John Maynard Keynes (1988).

<sup>9</sup> “Uma política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista.” (HARVEY, 2007, p. 121).

<sup>10</sup> Ver o ensaio de Gramsci (2001): Americanismo e Fordismo.

3. O trabalho organizado teve que assumir novos papéis e funções relativos ao desempenho no mercado de trabalho e no processo de produção. Os movimentos operários radicais que ressurgiram no período pós-guerra foram derrotados, de forma que o terreno político foi preparado para o controle do trabalho (HARVEY, 2007).

Enquanto isso, no Brasil, o Estado e o estilo populista era uma derivação do regime autoritário criado por Vargas e seu grupo político, inspirados no fascismo, como um prosseguimento da tentativa de resolver a tarefa trágica de toda democracia burguesa, de forma a incorporar as massas populares, em crescimento, ao processo político, mas sob sua direção e controle, uma vez que durante o Estado Novo, foi possível impedir a existência de sindicatos livres e de um partido do proletariado, embora, o governo se propusesse a defender os interesses dos assalariados: a elevação salarial, melhores condições de vida, maior participação política, entre outros, “[...] não incentivava sua organização livre da influência burguesa, nem a formação de uma ideologia adequada à essência de seus interesses [...]” (ALENCAR; RAMALHO; RIBEIRO, 1994, p. 357).

Mota (2005) relata que a mais importante crise vivenciada pelo capitalismo foi a dos anos 1930. Essa crise viabilizou ou tornou necessária um conjunto de medidas de contratendências, que conduziu/reconduziu as classes trabalhadoras ao leito econômico-corporativo.

Para fazer face a essa crise, o capitalismo (seus intelectuais orgânicos, seus práticos) construiu uma experiência combinada de keynesianismo e *Welfare State*, visando compatibilizar a acumulação e a valorização capitalista com direitos políticos e sociais mínimos para os trabalhadores. Gestaram-se formas combinadas de liberalismo e de social-democracia [...]. O *Welfare State* foi a forma assumida pelo Estado capitalista, em alguns países, para, através de políticas sociais compensatórias, buscar a fidelidade da massa, legitimando assim a ordem burguesa. Foram os chamados “anos gloriosos” do capitalismo. (MOTA, 2005, p. 12-13).

Behring e Boschetti (2008, p. 86, 134) relatam que no período de “ouro” ou de anos “gloriosos”, a:

[...] intervenção para fugir da armadilha recessiva provocada pelas decisões dos agentes econômicos, com destaque para o empresariado, tinha em perspectiva um programa fundado em dois pilares: pleno emprego e maior igualdade social, o que poderia ser alcançado por duas vias a partir da ação estatal:

1. Gerar emprego dos fatores de produção via produção de serviços públicos, além da produção privada;

2. Aumentar a renda e promover maior igualdade, por meio da instituição de serviços públicos, dentre eles as políticas sociais.

Entretanto, as políticas adotadas no período pós-crise de 1929-1932, no plano internacional, sobretudo, no pós-Segunda Guerra Mundial, deram sinais de esgotamento a partir de finais dos anos 1960, assim como se faz necessário ressaltar, nas palavras de Behring e Boschetti (2008, p. 86, 134), que as políticas adotadas durante os primeiros 30 anos de “capitalismo tardio ou maduro” foram marcadas com altas taxas de lucros, ganhos de produtividade para as empresas e políticas sociais para os trabalhadores (MANDEL, 1982).

Montaño e Duriguetto (2010, p. 59) relatam que se a política keynesiana serviu para tirar o “capitalismo da crise”, aumentando a demanda e o emprego, estimulando o crescimento do investimento produtivo, também, resultou ao longo prazo, num elevado déficit fiscal estatal, gerando endividamento público e alta inflação.

O déficit fiscal e a inflação são toleráveis no curto prazo, mas insuportáveis pelo sistema no longo prazo. Em relação a isso, Keynes foi indagado [...], ao que respondeu: ‘ao longo prazo todos nós estaremos mortos’. A resposta keynesiana para enfrentar a crise no curto prazo, [...] tornou-se insustentável para o capital no longo prazo, derivando numa nova fase de crise capitalista, a partir de 1973. (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 60).

A expansão do “fordismo a brasileira”, só ocorreu no contexto da ditadura militar, pós-1964, por meio do “Milagre Brasileiro”, de forma que parece existir uma falta de sincronia entre o tempo histórico brasileiro e os processos internacionais, lembrando que a política de Vargas, considerado o “pai dos pobres” não se difere das orientações internacionais (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p. 134).

Sobre este assunto, trataremos, no próximo capítulo, onde será exposto com maior precisão a era Vargas, o processo histórico de conquistas trabalhistas e a modernização da agricultura e as medidas adotadas pelo Estado aliado ao Capital, como forma de superexplorar a classe trabalhadora.

## **2.4 O café e as transformações econômicas e sociais**

No período da “grande lavoura brasileira”, a produção da agricultura colonial estava voltada para exportação do “açúcar, o tabaco e algodão”. Embora o

café já existisse em solo brasileiro, no século XVIII<sup>11</sup>, a sua produção, ainda, era insignificante (PRADO JÚNIOR, 2011).

A pecuária também adquire importância excepcional, e em Minas Gerais constituir-se-á o centro criador de mais alto nível na colônia. Particularmente a indústria de laticínios, que antes não se praticava no Brasil em escala comercial, torna-se notável. O queijo aí fabricado será famoso, e até hoje é o mais conhecido do país (o "queijo de Minas"). Forma-se também, no sul de Minas Gerais, uma região de cultura do tabaco, que embora não chegue nunca a rivalizar com a Bahia, tem sua importância. (PRADO JÚNIOR, 1981, p. 59).

A economia em Minas Gerais estava voltada para extração do ouro e diamantes, enquanto que sua produção agrícola era de subsistência. A extração veio à profunda decadência no alvorecer do século XIX, tendo em vista que “[...] tinham esgotado praticamente todos estes depósitos de superfície na vasta área [...]” (PRADO JÚNIOR, 2011, p. 179).

A extração do metal trouxe riqueza para Minas Gerais, proporcionando o desenvolvimento econômico para o capital<sup>12</sup>. O ouro se tornou escasso, provocando a emigração de grande parte da população, até que o ciclo do café deu a Minas projeção nacional, o que favoreceu o Sul do estado em contraste com o Norte, pois nele o café se aclimatou e no decorrer do século XIX tornou-se um produto de grande importância comercial. Entretanto, é necessário ressaltar que o desenvolvimento da lavoura cafeeira do Brasil, foi muito irregular se considerarmos as diferentes regiões do país (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE CAFÉ, 2009a).

Prado Júnior (1981) relata que não houve crescimento uniforme e harmônico no café; a expansão em alguns setores correspondeu ao declínio ou, em outros, o aniquilamento completo. A evolução cíclica do café sucedeu-se em cada zona produtora: no espaço de poucos decênios, as fases ascendentes eram seguidas de outra de decadência.

O que sobra de café são apenas culturas decadentes e esparsas, em processo contínuo de aniquilamento. **Só em Minas Gerais se observará um certo progresso, mas modesto e em setores reduzidos**, onde se aproveitarão umas últimas sobras de terras utilizáveis.

Fora de São Paulo (e da zona limítrofe do norte do Paraná que é alcançado pela marcha paulista para oeste), somente o Espírito Santo verá

---

<sup>11</sup> Sua cultura destinava-se mais ao consumo doméstico das fazendas e propriedades em que se encontrava. No final do séc. XVIII começou a ser cultivado em larga escala. Já relatado no início deste capítulo, item: “Breves reflexões sobre a história do café no Brasil”.

<sup>12</sup> A esse respeito conferir a obra de Caio Prado Júnior: Formação do Brasil Contemporâneo (2011).

desenvolver-se apreciavelmente sua lavoura cafeeira. Serão usadas para isto as reservas de terras virgens que a colonização incipiente da região respeitara até esse momento. E se contará para isto, como em São Paulo, mas em proporções muito reduzidas, com uma regular corrente imigratória. Mas o Espírito Santo não irá muito longe porque ao contrário de São Paulo, faltar-lhe-á a abundância de terras aproveitáveis que caracteriza este último Estado; e a sua lavoura será sempre, por isso, relativamente medíocre. Quanto às regiões produtoras do Norte (Bahia, Pernambuco, e também um pouco o Ceará), estas não conseguirão nunca sair da posição de terceiro plano em que sempre se tinham mantido. O **fator solo**, isto é, **a carência de terras propícias ao café**, será aí **a explicação principal da estagnação**. O clima, mais acentuadamente tropical e por isso menos atraente para o trabalhador europeu, terá também a sua parte de responsabilidade. (PRADO JÚNIOR, 1981, p. 170, grifo nosso).

Relata a ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE CAFÉ (2009a, online) que: “A cafeicultura no centro-sul do Brasil enfrentou problemas em 1870, quando uma grande geada atingiu as plantações do oeste paulista provocando grandes prejuízos, e, mais tarde, durante a crise de 1929.”

Como mencionamos nas páginas anterior, em 1929 houve uma super crise de produção, que inicialmente foi controlada, artificialmente, pelo governo e depois com a crise da bolsa do New York, houve uma quebra geral. O café era o carro-chefe e representava 71% das exportações brasileiras. Lembramos que a crise do café teve início, no Brasil, em 1920 e perdurou por mais duma década. Os cafeicultores brasileiros foram obrigados a investir no setor industrial, pois os Estados Unidos que eram, um dos maiores consumidores do produto no país, parou de importar o produto, o que contribuiu para o investimento de muitos fazendeiros na indústria e, o Brasil se encontrou numa situação de ser obrigado a diminuir as exportações, queimando toneladas de café, para que o produto não fosse ainda mais desvalorizado (ALENCAR; RAMALHO; RIBEIRO, 1994).

Tendo em vista a crise da agricultura de exportação iniciada nos anos de 1920, que se estendeu por toda a década seguinte, arruinando muitos proprietários de terra e enfraquecendo o poder político da oligarquia cafeeira, o Brasil foi obrigado a aumentar a produção de frutas como abacaxi, banana e laranja, na expectativa de que “a laranja salvará o café”. Embora, não tenha sido a primeira crise do café, nem a última, mas foi considerada a mais grave de todas, com consequência do irrompimento – interno – de novas forças sociais a partir de 1930, e – externamente – a eclosão da crise internacional de 1929, afetando a economia brasileira (ALENCAR; RAMALHO; RIBEIRO, 1994, p. 307).

Ao se recuperar das crises, a região centro-sul do Brasil se manteve como importante centro produtor de café. Nela se destacam quatro estados produtores: Minas Gerais, São Paulo, Espírito Santo e Paraná. Todavia, após a grande geada de 1975 e de julho de 1994, houve um deslocamento das principais zonas produtoras do Norte do Paraná para áreas de clima mais favorável, como o sul de Minas Gerais e o interior capixaba (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE CAFÉ, 2009a).

A cafeicultura foi inserida no Sul de Minas na metade do século 19 em grandes propriedades, que deram origem a diversos municípios. Algumas das principais cidades produtoras de café são Três Pontas, Guaxupé, São Sebastião do Paraíso, Varginha, São Tomás de Aquino, Itamogi, Alpinópolis e Santa Rita do Sapucaí. A região viu suas plantações crescerem vertiginosamente a partir de 1976, financiadas pelo governo brasileiro depois da quebra histórica da safra do Paraná com a geada de 1975. (VERAS, 2002, p. 18).

As geadas fizeram a produção brasileira cair, elevando os preços mundiais. Houve então uma corrida para plantar café no Brasil, Vietnã, Indonésia, México e outros países. Veras (2002, p. 13) afirma que “[...] a febre da monocultura mostrou-se um erro, pois muitas propriedades familiares deixaram de lado a produção de alimentos e se endividaram para ampliar lavouras.”

Prado Júnior (1981, p. 117) vem a reforçar esse erro alegando que:

Ao contrário da cana-de-açúcar e também do algodão, é uma planta permanente e tem de atravessar por isso todas as estações e anos sucessivos sem substituição. Outra dificuldade da lavoura cafeeira é que a planta somente começa a produzir ao cabo de 4 a 5 anos de crescimento; é um longo prazo de espera que exige pois maiores inversões de capital.

O café foi produzido, predominantemente, em escala comercial e em grandes extensões de terra, com trabalho precarizado e com produção voltada para o mercado externo. Os mercados nacionais e internacionais, principalmente Estados Unidos e Europa, aumentaram o consumo, favorecendo a exportação do produto brasileiro. “Hoje o café é produzido nos Estados de Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Bahia, Espírito Santo e Rondônia [...]” O Brasil se estabelece como o maior produtor de café do mundo, do século XXI. Lembramos que o cultivo da maior produção de café no Brasil se concentra na região sudeste do país (SANDALJ; ECCARDI; QUENTAL, 2003, p. 39).

“Existem várias espécies de café, sendo as mais conhecidas no mundo as espécies *Coffea Arábica* (café arábica) e *Coffea Canephora* (café robusta ou conilon<sup>13</sup>).” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE CAFÉ, 2009b, online).

O café arábica é o mais produzido no Brasil, que conforme relatam os autores Sandalj; Eccardi; Quental (2003, p. 39): “Cerca de 80% da produção é arábica, sendo o restante robusta, espécie cultivada principalmente nos estados do Espírito Santo e de Rondônia.”

Para começar a produzir frutos, a planta de café Arábica, a mais produzida na região Sul de Minas Gerais, leva aproximadamente quatro anos.

Durante o primeiro ano, a planta produzira de quatro a oito níveis de galhos primários e com 2 anos terá cerca de 1m de altura. No terceiro ou quarto ano, quando atinge quase 2 metros, a relação entre o sistema de raízes e a estrutura dos galhos determina o fluxo de hormônios presentes nas raízes, nos brotos e nas folhas, levando a planta à maturidade fisiológica, o que a prepara para a primeira floração. O pé de café entra assim na segunda fase da sua vida.

O crescimento, contudo, pode sofrer grandes variações em relação aos tempos indicados acima, dependendo da variedade. Os modernos cultivos de alta produtividade florescem já no segundo ano e entram em plena produção após três anos. (SANDALJ; ECCARDI; QUENTAL, 2003, p. 76).

Praticamente 100% das plantações são de café arábica, cultivado em quatro regiões produtoras: Sul de Minas, Cerrado de Minas, Chapada de Minas e Matas de Minas, exportam seus produtos pelos portos de Santos, Rio de Janeiro e Vitória.

O Sul de Minas é, isoladamente, a maior região produtora de cafés do Brasil. Com altitudes entre 850m e 1.250m, esta região é uma tradicional área de produção de café arábica a mais de um século. **Mais de 70% das propriedades produtoras são de pequeno porte e a maior parte do restante de porte médio**, embora algumas das maiores fazendas do Brasil estejam localizadas nesta área. O sistema semi-mecanizado adotado na maior parte do Sul de Minas é compatível com topografia de montanha e também com plantio adensado que vem sendo adotado nas áreas de relevo mais acidentado. A mecanização plena é possível nas áreas mais planas. A cafeicultura do Sul de Minas se baseia na diversificação agrícola. Em média, apenas 15% da propriedade são usados para o cultivo do café, embora o café represente 70% da renda. Cerca de 300.000 pessoas moram em fazendas de café no Sul de Minas, representando 50% da mão-de-obra empregada, o restante da qual deriva das pequenas cidades da região. (SINDICATO DA INDÚSTRIA DE CAFÉ DO ESTADO DE MINAS GERAIS, 2005-2009, online, grifo nosso).

---

<sup>13</sup> A título de esclarecimento, o café conilon, é também, chamado de robusta.

## **CAPÍTULO 3**

### **O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL E O TRABALHO RURAL**

A maquinaria onde é introduzida pela primeira vez, lança os operários manuais em massa na rua. (MARX, 2010, p. 63).

### 3.1 Breve histórico dos direitos sociais

Antes da década de 1930 nosso país vivia sob o regime da economia agrária, ainda com resquícios do sistema escravista no campo. Praticamente não existiam leis dispendo sobre duração da jornada de trabalho, descanso, organização social, salário mínimo, contrato de trabalho, férias, entre outros direitos. Esta década ficou conhecida como divisor de águas na história do Brasil, devido à ascensão da burguesia industrial/crescimento do proletariado urbano e o declínio de uma classe social constituída pela elite agrária rural, os senhores do café (ALENCAR; RAMALHO; RIBEIRO, 1994).

Até o ano de 1887, dois anos antes da proclamação da República no Brasil (1889), não se registra nenhuma legislação social. No ano de 1888, há a criação de uma caixa de socorro para a burocracia pública, inaugurando uma dinâmica categorial de instituições de direitos que será a tônica da proteção social brasileira até os anos 60 do século XX. (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p. 79).

Os poucos direitos que existiam eram regulados pelo Código Civil, até a década de 1930. A ausência de qualquer sistema de proteção legal ao trabalho prevalecia no país, principalmente no interior. Na verdade, as condições de trabalho eram desumanas, semelhantes àquelas da revolução industrial da Europa. A questão social era ignorada, pois o Estado a considerava caso de polícia e quando dela tomava conhecimento era para reprimir o movimento operário<sup>14</sup> (IAMAMOTO; CARVALHO, 1982).

A passagem para o século XX foi sacudida pela formação dos primeiros sindicatos, na agricultura e nas indústrias rurais a partir de 1903, dos demais trabalhadores urbanos a partir de 1907, quando é reconhecido o direito de organização sindical. Esse processo se dá sob uma forte influência dos imigrantes que traziam os ares dos movimentos anarquista e socialista europeus para o país. Essa nova presença no cenário político e social promove mudanças na correlação de forças, tanto que em 1911 se reduz legalmente a jornada de trabalho para 12 horas diárias. Contudo, mais uma vez a lei não foi assegurada. Em 1919, regulamenta-se a questão

---

<sup>14</sup> Os trabalhadores organizaram inúmeras manifestações, como: a Cabanagem, no Pará – 1831 a 1840; a Balaiada no Maranhã – 1838 a 1841; o movimento do Contestado na fronteira entre os Estados de Santa Catarina e Paraná, entre 1912 e 1916; o Bloco Operário e Camponês, no Rio de Janeiro – 1926; o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos, no Rio de Janeiro – 1938 (RIBEIRO, 2013).

dos acidentes de trabalho no Brasil, mas tratando-a pela via do inquérito policial e com ênfase na responsabilidade individual em detrimento das condições coletivas de trabalho. (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p. 80).

É neste contexto de tensão, pressão e repressão que se dá o **desdobramento da questão social** que:

“[...] é, também, a questão da formação da classe operária e de sua entrada no cenário político, da necessidade de seu reconhecimento pelo Estado e, portanto, da **implementação de políticas** que de alguma forma levem em consideração seus interesses.” (IAMAMOTO; CARVALHO, 1982, p. 125, grifo nosso).

Em meio à luta de classe, atua o Estado repressor, sob a direção do capital, reprimindo duramente os trabalhadores. As legislações sociais eram punitivas, restritivas e agiam na interseção da assistência social e do trabalho forçado, “o abandono das medidas repressivas de proteção social, no auge da Revolução Industrial lança os pobres à servidão da liberdade sem proteção, no contexto de plena subsunção do trabalho ao capital [...]”. Neste sentido, o pauperismo é o fenômeno mais agudo e decorrente da chamada questão social. Ressaltamos que “[...] foram as lutas pela jornada normal de trabalho que provocaram o surgimento das novas regulamentações sociais e do trabalho pelo Estado.” (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p. 51).

A resposta dada à questão social no final do século XIX foi, sobretudo, repressiva e incorporou, apenas, algumas demandas, transformando as reivindicações em leis que estabelecem melhorias, sem atingir, portanto o cerne da questão social (BEHRING; BOSCHETTI, 2008).

A luta reivindicatória estará centrada na defesa do poder aquisitivo dos salários – num período de constantes surtos inflacionários – na duração da jornada normal de trabalho, na proibição do trabalho infantil e regulamentação do trabalho de mulheres e menores, no direito a férias, seguro contra acidente e doença, contrato coletivo de trabalho e reconhecimento de suas entidades, que aparecerão com maior ou menor ênfase de acordo com a conjuntura e características dos movimentos e de suas lideranças. As duas primeiras décadas – e com muito menor intensidade a década de 1920 – serão marcadas pela ocorrência intermitente de greves e manifestações operárias, as quais tomarão grande amplitude nas conjunturas pré e pós-Primeira Guerra Mundial. (IAMAMOTO; CARVALHO, 1982, p. 131).

A maior parte do proletariado urbano era constituída de imigrantes europeus e muitos eram adeptos do anarco-sindicalismo e estavam habituados à

luta do proletariado na Europa. Ao perceberem as precárias condições de vida e trabalho, no Brasil, muitas vezes semelhante ou piores as dos seus países de origem, ao lado de trabalhadores brasileiros, sendo a maioria integrante dos sindicatos dos operários, organizam uma série de movimentos de denúncia e reivindicação, como a luta contra a elevação dos alugueis e a alta do custo de vida. Os anarco-sindicalistas não lutavam só por melhores condições de trabalho e aumento salariais, eles queriam o fim do sistema capitalista e da divisão social de classes, visando a conquista do “país ideal” (ALENCAR; RAMALHO; RIBEIRO, 1994, p. 288).

O proletariado era ignorado pelos estadistas da República, que só se lembravam, dele, em época de eleição e as poucas leis protetoras dos trabalhadores, não eram obedecidas. No curso da década de 1920, aumentou o interesse de alguns políticos pela questão social, em consequência da pressão do movimento operário (CANÊDO 1996).

Do final do século XIX para início do século XX, os salários eram miseráveis. “O preço da força de trabalho era constantemente pressionada para baixo [...], pela constituição de um amplo exército industrial de reserva.” (IAMAMOTO; CARVALHO, 1982, p. 129).

Os documentos de época<sup>15</sup> mostram que poucos homens adultos ganhavam o suficiente para prover as necessidades básicas de suas famílias, forçando-os a “renunciar às necessidades absolutas da vida, condenando-se a si próprias a uma morte lenta... Trabalhando mais do que sua força permite e alimentando-se menos do que seus corpos necessitam para funcionar normalmente.

Para igualar as despesas e ainda fazer alguma economia, os homens estimulavam suas mulheres e filhos a trabalharem também na fábrica (CANÊDO, 1996, p. 33).

A pressão salarial forçava a entrada das mulheres e crianças, em idade imatura, como mecanismo de reforço do rebaixamento salarial. “[...] Calcula, já para

---

<sup>15</sup> “No Rio de Janeiro, surgiram já no fim do século XIX, diversos periódicos de orientação anarquista: *O Protesto*, de 1899, que contou com 11 edições, *O Libertário*, em 1904, *Terra Livre*, de 1905. Em São Paulo era maior o número de periódicos socialistas, como *O Socialista*, órgão do Centro Socialista de São Paulo, de 1896, contendo artigos em português, italiano, espanhol e alemão. O jornal *O Grito do Povo*, iniciou em 1899 uma campanha pela redução da jornada de trabalho. Um jornal de grande importância para o movimento operário naquele período foi o *Avanti!*, fundado em 1901 e que contou com longa tiragem, servindo de polêmica com os anarquistas.

Em 1901 tem início um longo período de ascenso da classe operária, traduzido em um grande crescimento das greves que vai durar até 1908. No primeiro ano, há uma greve dos trabalhadores de pedreira que consegue a redução da jornada de 12 para 10 horas.” O jornal da Confederação Operária Brasileira fundado em 1908: *A voz do trabalhador*. (BIBLIOTECA MARXISTA DIGITAL, 2014, online).

1920, que da força de trabalho industrial de São Paulo uma terça parte é constituída de mulheres, metade aproximadamente são operários e operárias menores de 18 anos, e 89 menores de 14 anos.” A jornada de trabalho, no início do século XX era de 14 horas, em 1911 estimava-se em 11 horas e por volta de 1920, de 10 horas (IAMAMOTO; CARVALHO, 1982, p. 129).

Verdadeiro exército de homens, mulheres e crianças, sobrevivendo na maioria dos casos à base de ganhos irregulares, não era visto como um contingente humano produtivo, mas sim como “resíduo”.

[...] Quem não trabalhasse em fábrica ou oficina ou junto aos serviços públicos não era trabalhador. A concepção de trabalho era, portanto, restrita e ligada às atividades econômicas que definiam a nova ordem industrial e urbana que se implantava. E, no limite, só o trabalho assalariado era considerado trabalho. (VALLADARES, 1991, p. 91).

Os autores Alencar; Ramalho e Ribeiro (1994) relatam que até o início dos anos 1920, o movimento grevista foi intenso, mas declinaram devido a repressão policial e a Lei Adolfo Gordo, que legalizava:

[...] a expulsão de estrangeiros acusados de atentar contra a segurança do país e impedindo a participação nas diretorias sindicais dos não-naturalizados ou que estivessem no Brasil há menos de cinco anos. Só nesse ano, foram expulsos 132 estrangeiros, número que se elevou bastante a partir de 1917. “A questão operária é uma questão de polícia”, dizia Washington Luiz, último presidente da república dos fazendeiros, traduzindo o pensamento da maioria dos empresários e políticos. (ALENCAR; RAMALHO; RIBEIRO, 1994, p. 289).

Iamamoto e Carvalho (1982) relatam que durante a Primeira República, desencadearam diferentes movimentos sociais, por parte do proletariado, que reivindicava melhores condições de vida e trabalho.

O Estado diante da sua incapacidade de propor e implementar políticas sociais eficazes, deu como resposta aos movimentos desencadeados, a repressão policial, sedimentando a ideia de que as camadas populares eram “classes perigosas” (VALLADARES, 1991, p. 88).

Criou-se no Brasil em 1922 o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Este partido teve grande importância no processo da organização do movimento operário, entre eles e o mais importante foi a greve de 1917, onde em São Paulo ocorreu uma paralisação geral das empresas de tecelagem. Ocasionalmente assim uma paralisação total, o que desencadeou uma repressão violenta, inclusive mortes de trabalhadores grevistas. A partir desse contexto as reivindicações dos operários são consideradas caso de polícia (ANTUNES, 1986; IAMAMOTO; CARVALHO, 1982).

O PCB propagou pelo país as ideias comunistas; publicou o Manifesto Comunista de Marx e Engels; o jornal a Classe Operária, entre outros. Em relação ao movimento sindical os comunistas, contribuíram significativamente, criando a Federação Regional do Rio de Janeiro. Em 1929, eles realizam o Congresso Sindical Nacional que originou a Confederação Geral dos Trabalhadores (ANTUNES, 1986).

Os sindicatos da época só foram reconhecidos pós-Revolução de 1930 quando passaram a ser tutelados pelo Estado e considerados como colaboradores do poder público. As reivindicações que as instituições representativas dos industriais travaram com o governo acerca da legislação social foram decretadas entre 1925 e 1927: Lei de Férias, Código de Menores, Redução da Jornada de Trabalho, entre outros. Os mecanismos assistenciais adotados pelo empresariado foram: as vilas operárias, ambulatórios, creches, escolas e não descontar o tempo das operárias que amamentavam seus filhos. Todavia, os benefícios eram condicionados ao bom comportamento diante das greves e a uma vida pessoal regrada (IAMAMOTO; CARVALHO, 1982).

Em relação ao trabalho, **o Brasil seguiu a referência de cobertura de riscos ocorrida nos países desenvolvidos**, numa sequência que parte da regulação dos acidentes de trabalho, passa pelas aposentadorias e pensões e segue com auxílios doença, maternidade, família e seguro-desemprego. Em 1930 foi criado o Ministério do Trabalho, e em 1932, a Carteira de Trabalho, a qual passa a ser o documento da cidadania no Brasil: eram portadores de alguns direitos aqueles que dispunham de emprego registrado em carteira. Essa é uma das características do desenvolvimento do Estado social brasileiro: seu caráter corporativo e fragmentado [...]. (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p. 106, grifo nosso).

Os direitos garantidos na Constituição de 1934 e na Carta de 1937 ratificavam a necessidade de reconhecimento das categorias de trabalho pelo Estado e pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que foi promulgada em 1943 e sela o modelo corporativista e fragmentado do reconhecimento dos direitos no Brasil<sup>16</sup>.

Buainain e Dedecca (2009) relatam que o Brasil desde a década de 1930 vivenciou momentos de grandes transformações sociais, políticas, econômicas e

---

<sup>16</sup> Behring e Boschetti (2008, p. 108) relatam que Wanderley Guilherme dos Santos (1987), em sua obra Cidadania e justiça: política social na ordem brasileira caracterizou esse reconhecimento como uma “cidadania regulada” e que “[...] embora essa caracterização seja correntemente referida e aceita na literatura sobre a política social no Brasil, ela não passa sem críticas, uma vez que não há cidadania sem regulação [...]”

culturais, todavia, os esforços para a organização do mercado de trabalho não agrícola foram coroados em 1943 com a CLT. Behring e Boschetti (2008) relatam que, antes disto, as políticas sociais buscavam aliar o controle social ao incremento da produtividade e aumentar a taxa de exploração.

Criou-se toda uma estrutura política, econômica e jurídica para a implementação, reprodução e legitimação da nova relação de produção baseada no trabalho assalariado. Na verdade, um novo modelo de homem produzido em escala industrial pelo capitalismo: uma cabeça obediente e acrítica, e um corpo disciplinado e adestrado para o trabalho, enquanto que as estratégias de dominação, repressão e coerção eram modificados na ideologia, na moral, nos costumes e na ética (BIAR, 2009).

As leis trabalhistas representavam o reconhecimento da questão social, pelo governo Getúlio Vargas, tida na República dos Fazendeiros como uma questão de polícia; em seu governo foi encarada como uma importante “questão política”, tendo em vista que os trabalhadores urbanos, advindos do campo, em sua maioria imigrantes europeus, não tinham nenhuma proteção trabalhista, enquanto os mais velhos e conscientes tinham sido afastados à força das antigas lideranças. A intenção de Getúlio era se projetar como “pai dos pobres”, imagem essa que o próprio Estado se encarregou de difundir, uma vez que “[...] a legislação social tinha um significado político especial: impedir a organização independente da classe trabalhadora, além de se constituir na base da manipulação populista das massas [...]” (ALENCAR; RAMALHO; RIBEIRO, 1994, p. 334-335).

É importante ressaltar, nas palavras de Ianni (1989, p. 77), que o “varguismo teve várias fases”. Vejamos:

1) Entre 1930 a 1937, Getúlio Vargas ensaiou uma democracia de bases populares fazendo concessões simultâneas à classe média e ao proletariado. Nesse período foram criadas bases do populismo brasileiro, formulando a doutrina da “paz social” e o reconhecimento dos sindicatos como legítimos órgãos do proletariado (IANNI, 1989).

“Em 1935, os comunistas brasileiros, acompanhando a tendência internacional do movimento, implementaram uma política de frente popular [...]” Essa política recebeu a designação de Aliança Nacional Libertadora (ANL), que abarcava organizações dos trabalhadores rurais e urbanos com proteção aos pequenos e médios proprietários e entrega de terras dos grandes proprietários aos

trabalhadores do campo. Esta organização começou a ser perseguida e, entrou na clandestinidade a partir do golpe civil, liderado por Getúlio Vargas, na década de 1930 (RIBEIRO, 2013, p. 30).

2) Nos anos de 1937 a 1945, Vargas instalou uma ditadura de tipo populista, sob a denominação de Estado Novo, com elementos de inspiração corporativa, outorgou a CLT, formalizou as relações de trabalho nos setores secundário e terciário. Por meio do salário mínimo, as férias remuneradas, o aviso prévio, a proteção à maternidade e outros dispositivos, formalizaram-se os direitos e deveres dos trabalhadores, ao mesmo tempo, foram criados os requisitos organizatórios ou burocráticos por meio dos quais se deu o aparecimento do peleguismo<sup>17</sup> (IANNI, 1989).

Os trabalhadores conseguiram a criação da Justiça do Trabalho, porém, esta só foi instalada em 1941 e vinculada ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (BONFIM, 1999).

3) De 1945 a 1954 o populismo de Vargas conformou-se às regras da democracia representativa, onde os remanescentes da oligarquia, ao lado do imperialismo, estiveram bastante ativos contra o seu governo. Nesse período foi criado o Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) (IANNI, 1989).

Em 1946 a Justiça do Trabalho foi integrada ao Poder Judiciário por disposição da Carta Magna, deste mesmo ano (BONFIM, 1999).

O que determinou o aparecimento do direito do trabalho e da Justiça do Trabalho foi a necessidade de:

Em benefício da produção e da disciplina no estabelecimento patronal, ordenar, organizar, normatizar e canalizar para via institucional, as reivindicações e embates por interesses e direitos em formação, pleitos que, até então, se travavam diretamente no âmbito da empresa, de forma desordenada, desorganizada, indisciplinada, apaixonada, em que não raro, a falta de um mecanismo legal, o conflito individual e coletivo assumia proporções tumultuadas e agressivas, e se resolvia pela força [...]. (BONFIM, 1999, p. 287).

A Justiça do Trabalho passou a intervir de forma conciliadora, sublimadora de inconformações, protestos e demandas do assalariado, pleitos que poderiam ser feitos diretamente ao empregador se a Justiça do Trabalho não existisse. “Toda a legislação social e trabalhista foi reunida, formando a

---

<sup>17</sup> Modalidade de Sindicalismo na qual as propostas do governo são apresentadas de forma convincente à classe trabalhadora e detêm a primazia sobre o operariado.

Consolidação das Leis do Trabalho, que até hoje regulamenta as relações entre patrões e empregados no país.” (ALENCAR; RAMALHO; RIBEIRO, 1994, p. 334).

As concessões sociais e trabalhistas feitas pelos empregadores e grupos econômicos de um modo em geral não foram concessões unilaterais, ao contrário, foram resultados de pressões dos trabalhadores. Os empregadores concederam os direitos “[...] pelo receio de que a intransigência pudesse acabar com seus privilégios, pôr em risco suas riquezas [...]”, todavia, observamos que os direitos trabalhistas estão distantes da perspectiva de universalização (BONFIM, 1999, p. 289).

4) Ao longo dos anos 1950 e 1960, desde o suicídio de Vargas, em 1954 até a deposição de Goulart, em 1964 a aliança entre o Partido Social Democrático (PSD), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Comunista do Brasil (PCB) foi um elemento importante do populismo brasileiro, que embora tenha sido tensa e inconstante, elaborou e desenvolveu as relações entre o proletariado, as organizações sindicais e o aparelho estatal (IANNI, 1989).

Foi, no entanto, a partir da década de 1950 que os trabalhadores rurais passaram a se organizar mais solidamente em sindicatos: em Ilhéus e Itabuna, na Bahia – 1952; o de Barreiras, em Pernambuco – 1954; e o de Bragança Paulista – 1957. Todavia, é importante ressaltar que, a organização dos grandes proprietários rurais para conter o avanço do movimento social, de luta pela terra, reforma agrária e direitos, é bem antigo, inclusive com a presença de milícias armadas (RIBEIRO, 2013).

Somente no segundo governo de Vargas (1950-1954) é que os trabalhadores rurais e urbanos retomaram as suas organizações e continuaram os seus processos organizativos durante os governos de Juscelino Kubitschek (1955-1960) e de João Goulart, iniciado em 1961 e interrompido pelo regime militar, implantado em 1º de abril de 1964. Lembrando que as primeiras ligas e irmandades estavam vinculadas à aliança operário-camponesa, no período de redemocratização, iniciado em 1945. Uma década depois, em 1955, os trabalhadores rurais revoltados contra a quebra dos acordos por parte dos fazendeiros, fundaram a Liga Camponesa da Galileia, em Pernambuco, que serviu de exemplo para que novas ligas camponesas se organizassem em outros Estados (RIBEIRO, 2013; MARINI, 2000).

Paida (2012) ressalta que, só a partir de 1963 por meio da Lei 4.214/1963 é que os direitos dos trabalhadores rurais foram regidos pelo Estatuto do

Trabalhador Rural, que garantia a estes trabalhadores, praticamente, os mesmos direitos atribuídos aos trabalhadores urbanos, tais como: direitos individuais, coletivos, processuais, previdenciários e fiscalização trabalhista no campo rural<sup>18</sup>. No entanto, esta lei, não foi aplicada na prática tendo em vista a falta de fiscalização e atuação do poder judiciário, pois não existiam varas do trabalho adequadas.

Quando entram em vigor o Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), de 1963, e o Estatuto da Terra (ET), de 1964, tem-se o Estado, mais uma vez, patrocinando e dirigindo o processo de expulsão de trabalhadores e trabalhadoras do campo. Grande parte deles foi integrar o lumpemproletariado dos grandes centros urbanos; outra, passou a residir em cidades-dormitórios e a trabalhar como bóias-frias. (SILVA, 1999, p. 8).

O ETR foi o primeiro a regulamentar na íntegra as relações de trabalho no âmbito rural, porém permitia a aplicação subsidiária da CLT, desde que não contrariasse normas dispostas no Estatuto, todavia, sua intenção foi amenizar as reivindicações promovidas pelos movimentos camponeses. Relata Ribeiro (2013) que no final dos anos de 1970, os movimentos sociais populares retomam suas organizações, quando se pode perceber, novamente, a forte presença da Igreja e de partidos políticos de esquerda nesse processo.

Em 1971 surgiu o Decreto Lei nº 1.166/71 para enquadrar a contribuição sindical e em 1973 a Lei nº 5.889/73 que rege os contratos de safra e que está em vigor até o presente momento devido a questões pontuais que favorecem ao trabalhador e “define como um negócio jurídico a prazo, estabelecido entre empregado e empregador em épocas de plantio e colheita onde o seu termo final sempre estará ligado às variações estacionais da atividade agrícola”. No entanto, foi a partir da Constituição Federal de 1988 que o trabalhador rural alcançou os mesmos direitos do trabalhador urbano e algumas garantias individuais (PAIDA, 2012, online).

Em 1988 é consagrada a Constituição Federativa do Brasil, que retoma a “função social da terra”, reconhecida pelo Estatuto da Terra, ampliando a sua área de abrangência, como aparece no Título VII, Da Ordem Econômica e Financeira, no Capítulo III – Da política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária (RIBEIRO, 2013, p. 33).

---

<sup>18</sup> O estatuto gerou uma realidade muito complexa, pois permitiu que os fazendeiros mandassem embora os trabalhadores e depois os recontratassem como volantes.

Art. 184 - Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei [...];

Art. 186 - A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:

I - aproveitamento racional e adequado;

II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;

III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho;

IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.” (BRASIL, 2013, p. 32).

Observamos que a Lei 5.889/73 revogou o ETR, mas ampliou os direitos dos empregados rurais, permitiu a abrangência dos institutos inscritos na CLT, enquanto que a Constituição Federal de 1988 equipara os empregados urbanos aos rurais, como por exemplo, no que tange a obrigatoriedade do FGTS e traçou um panorama acerca da política agrícola social e da função social da propriedade.

Acrescentamos, ainda, que enquanto no Brasil conquistávamos direitos sociais e trabalhistas, nos países de capitalismo avançado, deu-se um processo de regressão social-democrático com a enorme expansão do neoliberalismo a partir dos fins de 1970 e na conseqüente crise do *welfare state* (ANTUNES, 1999).

O neoliberalismo passou a ditar o ideário e os programas a serem implantados pelos países capitalistas, inicialmente no centro e logo depois nos países subordinados, contemplando a reestruturação produtiva, privatização acelerada, enxugamento do Estado [...] desmontagem dos direitos sociais dos trabalhadores, combate cerrado ao sindicalismo de esquerda. (ANTUNES, 1999, p. 189).

Esta corrente chegou ao Brasil logo depois da Constituição de 1988, pelas mãos do presidente Collor que gerou impedimentos para o avanço das conquistas sociais. No Brasil, a conquista de direitos humanos e sociais foi sancionada pelas modificações da Constituição (1988). Esta supõe uma revolução político-cultural que provoca mudanças no modo de pensar e agir conservador, ditatorial e não democrático (MONTAÑO, 2007).

[...] o período varguista consolidou as leis do trabalho e desenvolveu certo “Estado social”, por meio de um tipo de “pacto antioligárquico” e “industrialista”, mas é apenas com a Constituição de 1988 que se consagra o novo “pacto social”, como resultado de lutas pós-ditatorial [...]. Segundo Netto, “a Constituição de 1998 consagrou este profundo avanço social [...]. Para o autor, **“a Constituição de 1988 configurou um pacto social” que, pela primeira vez no país, apontava para a construção de “uma espécie**

**de Estado de Bem-Estar-Social**". (MONTAÑO, 2007, p. 34-35, grifo nosso).

Entretanto, é necessário ressaltar que as décadas de 1970 e 1980 foram marcadas pelos movimentos sociais que lutavam pelo fim da ditadura, pela democracia, pela conquista de direitos sociais e trabalhistas, consagrados na Constituição de 1988. A década de 1980 é conhecida como a década perdida do ponto de vista econômico, ainda que, também, seja lembrada como um período de conquistas democráticas, em função das lutas sociais e da Constituição de 1988 (PAULO NETTO, 1999).

Os anos 1980, na América Latina, ficaram conhecidos como "a década perdida", no âmbito da economia. Das taxas de crescimento do PIB à aceleração da inflação, passando pela produção industrial, poder de compra dos salários, nível de emprego, balanço de pagamentos e inúmeros outros indicadores, o resultado do período é medíocre. No Brasil, a desaceleração representou uma queda vertiginosa nas médias históricas de crescimento dos cinquenta anos anteriores.

Mas, sob o ponto de vista político, aquela foi literalmente uma década ganha. Não apenas se formaram e se firmaram inúmeras entidades e partidos populares – fruto das maiores mobilizações sociais de toda a história brasileira -, como se abriu uma nova fase histórica para o país, através do fim da ditadura e da promulgação da Constituição de 1988. (MARANGONI, 2012, online).

No Brasil, a repercussão dos direitos sociais ocorreu de forma tardia, marcando assim, uma mudança da posição abstencionista do Estado, que passou a intervir nos conflitos sociais. Behring e Boschetti (2008, p. 48) citam Polanyi (2000) e Castel (1998) para relatar que as legislações promulgadas, na Europa e Inglaterra, até 1975 tinham como principal função manter a ordem de castas e impedir a livre circulação da força de trabalho.

Paulo Netto (1993) relata que o caráter tardio do novo pacto social brasileiro inspirado no bem-estar público garantido pelo Estado, pouco durou no Brasil. Na verdade ele veio à tona no momento em que internacionalmente ocorriam processos que punham em questão o *Welfare State* e o chamado socialismo real, desencadeados pela corrente neoliberal e pela reestruturação produtiva, onde o Estado não deixa de ter importância, mas seu papel se torna, apenas, subsidiário.

### 3.2 As transformações sociais e a modernização da agricultura

Com a crise da agricultura, iniciada em 1920 e o desenvolvimento urbano nas grandes cidades da região Sudeste, o movimento migratório cresceu e adquiriu implicações regionais, entre as décadas de 1930 e 1940. Os Estados que mais perderam população foram Minas Gerais, Bahia, Piauí, Alagoas, Sergipe, Paraíba e Rio Grande do Norte, “[...] milhares de trabalhadores deixaram seus locais de origem e seus parentes em busca de melhores condições de vida [...]”, a migração se dava do campo para a cidade, caracterizando o êxodo rural (ALENCAR; RAMALHO; RIBEIRO, 1994, p. 331).

A partir de 1945 o Brasil vivenciou um novo período de turbulências econômicas, políticas e sociais, tornando-se um país mais urbanizado, com uma indústria de base, embora, sua vocação agrário-exportadora, ainda, permaneça forte (BEHRING; BOSCHETTI, 2008).

Alencar; Ramalho e Ribeiro (1994) relatam que no final dos anos 1940 a industrialização do país se tornava irreversível e cada vez mais difícil aos setores agroexportadores continuar sustentando o mito da “vocação agrária”.

A expansão capitalista e urbana aumentava a importância das classes sociais mais novas: a *burguesia industrial e financeira*, o *proletariado urbano* e as *camadas médias*, ligadas a burocracia estatal, à empresas privadas e ao setor de serviços.

A burguesia industrial concentrava-se cada vez mais no Sudeste do país e mantinha-se dependente dos favores do Estado. Por isso apoiava [...] o retorno de Vargas à presidência, a ele confiando a direção política do país para o cumprimento de duas grandes tarefas: a retomada [...] do crescimento industrial e o controle político e ideológico das massas urbanas ansiosas [...]. (ALENCAR; RAMALHO; RIBEIRO, 1994, p. 356, grifo do autor).

Para Antunes (1999, p. 236), o padrão de acumulação industrial desenvolvido pelo capitalismo brasileiro, desde meados da década de 1950 foi intensificado pós-década de 1960, pela superexploração do trabalho, dado pela articulação duma jornada de trabalho prolongada e de baixos salários. Esse padrão de acumulação desenvolveu-se com muita força, nas décadas de 1950 a 1970 e se sustentou numa estrutura produtiva “*bifronte*”, onde:

De um lado, estrutura-se a produção de bens de consumo duráveis, como automóveis, eletrodomésticos, etc., para um mercado interno *restrito* e *seletivo*, composto pelas classes dominantes e por uma parcela significativa das classes médias especialmente seus estratos mais altos. De outro lado

tem-se a **produção para exportação**, não só de produtos primários mas também de produtos industrializados de consumo. (ANTUNES, 1999, p. 236, grifo do autor e nosso).

A partir de 1960, Delgado (2012) relata que o campo modernizou para atender a vinda de empresas multinacionais produtoras de maquinários, implementos e insumos agrícolas, com os incentivos governamentais através dos programas de financiamento, de forma que o governo federal procurou:

[...] estruturar um setor público rural, de caráter gigante, albergando não apenas a arquitetura institucional herdada de Getúlio Vargas, dos anos 1930-45 e 1951-54, mas também as novas entidades criadas nas décadas de 1960 e 1970, muito mais vinculadas à concepção funcionalista de desenvolvimento rural - SNCR, Embrater, Embrapa, Política de Garantia de Preços Mínimos reestruturada, Programa de Apoio à Atividade Agropecuária, etc. (DELGADO, 2012, p. 15).

Foi na década de 1970, que o Brasil deu seus primeiros passos para modernidade agrícola, quando os médios e grandes agricultores passaram a implementar, nos processos produtivos, o pacote tecnológico, que inclui fertilizantes, agrotóxicos, mudas e sementes melhoradas, maquinários e implementos, calendário agrícola, entre outros, vindos dos países desenvolvidos, principalmente Europa e EUA, para a agricultura, denominado de Revolução Verde (MARTINE; GARCIA, 1987).

Perseguiu-se na política agrícola a concepção de planejamento induzido dos mercados de produtos rurais mediante a desoneração dos riscos estruturais do processo produtivo privado (risco de produção e de preços). Estimulou-se a adoção de pacotes tecnológicos da "Revolução Verde", então considerados sinônimos de modernidade, e incentivou-se um enorme aprofundamento das relações de crédito na agricultura, mediando a adoção desses pacotes com mecanismos de seguro de preço e seguro do crédito à produção. (DELGADO, 2012, p. 13).

A expressão "Revolução Verde" foi criada durante uma conferência em Washington, por Willian Gown. Refere-se a um programa de inovações tecnológicas no setor da agricultura, com o objetivo de aumentar a produtividade por meio de modificação em sementes, fertilização do solo, utilização de agrotóxicos e mecanização no campo. No Brasil, a revolução verde, aconteceu durante a ditadura militar – entre as décadas de 1960 e 1970 – e permitiu que o país desenvolvesse tecnologia própria em universidades, centros de pesquisa, agências governamentais e instituições privadas (MARTINE; GARCIA, 1987).

Como nos lembra Silva (1981) a Revolução Verde foi nefasta para a agricultura ainda que tenha permitido maior nível de tecnificação.

Os principais institutos da era Vargas - IAA (Instituto do Açúcar e do Alcool), IBC (Instituto Brasileiro do Café), CTRIN-DTRIG (Centro do Trigo Nacional do Banco do Brasil Departamento do Trigo Nacional da SUNAB), CEPLAC (Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira) e CFP (Comissão de Financiamento da Produção) - passaram a conduzir suas políticas subsetoriais e regionais de produção e comércio do açúcar, do café, do trigo, do cacau, do algodão e de produtos regionais do norte e nordeste (juta, malva, sisal, cerca de carnaúba e algodão), em associação com uma política agrícola e comercial mais geral. Esta induzia a produção de mercadorias setoriais por intermédio dos incentivos fiscais e financeiros protetores das margens de lucro dos fazendeiros que alteravam sua base técnica; e também a valorização patrimonial dos que ampliavam a fronteira de terras apropriadas para fins produtivos ou especulativos. (DELGADO, 2012, p. 14).

A agricultura brasileira passou por um processo de radical transformação da produção em função da sua integração à dinâmica de incentivo à constituição do Complexo Agroindustrial (CAI). Essa transformação significou alteração da base técnica de produção com maior consumo, por parte da agricultura, de insumos modernos produzidos pelo setor industrial. A indústria fornecedora de insumos para a agricultura foi incentivada pelo governo brasileiro, por um duplo movimento: a **montagem de filiais de multinacionais** produtoras de insumos modernos; e o **crédito rural subsidiado**, que incentiva o consumo dos insumos modernos pela agricultura. Essa fase foi caracterizada como a passagem do "Complexo Rural" para o "Complexo Agroindustrial", na qual se dá a internalização de um setor específico produtor de bens de capital para a própria agricultura, que se estende de 1965 a 1986, período este denominado de modernização da agricultura (KAGEYAMA; SILVA, 1987).

A chamada "modernização conservadora" da agricultura nasceu com a derrota do movimento pela reforma agrária. Tratava-se ainda de uma resposta à política agrícola dominada excessivamente pela prioridade do IBC à valorização cafeeira e ao regime cambial dos anos 1950. Ela foi também uma maneira de responder aos intensos desafios da industrialização e urbanização, combinados com uma necessária diversificação e elevação das exportações primárias e agroindustriais do Brasil, estancadas durante quase vinte anos no nível de 1 a 1,5 bilhão de dólares por ano. (DELGADO, 2012, p. 13)

Martine (1981) relata que a modernização da agricultura ampliou a demanda por trabalhadores assalariados, porém, sazonalmente e associada a condições precárias de habitação no meio urbano. Numa perspectiva histórica,

verifica-se que a partir de meados dos anos de 1960, a chamada modernização conservadora, baseada num pacote tecnológico, associada aos incentivos estatais ao desenvolvimento e à produção industrial, acentuou o processo migratório rural-urbano.

O aumento da mecanização, provoca também expulsão de trabalhadores e reduz, de forma geral, a quantidade de terras ocupadas por posseiros e pequenos produtores. A migração campo-cidade teve como reflexo principal a criação de um contingente populacional maior nas cidades para atender ao crescimento industrial, ou à agricultura que se modernizou. Entre 1960 e 1980, cerca de 28 milhões de pessoas deixaram o campo e foram se estabelecer nas cidades. O Estado de São Paulo foi responsável pela migração de 4,5 milhões de pessoas do campo para a cidade nas duas décadas. (ALVES, 1991, p. 23-24).

Teixeira (2005, p. 19) em seu estudo sobre a “Modernização da agricultura no Brasil [...]” relata que o processo de modernização da agricultura, do ponto de vista econômico, foi importante porque deu impulso à produção agrícola do país, todavia, “do ponto de vista social e ambiental, não obteve o mesmo êxito.” Neste sentido, é importante frisar que, em nosso entendimento, não é possível separar aspectos econômicos dos sociais como faz o autor. Na realidade houve um aumento no contingente populacional urbano frente a uma organização capitalista, que opera na prosperidade de poucos segmentos e caminha lado a lado com a miséria de outros, visto que a desigualdade social é peculiar a esse sistema.

Por fim, lembramos que somente pós década de 1970, o Estado retoma a iniciativa de reorganizar a regulação do trabalho agrícola. Assim, os primeiros 100 anos de trabalho livre no Brasil foram caracterizados pelo “abandono”, por parte do Estado, da questão da regulação do mercado de trabalho agrícola, conduta convergente ao processo de industrialização com modernização agrícola desigual, que produziu grandes desequilíbrios econômicos e sociais entre as duas principais regiões do país: a Nordeste e a Sudeste (BUAINAIN; DEDECCA, 2009).

### **3.3 O café e o mercado de Commodities**

Até a década de 1960, o café era o principal produto de exportação brasileiro, responsável por gerar as divisas necessárias para a efetivação da política de “substituição de importações” (FREDERICO, 2012, p. 10).

Os sistemas agroindustriais criados ou fortalecidos e tecnicamente melhorados nos anos 1970 constituem uma faceta moderna da agricultura brasileira, assim como sua diversificação e integração às múltiplas correntes do comércio internacional de produtos agrícolas e agroindustriais. Neste sentido, marcam uma grande diferença com relação à política externa dos anos 1950, que privilegiava o café e por isso o tornara praticamente exclusivo como grande produto de exportação. (DELGADO, 2012, p. 17).

Prado Júnior (1981) relata em seu livro “História Econômica do Brasil”, que mesmo com a industrialização brasileira, a necessidade de exportações de produtos primários continua premente para o pagamento das importações e para a manutenção dos trustes<sup>19</sup> capitalistas instalados no Brasil. O sistema agrário brasileiro configurou-se como projeto estruturado de Estado sob a égide do regime militar.

Projeto que se fazia sob condições de crescimento do emprego e do mercado interno nos seus primórdios (anos 70 e parte dos 80), agora se realiza sob o influxo principal de demanda externa de “commodities”, de relativamente baixo valor específico e altos custos sociais e ambientais de produção. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE REFORMA AGRÁRIA, 2007, p. 21).

“A década de 1970 vai sendo marcada pela chamada ‘industrialização da agricultura’, sendo esta cada vez mais subordinada à indústria e, conseqüentemente, uma maior subordinação da natureza ao capital [...]”, onde, a política de modernização agrícola foi incentivada e defendida principalmente pelas grandes empresas ligadas ao ramo agroindustrial, visando maximizar suas vendas e ingressar, ainda mais, no mercado competitivo (TEIXEIRA, 2005, p. 28).

Os principais países capitalistas desenvolvidos conheceram no decorrer dos anos de 1970 e 1980, uma grande crise estrutural, marcada por baixo investimento e fraco crescimento, desemprego, inflação, redução no ritmo do progresso técnico, lentidão da progressão do salário, diminuição da rentabilidade do capital. A isso se soma uma dupla evolução: dum lado um conjunto de inovações tecnológicas e financeiras, e do outro, o desenvolvimento de instituições (CHESNAIS, 1996).

As telecomunicações e a informática promoveram o processo de globalização, que a partir da rede de telecomunicação<sup>20</sup> foi possível difundir

---

<sup>19</sup> São as empresas ou grupos que, sem perder a autonomia, se reúnem com o objetivo de dominar o mercado e suprimir a livre concorrência.

<sup>20</sup> Telefonia fixa e móvel, internet, televisão, aparelho de fax, entre outros.

informações entre as empresas e instituições financeiras, ligando os mercados do mundo. A integração mundial decorrente do processo de globalização ocorreu em razão de dois fatores: as inovações tecnológicas e o incremento no fluxo comercial mundial. Isso estreitou as relações comerciais entre os países e as empresas multinacionais ou transnacionais, tendo em vista que essas empresas desenvolviam atividades em diferentes territórios, contribuindo assim, para a efetivação do processo de globalização mundial (FREITAS, E., [2014]).

Chesnais (1996) relata que uma das principais características do período de expansão financeira, iniciado na década de 1970 é a centralização de capital em grandes corporações transnacionais promovida pelo significativo aumento de fusões-aquisições de empresas rivais e de setores complementares. No caso da cafeicultura, a “financeirização da economia” tem resultado na centralização de capital, “[...] por meio de fusões e aquisições, e na explosão dos negócios especulativos em bolsas de valores, ampliando a volatilidade dos preços do café.” (FREDERICO, 2013, p. 109).

A partir das novas tecnologias, das quais a “internet constitui a figura emblemática” que surge a “nova economia”, talvez esta expressão tenha sido utilizada por possuir uma forte conotação ideológica e por ser mais acentuada que a palavra “globalização”, e ainda, “[...] com a possibilidade de transmissão instantânea das informações [...]” (CHESNAIS, 2003, p. 11, 44; FREDERICO, 2013, p. 112).

A aceleração da difusão de tecnologias de informação e comunicação (TI) e a retomada do crescimento da produtividade do trabalho, bem como da produtividade total dos fatores, pareciam oferecer uma explicação satisfatória para a cotação elevada das ações. (CHESNAIS, 2003, p. 43).

Chesnais (2003) nos chama atenção para a amplitude das transformações, por ser muito mais considerável do que o aspecto técnico, seja para louvar ou denunciar os novos desenvolvimentos. É preciso questionar a própria ideia de novidade, haja vista que na história do capitalismo, cada época traz seu contingente de inovações, e, as novas tecnologias são, sob vários aspectos, revolucionárias. Temos como exemplo a invenção da eletricidade, do automóvel, do rádio e de tantas outras descobertas frente à mundialização do capital, que trazem graves consequências para classe trabalhadora, para sociedade, dentre elas a flexibilização do trabalho, precarização nas relações de produção, desemprego, competitividade, entre outros.

O “imperativo de competitividade” coincide com a emergência da lógica liberal a partir da década de 1970, como uma necessidade do capital de se libertar da dependência do Estado, num momento em que o capitalismo vivenciava a crescente financeirização da economia, ou seja, era preciso colocar o Estado e o território a serviço da competitividade das empresas em escala mundial, aceitando a supremacia das “leis do mercado.” (GORZ, 2004, p. 20).

Santos (1977) relata que o imperativo da competitividade foi fortemente difundido na formação sócio espacial brasileira, sobretudo, a partir da década de 1990, com a adoção das políticas neoliberais e o consequente afrouxamento do poder regulatório do Estado.

Souza (2008, p. 8), também se reporta a mesma problemática:

O neoliberalismo propõe (ao menos no discurso direcionado aos países economicamente periféricos) uma retirada do poder do Estado nas relações econômicas mundiais, ou seja, que “deixe de interferir na economia”, permitindo às empresas atuarem livremente de acordo com a Lei do Mercado. Um mercado capitalista que se desenvolve de maneira desigual e contraditória e que ao livre sabor das concorrências, exclui produtores, empresas e trabalhadores.

O período de globalização se caracteriza pela articulação entre uma política neoliberal hegemônica, uma lógica financeira mundializada e uma onipresença das novas tecnologias da informação. É a partir da década de 1990, que no Brasil, é implementada a adoção das políticas neoliberais e a consequente financeirização do capital, que resulta em políticas de reforço às exportações, sobretudo, de produtos primários. Neste sentido, presenciamos um imperativo das exportações, presente no discurso das políticas do Estado e na lógica das empresas, que tem promovido uma verdadeira comoditização da economia e do território (SANTOS, 2000).

A opção do Brasil no cenário atual é por um modelo de desenvolvimento agrário que associa os interesses do capital financeiro, industrial e rural, sem romper a aliança com as elites agrárias que se reúnem sob o signo do agronegócio. A modernidade do agronegócio, no entanto, desfaz-se ao desvendar as relações arcaicas de trabalho a que estão submetidos/as os/as trabalhadores/as das diversas cadeias produtivas e os graves problemas ambientais resultantes do uso abusivo e, por vezes indiscriminado, de agrotóxicos, o desrespeito ao meio ambiente e, ainda, o comprometimento da segurança alimentar do país, devido ao uso de sementes transgênicas e da vinculação da produção ao mercado internacional de commodities. (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2012, p. 1).

Frederico (2012, p. 3, grifo nosso) relata que o “imperativo das exportações”, evidencia não só a **comoditização da economia, mas do território**, uma vez que determinadas regiões passam a atrair uma grande quantidade de investimentos públicos e privados, bem como a reunir uma série de infraestruturas e normas que as tornam funcionais à produção de gêneros agrícolas ou mineral, subordinadas à lógica do mercado globalizado.

Chesnais (2001, p. 12) relata que: “A globalização financeira, estendeu-se até a visão do investidor financeiro e suas estratégias mundiais de arbitragem entre as diferentes localizações financeiras e os diferentes tipos de títulos [...]”. A mundialização do capital é portadora no plano de certos objetos de consumo e de modos de dominação ideológicos por meio das tecnologias e da mídia, permitindo uma completa heterogeneidade e desigualdade das economias.

Entendemos, neste sentido, que a mundialização financeira é incorporada pela lógica das commodities, comandado pela mundialização do capital, envolvendo todos os países e todos os setores, “[...] inclusive no campo, moldando-o segundo os seus interesses.” (TEXEIRA, 2005, p. 21).

A lógica das *commodities* não se caracteriza apenas por uma invenção econômico-financeira, entendida como um produto primário ou semi-elaborado, mineral ou agrícola, padronizado mundialmente, cujo preço é cotado nos mercados internacionais, em bolsas de mercadorias. Trata-se também de uma expressão política e geográfica, que resulta na exacerbação de especializações regionais produtivas enfraquecendo e submetendo o produtor local – pelo menos quando se trata de *commodity* agrícola – a uma lógica única ou global e a uma situação sobre a qual não exerce nenhum controle, **favorecendo os compradores ou as grandes empresas de comercialização (tradings)**. A lógica das *commodities* opõe agentes atrelados ao lugar ou região aos agentes que atuam em rede na escala mundial, acarretando numa vulnerabilidade social, econômica e territorial. (FREDERICO, 2012, p. 4, grifo nosso).

A competitividade é o novo “ideário”, que substitui e articula a outros ideários, como o “progresso” e o “desenvolvimentismo”, e que, “[...] pouco a pouco, deixa de ser um emblema somente das empresas, perpassa toda a sociedade e torna-se também atributo dos lugares, das regiões e dos territórios [...]”. (CASTILLO, 2008, p. 408).

Porém, **esse avanço nos meios técnicos-produtivos não atingiu todos os produtores e propriedades, excluindo os menos favorecidos**. Foram favorecidos os grandes proprietários e determinados segmentos da produção, ou seja, aqueles que eram de interesse da indústria e aqueles voltados para exportação. Além disso, **umentaram os impactos**

**ambientais no campo, intensificando os desmatamentos e o uso de produtos tóxicos.** (TEXEIRA, 2005, p. 21, grifo nosso).

O capital não se preocupa com o meio ambiente, muito menos com o pequeno produtor, mas com a lucratividade e os rendimentos agrícolas, com vistas a exportação. O pequeno produtor enfrenta diariamente a luta pela sobrevivência, no campo frente ao mercado competitivo e, como relata o ENGENHEIRO AGRÔNOMO DA EMATER (2014): “Muitas vezes, trabalha na perspectiva da agricultura familiar, dentro do sistema de mutirão, onde o produtor ajuda o outro a apanhar o café para vender aos atravessadores.”

A agricultura brasileira se tornou cada vez mais subordinada ao capital monopolista, devido ao aumento do poder das empresas multinacionais produtoras de insumos e equipamentos agrícolas. As grandes corporações determinaram os novos padrões tecnológicos e subordinaram os produtores à sua lógica. Os pequenos agricultores passaram a ter cada vez, menos chances de sobrevivência diante da impossibilidade de adquirir os novos sistemas técnicos e acompanhar, na mesma velocidade, um novo tempo que se implantava no território. (FREDERICO, 2009, p. 21).

Os produtos mais importantes desse mercado são: soja, algodão, laranja, café e cana-de-açúcar. “Desse tipo de modernização, decorre uma geografia adaptada aos ditames da globalização, ao custo, muitas vezes, do bem-estar das populações locais” em favorecimento do agronegócio (CASTILLO; FREDERICO, 2010, p. 24).

As mais importantes operações do trabalho são reguladas e dirigidas segundo os planos e as especulações daqueles que aplicam os capitais; e o objetivo que eles pressupõem em todos estes planos e operações é o *lucro*. Portanto: a taxa de lucro não sobe, como a renda da terra e o salário, com a prosperidade da sociedade, e não cai como aqueles, com declínio desta última. Pelo contrário, esta taxa é naturalmente baixa nos países ricos e alta nos países pobres; e nunca é tão alta como nos países que mais rapidamente caminham em direção à ruína. [...] O interesse particular daqueles que exploram um ramo do comércio ou da manufatura é, em certo sentido, sempre diferente do [interesse] público e, frequentemente, até mesmo contraposto a ele de maneira hostil. (MARX, 2004, p. 46, 47, grifo do autor).

As commodities<sup>21</sup> são produzidas em grandes quantidades por um ou vários produtores. São negociadas em duas formas: mercado à vista e futuro. “Nas

---

<sup>21</sup> Commodities tem origem no termo commodity, em inglês, que significa mercadoria. Não se trata de qualquer tipo de mercadoria, refere-se a produtos primários ou semielaborados, geralmente agrícolas ou minerais, mundialmente padronizados, com preços cotados e negociados pelas principais bolsas de mercadorias. Trata-se de uma invenção econômico-financeira surgida nos Estados Unidos, em meados do século XIX (CRONON, 1991 apud FREDERICO, 2013).

Bolsas de Mercadorias e Futuros (BM&F), são negociadas em quantidades padrões: por exemplo, o dólar é negociado em contratos de US\$ 10.000 e o café em contratos de 100 sacas de 60 Kg.” (RURAL BR, 2010, online).

O café é atualmente a segunda maior *commodity* mundial em valor de mercado, atrás somente do petróleo. Cultivado em 50 países e consumido em dezenas de outras nações, o café, dentre as atuais *commodities* agrícolas, é uma das mais antigas mercadorias comercializadas no mundo, estando entre os produtos que mais contribuíram para a expansão da economia-mundo europeia (TALBOT, 2004 apud FREDERICO, 2013).

De acordo com Vera (2002), o café, até chegar ao consumidor final deixa de ser *commodity* (produto primário) para se transformar em um artigo sofisticado. Em uma década o negócio mais que duplicou, mas o rendimento de quem produz caiu pela metade e a participação nos ganhos ficou quatro vezes menor. Isso é fruto da crise de ajuste da cafeicultura mundial a partir da ruptura do Acordo Internacional do Café em 1989. Até então, havia um equilíbrio entre oferta e demanda e o comércio do café era administrado pelos cafeicultores. A partir daí, passou a ser regido pelo mercado, na verdade pelas empresas torrefadoras<sup>22</sup> transnacionais que assumiram o papel de protagonistas neste cenário, concentrando os lucros adquiridos através da transformação dos grãos verdes em café torrado e moído ou em café instantâneo, definindo o funcionamento do mercado de varejo, através de marcas amplamente conhecidas.

Ao normatizar o mercado mundial de determinadas mercadorias, a *lógica das commodities* submete os agentes próprios do lugar ou região — produtores, transportadores, comerciantes e empresas locais — aos desígnios dos agentes que atuam em rede na escala mundial — grandes firmas exportadoras e importadoras (*tradings*), conglomerados alimentícios e especuladores financeiros —, acarretando numa vulnerabilidade produtiva local. (FREDERICO, 2013, p. 98).

A lógica de commodities é desumana, promove a má distribuição de recursos no campo e amplia as desigualdades sociais. Os pequenos agricultores são prejudicados por um modelo de comércio baseado em regras desiguais. E para compreender essa lógica: “É preciso procurar analisar os diferentes componentes do capital, o sistema das relações entre governos e as relações entre as classes sociais

---

<sup>22</sup> As quatro principais torrefadoras do mundo: Nestlé, Kraft Foods, Procter & Gamble e Sara Lee. Junto com a quinta maior torrefadora, a Tchibo, que comercializa o produto na Alemanha, elas compram quase a metade da oferta mundial de café em grão. No Brasil, a Sara Lee domina um quarto do mercado interno de torrefação e a Nestlé lidera o mercado interno de café solúvel (VERAS, 2002).

na mundialização do capital [...]”, como elementos de uma totalidade (CHESNAIS, 2001, p. 13).

Como relata Souza (2008, p. 86)

As estatísticas expressam a representação máxima da produção e imediatamente uma conversão em unidade de comercialização. Esse é o fetiche do agronegócio, sua referência nos números do PIB, da balança de pagamentos, ou na unidade de seu “desenvolvimento” territorial: o valor da produção.

Não importa para o capital, saber a quem vai vender o produto final, mas o lucro de sua venda. No caso do café, não interessa saber quais as regiões que o produz, mas, se o café está na produção como lucro, e, neste sentido, o Brasil que é um dos maiores produtores de café do mundo e, geograficamente, situado na “[...] América Latina se ‘integra’ à chamada mundialização destruindo-se socialmente. Os níveis de indignação social falam por si só.” (ANTUNES, 1999, p. 232).

Lembramos que:

De cada cem xícaras vendidas nos países desenvolvidos, menos de duas correspondem à remuneração dos cafeicultores. No início dos anos 90, segundo a Organização Internacional do Café (OIC), as vendas mundiais de café no varejo eram de US\$ 30 bilhões por ano e os países produtores ficavam com um terço (de US\$ 10 a 12 bilhões). Em 2001, dos US\$ 70 bilhões movimentados com café, apenas US\$ 5,5 bilhões chegaram aos países produtores. (VERAS, 2002, p. 6).

O café precisava de áreas com climas propícios para produção, antes da modernização da agricultura. Hoje, o café pode ser plantado em quase toda região do Brasil. Enquanto o café passa por uma reestruturação, no sentido de redução de sua área plantada em tradicionais estados produtores como São Paulo e Paraná, e de estabilização em outros, como Espírito Santo e Minas Gerais, ele se expande em algumas áreas de fronteira agrícola: “[...] o caso do Oeste da Bahia, onde se pratica uma cafeicultura empresarial, irrigada e totalmente mecanizada, desde os tratamentos culturais até a colheita, o que confere uma produtividade média superior ao dobro das demais regiões produtoras”, com vistas ao mercado global (FREDERICO, 2012, p. 10).

O termo “mercado” é a palavra que serve hoje para designar a propriedade privada dos meios de produção; a posse de ativos patrimoniais que comandam a apropriação sobre uma grande escala de riquezas criadas por outrem; uma economia explicitamente orientada para os objetivos únicos de rentabilidade e

de competitividade. As fusões-aquisições dos últimos anos empurram o processo de concentração a níveis que pareciam impossíveis. Enquanto que atrás do mercado, “[...] encontram-se formas cada vez mais concentradas de capital industrial e financeiro que detêm um poder econômico sempre maior, que inclui uma capacidade muito forte de ‘colocar em xeque o mercado’, ‘curto-circular’ e cercar os mecanismos da troca ‘normal’.” (CHESNAIS, 2001, p. 7).

Percebemos e concordamos com Veras (2002) que o café inserido no mercado de commodities percorre um caminho que enriquece poucos e mantém muitos na pobreza.

Fim de tarde em Amsterdã, Holanda. Mario van der Luijngaarden toma um café expresso ao sair de seu local de trabalho. Ele paga 1,70 euro pela xícara e a consome em alguns minutos. A 9 mil quilômetros de distância, Maria da Penha Gonçalves trabalha duro podando uma lavoura de café em Governador Lindenberg, Espírito Santo, Brasil. Ao final de uma jornada de até 12 horas, ela ganha uma diária de R\$ 5,00 - mesmo valor do café expresso e metade do que ganha seu marido, também trabalhador rural. Entre as mãos feridas de Maria e a xícara fumegante de Mario [...]. (VERAS, 2002, p. 6).

No entanto, também, observamos no estudo de Federico (2012) que algumas regiões produtoras tradicionais como o Sul de Minas e a Alta Mogiana/SP há uma tendência de reconversão produtiva, principalmente, pela cana, o que acarreta uma série de conflitos e problemas tanto no campo quanto nas cidades, dentre eles o desemprego estrutural, o trabalho informal, a precarização do trabalho, entre outros.

A figura monetária do valor é sua forma autônoma, palpável, de manifestação, a forma de circulação D \_ D’ cujo ponto de partida e ponto de chegada é o dinheiro real, expressa de modo mais palpável o motivo condutor da produção capitalista – o fazer dinheiro. O processo de produção aparece apenas como elo inevitável, como mal necessário, tendo em vista fazer dinheiro. **Todas as nações de produção capitalista são, por isso, periodicamente assaltadas pela vertigem de querer fazer dinheiro sem a mediação do processo de produção.** (MARX, 1984a, p. 44, grifo nosso).

Neste sentido, entendemos que, quando o café ou qualquer outra mercadoria não dar retorno financeiro, ou, nas palavras de Marx: não faz dinheiro, o capitalista procura investir noutra mercadoria, sua preocupação não é o operário/apanhador de café, mas a lucratividade, o fetichismo particular, sem medir os danos causados ao trabalhador, no processo avassalador de extrair mais valia,

diante da mercantilização total da vida, onde as pessoas são obrigadas a vender sua força de trabalho, detalhe: quando conseguem vender !

Concordamos com Delgado (2012) quando relata em seu estudo, sobre a financeirização da agricultura e o agronegócio, que as condições para a transformação técnico-econômica da agricultura foram forjadas em meio século de industrialização e urbanização acelerada pelo qual passou a economia brasileira, desde 1930. De forma que a modernização conservadora brasileira ocorreu, principalmente, no período de 1965 a 1980. Mas que, desde a era Vargas até o final do regime militar, a predominância da associação entre o capital agrário e a grande propriedade, albergados nos favores fiscais e financeiros do governo federal ficou patente na construção do aparelho de Estado.

Na década de 1980 emergiu a mais aguda crise do mundo do trabalho que alterou a forma de ser da classe trabalhadora e afetou intensamente os seus organismos de representação, dos quais a crise dos sindicatos e a crise dos partidos, especialmente os partidos de esquerda com vínculos nas classes trabalhadoras. Foi nesta década que um grande salto tecnológico aconteceu, uma verdadeira revolução técnica no interior do capitalismo. São exemplos disto a automação, a robótica e a microeletrônica. Esse salto tecnológico fez com o modelo de produção fordista-taylorista que particularizou o capitalismo no século XX deixasse de ser o único processo de produção dominante no mundo do trabalho (ANTUNES, 1996, p. 78-79).

O toyotismo surgiu no pós-guerra japonês, com a necessidade de destruir o sindicalismo de classe lá existente, mas sua característica maior é o processo de produção flexível, que atende as demandas com mais rapidez, e, no interior do capitalismo, mescla e substituiu o modelo baseado no binômio fordista-taylorista (ANTUNES, 1996).

No Brasil, as propostas de desregulamentação dos sindicatos, de flexibilização e de privatização acelerada foram iniciadas “no governo Collor e posteriormente no governo de Fernando Henrique Cardoso.” Na década de 1990, “que se adaptaram e seguiram a política de corte neoliberal.” Nesses governos, houve uma forte retração da força de trabalho industrial e ampliou-se o subproletariado, os terceirizados, os subempregados, enfim, as distintas modalidades do trabalho precarizado. “Coube ao governo FHC intensificar o processo de desmontagem dos direitos trabalhistas, construídos durante várias

décadas de luta e ação dos trabalhadores” e o quadro de sindicalismo brasileiro passou a preencher o campo da nova direita, de preservação da ordem, da sintonia com o desenho do capital globalizado (ANTUNES, 1999, p. 240).

O papel diretor do governo federal, na nova política econômica e social, orientada desde a década de 1980 nos países de capitalismo central, e, no Brasil, a partir da década de 1990, para além de crucial foi indissociável de outros processos, tais como: centralização política do Estado, construção do mercado interno, industrialização substitutiva de importações, entre outros, no momento em que a reforma agrária foi derrotada e as transformações técnico-econômicas ficaram evidentes. Lembrando que, os grupos de pressão sindical dos trabalhadores rurais passaram a organizar-se em bases nacionais, assim como, a tácita exclusão dos sindicatos e de outras representações de trabalhadores e produtores familiares do projeto de modernização, aprofundou o fosso de desigualdade de todo o sistema econômico e não, apenas, do setor rural (DELGADO, 2012).

## **CAPÍTULO 4**

### **O TRABALHADOR RURAL FRENTE AO TRABALHO SAZONAL DO CAFÉ**

As circunstâncias fazem os homens, assim como os homens fazem as circunstâncias. (MARX; ENGELS, 2007, p. 43).

#### 4.1 O trabalho rural na contemporaneidade

Para falarmos sobre o mundo do trabalho hoje, se faz necessário fazer o percurso histórico a partir da década de 1980, tendo em vista as transformações de ordem econômica e social.

Entre as décadas de 1970 e 1980 emerge a crise mundial associada a uma alta de preço do petróleo, que gerou o fenômeno da inflação e estagnação da economia. Behring (2002) relata que essa crise se dá pelo esgotamento do *boom* do pós-guerra e pelo novo padrão de acumulação flexível, denominado de toyotismo, que substitui o fordismo-keynesiano.

O toyotismo penetra, mescla-se ou mesmo substitui o padrão fordista dominante, em várias partes do mundo globalizado em várias partes do capitalismo globalizado [...]. Direitos e conquistas históricas dos trabalhadores são substituídos e eliminados do mundo da produção [...]. (ANTUNES, 2005a, p. 24).

Novos processos de trabalho emergem, de forma que o cronômetro e a produção em série e de massa são “substituídos” pela flexibilização da produção, pela “especialização flexível” e por novos padrões de produtividade, adequando-se a lógica do mercado global (ANTUNES, 2005a).

Montaño (2007) relata que atrelado ao novo processo de produtividade ou de reestruturação produtiva, na década de 1980, a corrente neoliberal é consolidada nos países capitalistas centrais, com ampla hegemonia internacional, pós-triunfos eleitorais de Thatcher e Reagan, e reafirmada na década de 1990 com a queda do Muro de Berlim, todavia, centrada no feroz ataque as conquistas sociais dos trabalhadores, que continha o pacto keynesiano, no Estado de Bem-Estar-Social.

Ressaltamos que enquanto esse novo pacto adentra nos países da Europa e Estados Unidos, o pacto de Bem-Estar é conformado no Brasil pelos setores democráticos, no pós-ditadura e substituídos na década de 1990, pelas mãos do presidente Collor, que gerou impedimentos para o avanço das conquistas sociais, conforme mencionado no capítulo 2<sup>23</sup>.

---

<sup>23</sup> Ver subitem “Breves reflexões sobre a história do café no Brasil”.

[...] no Brasil o processo aliancista é radicalmente diferente do ocorrido nos países centrais. Não é um pacto “social-liberal” que sucede, no nosso país, a aliança de hegemonia neoliberal, mas, contrariamente, é esta última que substitui, na década de 90, o “pacto social-democrático” dos anos 80. Se a década de 1980 marcou, nos países centrais, um avanço da hegemonia mais radical, e no decênio seguinte consolida-se a chamada “terceira via”, considerada mais *light*, no Brasil, dadas as suas particularidades históricas, o processo é significativamente contrário: enquanto a década de 80 é marcada por um “pacto social” entre os diversos setores democráticos, pressionados por amplos movimentos sociais e classistas (que levou à Constituição de 88), os anos 90 representam o contexto do desenvolvimento mais explícito da hegemonia neoliberal, onde até setores de esquerda resignada e possibilista sucumbem aos “encantos” ou às pressões do Consenso de Washington. (MONTANÕ, 2007, p. 35-36).

No Brasil, com a entrada da política neoliberal e o processo de reestruturação produtiva, na década de 1990, os direitos sociais e humanos retrocederam em detrimento, do que Paulo Netto (1993) configurou, de um Estado mínimo para os trabalhadores e um Estado máximo para o capital, implicando na transferência de responsabilidade social do Estado para Sociedade.

A década de 1990 é caracterizada como “inconstitucional”, que segundo Iamamoto (2005, 2008a), desde o governo Fernando Collor de Mello algumas conquistas fundamentais obtidas na Constituição de 1988, no campo dos direitos sociais, foram inviabilizadas pelo Estado e permanecem inviáveis no governo Lula, que mantém a continuidade da política econômica, alegando que só há gestão responsável com a política neoliberal, política esta que gerou o desastre social.

Dessa maneira, as respostas à questão social passam a ser canalizadas para os mecanismos reguladores do mercado e para as organizações privadas, as quais partilham com o Estado a implementação de programas focalizados e descentralizados de “combate à pobreza e à exclusão social” na cena contemporânea. (IAMAMOTO, 2001, p. 10).

Entendemos ainda, nas palavras de Iamamoto (2008a) que no Brasil, o ideário liberal incorporado na Constituição de 1824, que chega de braços dados com a escravidão e com a prática geral do favor, se unem na história política brasileira e permanecem até o momento presente.

O favor atravessou o conjunto da existência nacional nas relações entre os homens “livres”, embutida nas relações de subordinação, arbítrio, serviços pessoais, cumplicidade contra a postulação, da remuneração objetiva, da ética no trabalho. A burguesia incorpora no discurso as elaborações europeias contra o arbítrio e a escravidão, mas na prática afirma o favor e o clientelismo em instituições que proclamam formas e teorias do Estado burguês moderno (IAMAMOTO, 2008a).

Diferente da Europa, os limites do liberalismo no Brasil, nas suas origens, foram definidos pela escravidão, pela sobrevivência das estruturas arcaicas de produção e pela dependência colonial nos quadros do sistema capitalista internacional. Trata-se dum liberalismo que nasceu tendo como base social as classes de extração rural e sua clientela. (IAMAMOTO, 2008a, p. 34).

Antes da Independência vivenciamos o “liberalismo heroico”, pós-Independência, evoluímos para o “liberalismo regressista”, com feição antidemocrática e antirrevolucionária, presidido pela conciliação da liberdade com a ordem. O liberalismo no Brasil não se constrói sobre a universalidade da figura do cidadão, mas vem nutrindo-se, desde a formação do Estado Nacional, de forças representativas da tradição patrimonialista, em um amplo processo de privatização da coisa pública, em detrimento das tradições republicanas, com sua vocação contratualista, democrática e universalizante, favorecendo o cultivo dos interesses privados, inclusive o uso privado de recursos públicos, que são impeditivos da constituição de uma cidadania sólida e universal. Trata-se duma cultura política que não foi inteiramente superada, apesar, das lutas por direitos (IAMAMOTO, 2008a, p. 34).

Apesar da aparente ausência de sincronia histórica nas relações capitalistas, entre o Brasil e os países centrais, observamos, em nosso país, um intenso salto econômico promovido pela ditadura para atender a internacionalização da economia, aproveitando da necessidade imperiosa do capital de restaurar as taxas de crescimento dos esgotados “anos de ouro”, superexplorando cada vez mais, os trabalhadores, conforme relatam as autoras Behring e Boschetti (2008, p. 135).

Marx (2003, p. 427) relata que a revolução no modo de produção tornou necessária uma revolução nas condições gerais do processo social de produção, aperfeiçoando o maquinário de produção, os meios de comunicação e de transporte, para atender ao mercado global e transcreve as palavras de John Stuar Mill quando diz que “[...] é duvidoso que as invenções mecânicas feitas até agora tenham aliviado a labuta diária de algum ser humano.” Na verdade, diz Marx: “Mill deveria ter dito: De algum ser humano que não viva do trabalho alheio. As máquinas aumentaram, certamente, o número dos abastados ociosos.”

Entendemos com a fala de Marx (2003) que as máquinas em vez de contribuir com o trabalhador para aliviar a sobrecarga de trabalho, aumentando o tempo livre para descanso, ela é utilizada para fetichizar ainda mais o trabalho.

No início da indústria moderna “[...] a maquinaria transformou-se imediatamente em meio de aumentar o número de assalariados, colocando todos os membros da família do trabalhador, sem distinção de sexo e de idade, sob o domínio direto do capital.” (MARX, 2003, p. 451).

[...] a maquinaria aumenta o material humano explorável pelo capital, ao apropriar-se do trabalho das mulheres e das crianças; como confisca a vida inteira do trabalhador; ao estender sem medida a jornada de trabalho; e como seu progresso, que possibilita enorme crescimento da produção em tempo cada vez mais curto, serve de meio para extrair sistematicamente mais trabalho em cada fração de tempo, ou seja, para explorar cada vez mais intensivamente a força de trabalho. (MARX, 2003, p. 476, 479).

Com o passar do tempo as máquinas foram aperfeiçoadas e contribuiu com o número de pessoas desempregadas, de forma que:

O instrumental de trabalho liquida, então, o trabalhador. [...] O objetivo constante e a tendência de todo aperfeiçoamento das máquinas é na realidade dispensar inteiramente o trabalho do homem ou diminuir seu preço, substituindo os trabalhadores [...]. (MARX, 2003, p. 476, 492).

Todavia, ressaltamos que a máquina necessita da força humana para ser acionada e, conseqüentemente, para acompanhar/inspecionar o processo de produção, neste sentido, não há como liquidar totalmente a força humana do trabalho, mas contribuir significativamente com o número de trabalhadores ociosos, ou com o “exército industrial de reserva<sup>24</sup>”.

Não basta à produção capitalista a quantidade de força de trabalho disponível, fornecida pelo incremento natural da população. Para funcionar à vontade, precisa ela de um exército industrial de reserva que não dependa desse limite natural. (MARX, 2012, p. 746).

Elaboramos um quadro com a fala dos trabalhadores “ociosos<sup>25</sup>” e precarizados, apanhadores de café que constituíram os sujeitos da pesquisa de campo, desse estudo, e as estratégias utilizadas por eles durante o tempo de entressafra. Vejamos:

<sup>24</sup> Sugiro a leitura de: O Capital, Capítulo XXIII, livro I, volume II, sobre “A lei geral da acumulação capitalista”. (MARX, 2013, p. 721).

<sup>25</sup> Utilizamos esta terminologia não como conotação dada pelo senso comum, mas é importante ressaltar que está no dicionário, também, e que é igual a vagabundo.

**Quadro 1- Perspectivas de sobrevivência dos apanhadores de café**

Sujeito	Perspectivas de sobrevivência na entressafra
Trabalhadora "A"	"Fico costurando em casa. Tive carteira assinada só 06 meses. Trabalho com café desde meus 15 anos. Hoje <u>eu tenho 56 anos</u> . Tô cansada fia!"
Trabalhadora "B"	"Trabalho como diarista. Tive carteira assinada, apenas, 06 meses. Trabalho com café tem 35 anos e olha que já tô ficando velha, o corpo dói tudo, não aguento mais muita coisa, eu já tenho <u>52 anos de idade</u> ."
Trabalhador "C"	"Eu tenho <u>57 anos de idade</u> . Trabalho no café desde os meus 13 anos. A minha <b>carteira é assinada</b> há 35 anos, mais em diferentes fazendas. Quando não tem panha eu faço outros serviços no período de frutificação do café. Hoje eu trabalho no município de Guapé, vou e volto todos os dias."
Trabalhadora "D"	"Tenho outro trabalho de <b>carteira assinada como serviços gerias, noutro ramo, num consultório</b> . Agora, na época de panha do café, tiro minhas férias, eu e meu marido para panhar (sic) café. Eu trabalho num lugar, ele noutro. Nós tira (sic) as férias só na época da panha. Com café tem 10 anos que eu trabalho. Eu <u>tenho 32 anos</u> de idade e já adoeci, tive câncer, trabalhei no café com câncer, mais eu não sabia que tinha. Eu não sei se o doutor vai me liberar para voltar esse ano para colheita, mas acho que se ele liberar eu vou viajar de férias, pois tem 10 anos que eu não tenho férias, assim, não tenho porque não quero, eu queria mesmo era juntar dinheiro porque eu saia do meu trabalho nas férias direto para panha."
Trabalhador "E"	"Trabalho como <b>funcionário público</b> . Sou gari da prefeitura, tiro férias na época da panha, para trabalhar no café e ganhar mais dinheiro. Eu <u>tenho 33 anos de idade</u> e tem 10 anos que eu trabalho com café, foi quando eu conheci minha esposa, ai, fomos pro (sic) café, pra ganhar mais dinheiro e reformar nossa casa, comprar nosso carro e viajar."
Trabalhador "F"	"Tenho <b>carteira assinada</b> há 05 anos, mas em diferentes fazendas. Faço outros serviços no período de frutificação do café. Eu só <u>tenho 23 anos de idade</u> , mas comecei a trabalhar com 15 anos, fazendo bicos."
Trabalhador "G"	"Eu <u>tenho 20 anos de idade</u> e minha <b>carteira é assinada</b> tem 02 anos na mesma fazenda. Faço outros serviços no período de frutificação do café, quando eu não tava trabalhando aqui, eu trabalhava como garçom. Desde os meus 17 anos, mas minha carteira não foi assinada como garçom. Só aqui!"
Trabalhadora "H"	"Não tenho carteira assinada. Vivo com dinheiro do meu marido. Faz 49 anos que trabalho na colheita, hoje eu tenho <u>55 anos de idade</u> . Fui muito novinha panhar (sic) café."
Trabalhadora "I"	"Recebo pensão do meu marido, sou viúva. Tive carteira assinada - 5 meses. Agora que vou juntar meus papeis pra vê se aposento, mas eu já recebo uma pensão, não sei se vou conseguir me aposentar. Meus filhos não querem que eu trabalhe mais com o café, mas quando chega a época da panha eu não consigo ficar em casa. Eu amo panhar (sic) café fia, já <u>tenho 66 anos de idade</u> e 56 que panho (sic) café."
Trabalhador "J"	"Tive minha carteira assinada durante 13 anos, mais em diferentes lugares. Hoje eu faço bico, pego o que aparecer. Eu <u>tenho 63 anos</u> e desde os meus 13 anos que trabalho na roça, panhando (sic) café, ou capinando. Hoje eu fico em casa, amanhã posso tá na roça, daqui a pouco chega a panha, ai eu vou panhar (sic) café, mais enquanto não chega, eu faço qualquer coisa."
Trabalhadora "K"	"Faço bico, hoje estou trabalhando na padaria e não tenho certeza se volto para o café em maio. Trabalhei 10 anos panhando (sic) café e minha carteira foi assinada só 5 meses, no máximo. Ah não, o café é um sofrimento, eu não sei se volto, pois não compensa, é só uma ilusão, já estou com <u>28 anos de idade</u> e não posso viver iludida."

Sujeito	Perspectivas de sobrevivência na entressafra
Trabalhador "L"	"Hoje eu trabalho por dia, nas fazendas, fazendo qualquer serviço. Uma hora eu tô numa fazenda, outra hora eu tô na outra. Um dia eu fico numa fazenda, outro dia noutra e assim vai. É assim, se aparecer serviço eu vou para outra fazenda. Eu trabalho desde meus 5 anos de idade e minha carteira foi assinada várias vezes, em diferentes fazendas. Acho que tem no máximo 10 anos de carteira assinada, o resto, foi tudo assim, eu chegava panhava (sic) o café e recebia pelos balaios que colhia no dia. Hoje eu <u>tenho 65 anos de idade</u> e acho que tô ficando cansado dessa vida."
Trabalhador "M"	"Minha <b>carteira é assinada</b> há 20 anos, em diferentes fazendas. Hoje, ela é assinada, mas não tem panha agora, ai eu faço outros serviços no período de frutificação do café. Eu <u>tenho 37 anos</u> de idade e desde os meus 13 anos que trabalho na roça."
Trabalhadora "N"	"Eita fia, eu comecei a trabalhar foi cedo, eu tinha de 6 pra 7 anos. Hoje eu <u>tenho 56 anos de idade</u> e só tive minha carteira assinada por duas vezes: a primeira vez, foi assinada por 1 mês, em 2007 porque o fiscal chegou na fazenda e obrigou, mas quando ele foi embora, meu patrão deu baixa, e a segunda vez, foi assinada em 2012, por 1 ano e 2 meses. Hoje eu, ainda panho (sic) café, na panha, mas quando não tem panha tiro peças de linhas, de roupas, em casa mesmo. A fábrica deixa as peças e eu tiro as linhas. Eu gosto mesmo é da panha."
Trabalhador "O"	"Junto dinheiro na colheita ou na panha de café e quando não tem panha eu fico na rua conversando, na praça, nas esquinas. Quando não tem panha, eu não faço nada. Trabalho na panha desde meus 15 anos, hoje eu <u>tenho 37 anos de idade</u> e nunca tive carteira assinada."
Trabalhador "P"	"Hoje eu <u>tenho 47 anos de idade</u> e quando comecei a trabalhar, no serviço rural, foi com 13 anos. Então, como não tá na época da panha eu trabalho como ajudante no frigorífico. Minha carteira nunca foi assinada nem na panha, nem no frigorífico."
Trabalhador "Q"	Menina, eu <u>tenho 59 anos de idade</u> e quando comecei trabalhar eu tinha 8 anos. Foi na roça. Minha carteira foi assinada por 37 anos, em diferentes fazendas. Hoje não é mais assinada. Estou fazendo bico de pedreiro, enquanto não chega a época da panha de café."
Trabalhadora "R"	"Fazendo bico nas fazendas, trabalhando por dia. Tive carteira assinada 18 anos. Desde os meus 7 anos de vida que eu trabalho na roça, hoje eu já <u>tenho 62 anos de idade</u> ."
Trabalhador "S"	"Eu comecei a trabalhar na roça com 17 anos, tem 14 anos que trabalho na mesma fazenda e nunca minha carteira foi assinada. Hoje eu <u>tenho 39 anos de idade</u> . Quando tem panha eu panho (sic) café, quando não tem, eu faço bicos, faço faxina ou faço nada."
Trabalhador "T"	"Eu tenho a pensão do meu esposo que é pouca, mas quando não tem o que fazer eu vivo com ela. Eu <u>tenho 54 anos de idade</u> , mas faço o que aparecer, faxina, qualquer coisa. Desde os meus 8 anos de vida que trabalho. Eu comecei na roça, mas faço qualquer coisa, o que aparecer. Minha carteira nunca foi assinada."

Fonte: Jeovana Nunes Ribeiro, 2014.

Dos vinte trabalhadores, apanhadores de café entrevistados, constatamos que, três trabalhadores tem idade entre 20 e 30 anos, são eles: "G", "F" e "K"; cinco tem idade entre 31 e 39 anos, são eles: "B", "E", "M", "O", "S"; e, doze tem idade entre 47 e 66 anos, são eles: "A", "B", "C", "H", "I", "J", "L", "N", "P", "Q", "R", "T".

Em relação à CTPS, apenas, quatro trabalhadores tem carteira assinada, no trabalho rural, são eles: “C”, “F”, “G” e “M”; e dezesseis trabalham na colheita de café como trabalhadores informais, destes, dois trabalhadores: “D” e “E”, tem vínculo empregatício, noutro ramo, enquanto que os outros quatorze, passam pela vida ora fazendo “bicos”, ora desempregados, oscilando entre a ociosidade e a precarização das relações de trabalho, uma vez que não há emprego para todos, nem políticas sociais voltadas para atender ao segmento da classe trabalhadora apanhadora de café, que está sujeita ao trabalho sazonal.

Isto significa dizer que 80% dos nossos entrevistados têm seus direitos trabalhistas violados, pois não têm nenhum tipo de vínculo empregatício e nem fiscalização por parte do MTE, como relata uma trabalhadora rural, entrevistada.

Aqui em Campo Belo, agente faz denúncia mais o fiscal não vem, o fiscal do Ministério do Trabalho, e quando vem demora um ano, ai a panha acabou. Nós fica (sic) assim, tendo que trabalhar desse jeito mesmo. Olha, uma vez o fiscal veio e o patrão teve que assinar a carteira de todo mundo, mas assinou nossa carteira só um mês. Quando o fiscal foi embora ele deu baixa em tudo, foi só o fiscal sair. (TRABALHADORA A, 2014).

Procuramos o MTE do município para verificar a procedência da informação da trabalhadora, haja vista, que outros trabalhadores fizeram a mesma menção. E quando questionamos o chefe da agência, tivemos a seguinte resposta:

A fiscalização vem se houver alguma denúncia ou pode conter a fiscalização direta, que sai direto da agência de Varginha, com o objetivo de fiscalizar determinada empresa ou fazenda. Mas, no caso do café, o apanhador de café ou o próprio sindicato pode e deve entrar em contato com o MTE e fazer a denúncia por telefone, diretamente na gerência, que fica no município a 120km daqui. A gerência é em Varginha e são, apenas, seis fiscais para atender de 45 a 50 municípios, nessa região. O quadro está muito restrito e tem muito trabalho, então o atendimento é feito por ordem de denúncia e dependendo da gravidade da denúncia, abre-se uma prioridade. O tempo para atender pode demorar, pode levar alguns meses, pois os seis fiscais são para atender todos os municípios da regional. Lembrando que o fiscal vem de Varginha, aqui não tem fiscal do trabalho. (CHEFE DA AGÊNCIA DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, 2014)

O que percebemos com essas falas é que a fiscalização, também, tem suas limitações, uma vez que não há fiscal na agência do município pesquisado e os trabalhadores são obrigados a trabalhar com os direitos violados e de forma

precarizada<sup>26</sup>, pois os órgãos responsáveis pela fiscalização que podem exigir dos patrões a “garantir minimamente” os direitos sociais estão sucateados. São seis fiscais para atender vários municípios e, neste sentido, a carteira de trabalho (CTPS) que deveria ser assinada como forma de “garantia dos direitos”, no primeiro dia de trabalho, mesmo daqueles que têm vínculo empregatício noutra lugar, não é.

A CTPS pode ser assinada em empresas diferentes, uma vez que não há nenhum artigo, nem parágrafo na CLT que proíba o trabalhador ter dois, três ou mais empregos, e, se não há proibição expressa na lei, significa que ele pode ter duas ou até mais assinaturas na carteira ou realizar contratos de safras simultaneamente. Lembrando que: “Todas as exigências para a validade do contrato de trabalho seriam mantidas, como o são, no & 2º do art. 443 da CLT, para o contrato de prazo determinado.” (ALMEIDA, 1977, p. 22).

Contudo, alguns cuidados devem ser tomados pelo próprio trabalhador, principalmente, no que se refere ao esforço e esgotamento físico, que podem ocasionar danos à sua saúde.

Ressaltamos também que o MTE objetivando orientar a fiscalização do trabalho e coibir a prática de rescisões fictícias, que tem como propósito o levantamento dos depósitos do FGTS e recebimento do seguro-desemprego, além de fracionar o vínculo empregatício, estabelece através da Portaria MTA nº 384, de 19.06.92.

Art. 2º - que **é fraudulenta a rescisão** seguida de recontração ou de permanência do trabalhador em serviço quando ocorrida dentro **dos noventa dias subsequentes à data em que formalmente a rescisão se operou.**”

Art. 3º Constatada a prática da rescisão fraudulenta, o agente da inspeção do trabalho levantará todos os casos de rescisão ocorridos nos últimos vinte e quatro meses para verificar se a hipótese **pode ser apenada** em conformidade com o art. 1º desta Portaria. (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, 1992, online).

Neste parâmetro, percebemos que as medidas legislativas acabam em contradição, pois também favorecem a classe empregadora, uma vez que pode acontecer dum funcionário ser desligado e em um curto prazo de tempo a empresa precisar de seus serviços. Todavia,

---

<sup>26</sup> Sobre a precarização do trabalho, trataremos nas páginas seguintes.

**Uma vez admitido o empregado e iniciada a relação de emprego** [...] o empregador deve 'exigir do empregado a sua Carteira de Trabalho' para as anotações devidas.

É que a lei exige [...] 'obrigatoriamente apresentada, contrarecibo, pelo empregado à empresa que o admitir, **a qual terá o prazo improrrogável de 48 (quarenta e oito) horas para nela anotar**, especificamente, a data de admissão, a remuneração e condições especiais se houver, sob as penas' que a lei fica (CLT, art 29). Quanto às multas, arts. 49 a 56. (ROCHA, 1998, p. 18, grifo nosso).

O que nos mostra a legislação é que o trabalhador acaba sendo o maior prejudicado, caso ocorra uma readmissão contratual, antes dos 90 dias, uma vez que o patrão, em hipótese alguma vai querer arcar com o ônus da recontração, antes do prazo previsto em lei.

Quando a CTPS é assinada, desde o primeiro dia, o trabalhador rural tem seus direitos trabalhistas garantidos, e estes são iguais tanto para os trabalhadores rurais quanto para os trabalhadores urbanos, conforme relatado na Constituição Federal de 1988, no art. 7º (BRASIL, 2013). São eles:

- Exames médicos admissional e demissional;
- Repouso semanal remunerado (preferencialmente aos domingos);
- Salário pago até o 5º dia útil do mês;
- Primeira parcela do 13º salário paga até 30 de novembro e segunda parcela até 20 de dezembro;
- Férias de 30 dias com acréscimo de 1/3 do salário;
- Vale-transporte com desconto máximo de 6% do valor salário; Licença-maternidade de 120 dias<sup>27</sup>, com garantia de emprego até cinco meses após o parto;
- Licença-paternidade de 5 dias corridos; Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS): depósito de 8% do salário em conta bancária a favor do empregado;
- Horas-extras pagas com acréscimo de 50% do valor da hora normal;
- Garantia de 12 meses em casos de acidente;
- Adicional noturno de 20% do salário para quem trabalha das 22h às 5h;

<sup>27</sup> A lei nº 11.770 de 9 de setembro de 2008 criou o programa Empresa Cidadã para ampliar a licença maternidade para 180 dias com a concessão de incentivos fiscais, todavia, essa lei é facultativa e não se estende a todas as mulheres, uma vez que podem ser beneficiadas pela lei as funcionárias de empresas de grande porte que aderiram ao programa Empresa Cidadã. Lembramos que os 60 dias referentes à prorrogação não são computados automaticamente, trata-se duma faculdade concedida à empresa empregadora. Sugerimos a leitura da legislação para maior compreensão. Lembramos também que as trabalhadoras autônomas, empregadas domésticas e funcionárias de pequenas empresas ficaram de fora da prorrogação da licença, bem como, as trabalhadoras rurais, por não se inserir na condicionalidade imposta (BRASIL, 2008).

- Faltas ao trabalho justificadas: casamento (3 dias), doação de sangue (1 dia/ano), alistamento eleitoral (2 dias), morte de parente próximo (2 dias), testemunho na Justiça do Trabalho (no dia), doença comprovada por atestado médico;

- Aviso prévio de, no mínimo, 30 dias, em caso de demissão; Seguro-desemprego; entre outros.

Percebemos em nosso estudo que a legislação é desrespeitada, abertamente, violando os direitos dos trabalhadores. Vejamos o que regem os artigos consagrados no Decreto-Lei nº 926, de 10 de outubro de 1969:

Art. 13. A Carteira de Trabalho e Previdência Social é obrigatória para o exercício de qualquer emprego, inclusive de natureza rural, ainda que em caráter temporário, e para o exercício por conta própria de atividade profissional remunerada.

§ 1º O disposto neste artigo aplica-se, igualmente, a quem:

I - proprietário rural ou não, trabalhe individualmente ou em regime de economia familiar, assim entendido o trabalho dos membros da mesma família, indispensável à própria subsistência, e exercido em condições de mútua dependência e colaboração;

II - em regime de economia familiar e sem empregado, explore área não excedente do módulo rural ou de outro limite que venha a ser fixado, para cada região, pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social.

§ 2º A Carteira de Trabalho e Previdência Social e respectiva Ficha de Declaração obedecerão aos modelos que o Ministério do Trabalho e Previdência Social adotar.

§ 3º Nas localidades onde não for emitida a Carteira de Trabalho e Previdência Social poderá ser admitido, temporariamente, o exercício de emprego ou atividade remunerada por quem não a possua, ficando a empresa obrigada a permitir o comparecimento do empregado ao posto de emissão mais próximo.

§ 4º Na hipótese do § 3º:

I - o empregador fornecerá ao empregado, no ato da admissão, documento do qual constem a data da admissão, a natureza do trabalho, o salário e a forma de seu pagamento;

II - se o empregado ainda não possuir a carteira na data em que for dispensado, o empregador lhe fornecerá atestado de que conste o histórico da relação empregatícia. (BRASIL, 1969, p. 8603).

O MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (2002) lembra que os empregadores que optarem por contratos de trabalho ou de safra devem registrar as anotações na CTPS dos trabalhadores e seguir os parâmetros da Constituição de 1988; da Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, regulamentada pelo Decreto nº 73.626, de 12 de fevereiro de 1974; da CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.542, de 1º de maio de 1943; e de outras leis infraconstitucionais, podendo ser destacados a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e seu Regulamento, e o Decreto nº 99.684, de 8 de novembro de 1990, referentes ao FGTS; e dos decretos, portarias e instruções

normativas expedidas pelo MTE. Porém, em caso de prestação de serviços, sem vínculo de emprego, o trabalhador deve buscar as normas de seu contrato, já que esta relação não é protegida pela CLT.

Cabe esclarecer que o contrato de safra obedece primeiro à Constituição da República e depois à Lei nº 5.889/73. A CLT e as demais leis trabalhistas somente se aplicam aos contratos de safra naquilo que não confrontar com a Lei nº 5.889/73. (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, 2002, p. 10).

Lembramos ainda que, em caso de trabalhador safrista:

O contrato de safra é um contrato de prazo determinado, não podendo ser prorrogado após o término da safra, mas pode ser sucedido por outro contrato de trabalho, e que ao término de cada contrato, deve ser feita a chamada “rescisão contratual”. (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, 2002, p. 19).

Todavia, reforçamos neste espaço que em nosso estudo os apanhadores de café, entrevistados, trabalham na prestação de serviço e a realizam com “pessoalidade”, não eventualidade, dependem do empregador rural e recebem um salário para colher o café. Assim, deveriam ter contratos de safras ou registro em carteira, pois estão dentro das características relacionadas, conforme rege o contrato de safra do MTE, quando relata que:

O que caracteriza a relação de emprego é:

- **pessoalidade** – o próprio empregado é quem presta o serviço, que executa as tarefas, não podendo contratar auxiliares ou fazer-se substituir por outra pessoa;
- **não-eventualidade** – o serviço é relacionado com a atividade normal, rotineira, do empreendimento;
- **remuneração** – o empregado recebe um pagamento pela execução desse serviço;
- **subordinação** – o empregado trabalha sob as ordens do patrão ou de seu preposto, sujeito a horário e a outras regras que definem a forma da execução do serviço. (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, 2012, p. 18, grifo do autor).

Sob tal viés, os trabalhadores estão submetidos a condições de extrema precarização do trabalho impostas<sup>28</sup>, sem direitos, expondo-se aos “riscos no trabalho” e aos acidentes do trabalho.

Sobre esta questão, perguntamos aos trabalhadores se eles usam Equipamentos de Proteção individual (EPIs) e se protegem do sol, todos responderam que não, apenas, usam chapéu. Vejamos a fala duma entrevistada:

<sup>28</sup> Situação descrita nas próximas páginas.

“Nada fia, aqui nós só usa (sic) protetor solar quando nós lembra (sic) de comprar, agora o chapéu eu uso todos os dias e vejo meus colegas usar também.” (TRABALHADORA T, 2014).

Observamos que a exposição ao sol e aos riscos de picadas de insetos e de outros acidentes é uma condição usual entre os trabalhadores, acreditamos que isto ocorre por desconhecimento de seu direito, uma vez que os patrões são obrigados a conceder os EPIs, gratuitamente, para protegê-los desse tipo de vulnerabilidade, conforme rege o artigo 31.20, da Nr 31.

### **31.20 Medidas de Proteção Pessoal**

**31.20.1** É obrigatório o fornecimento aos trabalhadores, gratuitamente, de equipamentos de proteção individual (EPI), nas seguintes circunstâncias:

- a) sempre que as medidas de proteção coletiva forem tecnicamente comprovadas inviáveis ou quando não oferecerem completa proteção contra os riscos decorrentes do trabalho;
- b) enquanto as medidas de proteção coletiva estiverem sendo implantadas;
- c) para atender situações de emergência. (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, 2005, p. 17).

Antunes (1999) lembra que diante do quadro de desemprego, afastamento dos Sindicatos e do Estado, ocorre cada vez mais, esforços excessivos para maximizar o lucro, expondo os trabalhadores a pressão no que tange ao cumprimento de metas. Metas estas que fazem parte das novas exigências, presentes nos ambientes e relações sociais de trabalho; promovem à desigualdade social e vulnerabilizam, principalmente, a saúde dos trabalhadores. Este processo não é diferente no trabalho rural, pois há violação de direitos trabalhistas pelo descumprimento das medidas de proteção pessoal.

Percebemos durante a pesquisa que para além da violação de direitos e das medidas de proteção pessoal, os trabalhadores rurais são superexplorados. Trata-se de vidas que nascem, passam alienadas e se vão, com a sensação de vida sem sentido. Vejamos a fala da entrevistada:

Na panha, trabalho para dormir e durmo para trabalhar. Acordo cedinho e durmo cedinho, também não aguento fazer mais nada, fico muito cansada. Ah, quando chego em casa eu tenho que deixar o almoço do outro dia encaminhado, para levar pro café, porque lá, a gente leva a boia fria, esquenta no foguinho e come no mato, de baixo duma árvore. Descansa no máximo 15 minutos, descansa um pouquinho e já volta pro (sic) serviço, de novo. Quando chego em casa não aguento fazer nada, os braços ficam cansados, o serviço de casa eu só faço no final de semana. (TRABALHADORA S, 2014).

### Ilustração 3 - Boias fria do café



Fonte: Jeovana Nunes Ribeiro, 2014.

Com a fala da entrevistada e com ilustração acima, que representam a realidade do trabalhador rural, apanhador de café, poderíamos analisar muitas questões, mas vamos nos ater naquelas referentes ao direito, pois, em termos de direitos, podemos dizer que, estes estão desprovidos de direitos fundamentais, como a propriedade da terra e o amparo dos direitos trabalhistas. Muitos trabalhadores rurais trabalham em condições precárias e com vínculo informal (MARTINS, 1993).

A precarização do trabalho instaurada em fins do século passado, quando as estratégias econômicas e políticas para salvar o desenvolvimento econômico se pautaram na anulação dos direitos sociais e trabalhistas, bem como em mudanças na organização científica do trabalho. (LOURENÇO, 2008, p. 1-2).

Sobre a precarização do trabalho e o desemprego, observamos que desde a década de 1990, no Brasil, o crescimento do desemprego supera a taxa mundial de 6,2% e da América Latina e Caribe, que é dos 8%, enquanto cresce o trabalho informal precarizado (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2005).

[...] o crescimento do desemprego é indissociável do fraco desempenho da economia brasileira nos últimos 20 anos [...]. Desde 1993 aumenta a proporção dos empregados sem carteira assinada, destituída dos direitos trabalhistas: 13º salário, férias, seguro-desemprego, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e benefícios previdenciários: auxílio-doença, auxílio acidente de trabalho, salário maternidade, pensão por morte, aposentadoria. O índice dos empregados sem carteira assinada passa de 21,1% em 1995 para 24,2% em 2003. Somados os empregados sem carteira assinada e os trabalhadores por conta própria [...], eleva-se para 45,5%, perfazendo o contingente da população economicamente ativa que se encontra na informalidade. (IAMAMOTO, 2008a, p. 37).

Ao analisarmos os dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), percebemos que a taxa de desemprego tende a crescer, ainda mais. Vejamos:

A taxa de desemprego no Brasil foi de 6,3% no fim de 2012, segundo os dados da OIT. Subirá para 6,5% em 2013 e, em 2014, atingirá 6,6%, a maior desde 2009 e acima da média mundial. **Ao final de 2012, o País somava 6,5 milhões de desempregados.** Neste ano, chegará a 6,9 milhões. **Já em 2014, vai superar a marca de 7 milhões de brasileiros.** Tanto em números absolutos quanto em porcentual, os dados de 2014 ainda são inferiores a 2007<sup>29</sup>. [...] Os números da OIT sobre o Brasil são acompanhados por uma avaliação detalhada da situação latino-americana. A constatação é clara: as economias da região já não crescerão de forma suficiente para absorver a mão de obra até 2017. [...] enquanto os países ricos sofreram com a crise, países latino-americanos mantiveram a expansão das economias graças aos preços de commodities e políticas anticíclicas que tiveram sucesso. Agora, **a OIT alerta que a região vai ‘sofrer com a desaceleração do comércio global e a queda nos preços de commodities’.** As projeções da entidade indicam que a região crescerá menos que a média mundial nos próximos cinco anos e isso terá um impacto no mercado de trabalho. (CHADE, 2013, online, grifo nosso).

Para finalizar este item, utilizamos da fala dos autores Lessa e Tonet (2011, p. 82) quando relatam que: “A riqueza produzida pelos trabalhadores é apropriada pelos capitalistas como riqueza pessoal, privada; e o que interessa a burguesia é aumentar o lucro individual dos proprietários.” Neste sentido, entendemos que, a violação de direitos trabalhistas é necessária ao capital e o

<sup>29</sup> Em 2007 a taxa de desemprego correspondia 8,1%, com 7,8 milhões de desempregados.

desemprego, como observamos nas citações acima, ocorre em escala crescente, não como uma preocupação capitalista, mas como uma forma perversa de exploração com a classe trabalhadora.

Nos próximos itens, veremos que na sociedade capitalista madura não há um programa de combate ao desemprego, todavia, são introduzidas máquinas/robôs para o desenvolvimento da capacidade produtiva, o que contribui como um agravante do desemprego; promove a concorrência entre os companheiros de trabalho, desumanizando-os, em vez de gerar tempo livre para o trabalhador desenvolver suas capacidades humanas.

#### 4.2 Impactos do desemprego estrutural para o trabalhador rural

Granemann (2009) relata que no Brasil e no mundo, nas duas últimas décadas, muitas páginas foram escritas sobre o fim do trabalho.

A afirmação de que o trabalho acabou carrega consigo uma outra inferência com *status* de verdade irrefutável: já não haveria validade nas formas de organização típicas dos trabalhadores e nem teria mais lugar para a construção da consciência e dos instrumentos políticos de luta dos trabalhadores: estaria, irremediavelmente, superada a possibilidade da *classe para si*. Raciocínios como estes estão na base de numerosos embates teórico-políticos em curso na academia e na produção editorial, nos órgãos da grande mídia, nos discursos e nas políticas governamentais, na difusão do pensamento da grande burguesia por proeminentes intelectuais, nas elaborações das agências do grande capital, notadamente em relatórios do Banco Mundial, do Fundo Monetário Internacional e da Organização Mundial do Comércio. Entre as consequências de impacto que estes juízos propiciaram está a recomendação de que '**reformas estruturais**' do Estado e das políticas sociais deveriam ser implementadas na direção de reduzir direitos do mundo do trabalho, ele mesmo em franca derrocada. (GRANEMANN, 2009, p. 2, grifo da autora)

Concordamos com a autora Granemann (2009) quando relata que é impossível o trabalho acabar, até porque a máquina precisa do homem para ser operada, neste sentido, o trabalho humano foi reduzido bruscamente frente as reformas estruturais e acrescentamos que nas últimas décadas, os impactos também são nefastos para o trabalhador rural, donde a expulsão da força de trabalho do campo é promovida pela automação da produção, que substitui os trabalhadores por máquinas e ocasiona uma séria de consequências na vida social destes.

Na região Sul de Minas, mais precisamente em Campo Belo-MG, encontramos dois fatores que agravam o desemprego: a reconversão da produção –

onde muitos proprietários/produtores rurais estão substituindo o café pela cana de açúcar, e o processo de reestruturação produtiva – onde o maquinário de produção substitui o trabalho vivo pelo trabalho morto.

Toussaint (2004) apud Granemann (2009) relata que a eliminação de muitos postos de trabalho é ocasionada pelo aumento da produtividade do trabalho, pela sua capacidade de gerar lucro para o capital.

Conforme dados largamente comprovados, havia nos países capitalistas centrais, em 1996, oficialmente, 37 milhões de desempregados ao mesmo tempo em que as 147 pessoas mais ricas do mundo teriam uma fortuna acumulada de 1 trilhão de dólares, soma equivalente ao ganho anual total de quase três bilhões de habitantes do planeta ou a metade da população mundial. (TOUSSAINT, 2004 apud GRANEMMAN, 2009, p. 2).

Sobre o processo de substituição do trabalho vivo pelo morto, a fala, dum apanhador de café entrevistado, nos mostra que as mudanças tecnológicas reduzem postos de trabalho, ainda que não o elimine. Vejamos:

Primeiro entraram as máquinas, o trator e outras, depois os pés de café estão sendo tudo cortado nas fazendas, daqui, de Campo Belo e nós não encontra (sic) mais trabalho: capina de café não tem mais, serviço braçal não tem mais, acabou tudo! Aqui nessa fazenda, já é o terceiro patrão que tenho, o primeiro patrão vendeu para o segundo, agora esse terceiro patrão acha que o café não dá dinheiro e mandou arrancar tudo. **Foram arrancados uns 250 mil pés de café e com eles nosso emprego, pois aqui empregava muita gente**, muita gente tirava seu dinheirinho, por dia, porque no café nós ganha (sic) por balaio panhado (sic), pelo que colhe no dia. Até no ano passado, nós mexia (sic) com café aqui, esse monte de terra que tem aqui era tudo de plantação de café. Hoje, não tem mais café e eu estou fazendo um bico trabalhando com outra coisa, amanhã não sei pra onde vou e assim vou vivendo, um dia numa fazenda, outro dia noutra fazenda, um dia num lugar, outro dia noutro, um dia numa cidade, outro dia noutra, depois eu volto pra casa, até o dia que Deus quiser. (TRABALHADOR L, 2014, grifos nosso).

Diante da situação de desemprego, o trabalhador sente a necessidade de migrar dum lugar para outro em busca de trabalho para sobreviver.

Antigamente, nós tinha (sic) um pedacinho de terra, plantava, colhia, vendia, comia. Dava pra todo mundo. Hoje, não tem mais nada disso. Nós teve (sic) que vender tudo, as terras eram dos meus pais, que já morreram, os filhos herdaram e acabou tudo. No fim, nós teve (sic) que vir morar na cidade, atrás de emprego. Ai não tem emprego, então nós mora (sic) na cidade e vai para roça trabalhar. (TRABALHADORA B, 2014).

Neste sentido, entendemos que o trabalhador rural se insere nas migrações sazonais que se caracteriza pelo ciclo produtivo da cultura (colheita ou cultivo da planta). É uma migração temporária, mas desestrutura a vida do

trabalhador, pois o migrante sai de um determinado local para o outro, por um determinado período do ano, não leva a família e sofre as sequelas do “novo” mundo do trabalho. Muitas vezes, esse trabalhador perde o vínculo familiar devido a ausência e a condição financeira, com isso, não acompanha o crescimento dos filhos, quando tem e é obrigado a viver num mundo estranho, desenvolvendo um trabalho estranho, devido as condições impostas pelo modelo produtivo.

A maquinaria [...] ao impor a substituição de operários especializados [...] lança os operários manuais em massa na rua; e onde é desenvolvida, aperfeiçoada, substituída por máquinas de maior rendimento, despede operários em grupos menores. [...] Os economistas afirmam, certamente, que os operários tornados desnecessários pelas máquinas encontram novos ramos de ocupação. (MARX, 2010, p 63).

Vejamos o que o trabalhador rural fala sobre o trabalho hoje e sua vida:

Eu tenho um filho, não tive como acompanhar o crescimento dele porque tive que viver no mundo, mais eu também não sei ler, escrever, eu não sei nada de leitura, acho que não podia ajudar muito meu filho, sei lá. Eu só sei do mundo, pois vivi viajando dum lugar para outro, em busca de trabalho e para mandar dinheiro para minha família, mais isso me custou muito caro, pois me separei, meu filho virou um usuário de drogas, não quer mais trabalhar, mais também trabalhar em que? Você sabe o que tá acontecendo no mundo? O que tá acontecendo no mundo é que não tem emprego. (TRABALHADOR N, 2014).

Isto nos remete aos estudos de Marx (2003, p. 211) quando relata que “[...] o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza”, alegando que os animais jamais serão capazes de alterar, conscientemente, o processo de construção de suas atividades, de seus trabalhos e compara o trabalho da abelha ao arquiteto, no ato de construção da colmeia, lembrando-nos que de modo algum a abelha conseguirá igualar-se ao arquiteto, por melhor que seja a execução de seu trabalho. De forma que o “homem” estrutura, inova, melhora e reinventa novos maquinários agrícolas e acaba desestruturando o trabalho doutros homens. Com isso, auferem uma maior lucratividade para o capital e contribui com a informalidade, a precarização do trabalho, a superexploração e a vadiagem. Reciclando a noção de “classes perigosas” (IANNI, 1992).

A noção de classe perigosa, identificamos na fala de um apanhador de café. Vejamos:

O que o governo tem que fazer é investir em nós trabalhadores, ajudar o pequeno proprietário a plantar, cuidar e ter condições de trabalhar, mas o **governo relaxou com os trabalhadores**, ele colocou **um monte de máquinas para trabalhar**, investiu nos **grandes proprietários**, eu falo de

gente grande, gente que tem dinheiro. Aqui nessa fazenda que eu tô fazendo bico, hoje, deve ter cinco máquinas dessa (sic) aqui e **cada máquina substitui o trabalho de cinco homens, então, tem muito homem em casa desempregado e ele precisa viver, ai fico perguntando: o que o homem vai fazer pra viver?** Ele vai é roubar se não tiver trabalho, e aqui, que é um município pequeno, não tem emprego, então os homens desempregados tão formando quadrilhas pra roubar os bancos, você tem acompanhado os jornais para ver como tá isso aqui de roubo? Veja bem, pra mim que sou um pai de família fica difícil ver e aceitar isso. Meu filho tá desempregado e formou, estudou, não fez faculdade, mas estudou e não tem emprego, então tá roubando, usando drogas e eu não sei o que fazer porque meu dinheiro não dá pra muita coisa, já coloquei ele pra fora de casa, já paguei aluguel pra ele morar com a mulher que tem um filho com ele, hoje eu não tô nem falando com ele, mas não tem jeito e o governo faz o que pra me ajudar? Nada! Ele não faz nada e eu tenho que fazer tudo sozinho. Ai o governo tá com esse trem na cabeça, de formar um, formar outro e vai formando, mas cadê o emprego? Não tem emprego, **não tem sindicato para nos ajudar** e a formatura de muita gente não tá servindo pra nada. O povo tá tudo usando droga e roubando. Tá difícil viver! (TRABALHADOR N, 2014, grifo nosso).

Ao trabalhador restou uma desestrutura familiar e o desespero de “não saber mais o que fazer”. Percebemos em sua fala a questão da moralidade, no sentido de ter vergonha perante a sociedade e de ser “obrigado” a tomar a decisão de afastamento familiar. Neste sentido, concordamos com Barroco (2003, p. 86) quando relata que “o Estado estabelece uma mediação ético-moral entre os indivíduos e a sociedade”, fragmenta as necessidades dos trabalhadores e vem transformando os direitos em benefícios, subordinando-os a várias formas de discriminação, responsabilizando-os pela sua condição social, pois é perceptível na fala do trabalhador a sua indignação e culpabilidade, restrita a “uma moralidade subalternizada e alienada”, pelo fato de não saber ou “não ter” como buscar os seus direitos, haja vista a transferência de responsabilidade social, por parte do Estado para a sociedade.

Como lembra Montaño (2007, p. 23) foi criada “uma cultura de autculpa pelas mazelas que afetam a população, e de autoajuda e ajuda mútua para seu enfrentamento.” Neste sentido, desonera o Estado (e o capital) de tais responsabilidades e se cria a imagem da transferência de responsabilidade social, “a partir da precarização e focalização (não-universalização) da ação social estatal e do ‘terceiro setor’, uma nova e abundante demanda lucrativa para o setor empresarial.”

Em relação ao papel do sindicato exposta na fala do trabalhador, procuramos saber como funciona o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município onde realizamos a pesquisa e nos deparamos com a seguinte situação:

O sindicato existe desde 1972 e o valor da mensalidade para o ano de 2014, são R\$ 14,00, mas, apenas, dois trabalhadores rurais com carteira assinada contribuem com o sindicato e que eu saiba isso é desde 1996, quando eu entrei aqui, quando fui contratada pelo meu pai, que era o presidente, na época, e hoje é falecido. Os nossos associados são meeiros, parceiros ou pequenos proprietários. Trabalhadores com carteira assinada não gostam de filiar ao sindicato porque eles entendem que quando vão filiar ao sindicato não vão precisar dos nossos serviços pra requerer qualquer benefício do INSS e muitas vezes eles precisam de nossos serviços porque nós somos parceiros de muitos fazendeiros, dos filhos de ex-fazendeiros que já morreram e que o trabalhador rural precisa de comprovação para solicitar junto ao INSS aposentadoria. Quando um trabalhador rural precisa de algum documento que falta para comprovar sua aposentadoria a gente entra em contato com os patrões e eles concedem declarações, se dermos garantia de que eles não vão ser prejudicados e nunca foram, pelo menos aqui. Nós orientamos o trabalhador rural e acompanhamos os processos deles junto ao INSS. Quando não conseguimos junto ao INSS, orientamos a recorrer na justiça, ai ele procura um advogado para acompanhar. Os processos que nós acompanhamos, geralmente, são aposentadoria pelo INCRA ou auxílio doença. (SECRETÁRIA DO SINDICATO DO TRABALHADOR RURAL, 2014).

Questionamos como faz o trabalhador rural para recorrer na Justiça já que não tem Vara do Trabalho em Campo Belo e os trabalhadores alegam não ter condições de pagar R\$ 14,00 pela filiação anual ao sindicato como nos foi informado: “[...] que muitos não se filiam porque alegam não ter condições financeiras e muitos atrasam o pagamento. Quando eles vêm renovar a associação, colocar em dia, alegam ter esquecido, ter adoecido ou que teve problemas financeiros.” (SECRETÁRIA DO SINDICATO DO TRABALHADOR RURAL, 2014).

Entfim, como fazem para recorrer na justiça do trabalho? A secretária nos respondeu o seguinte: “[...] pra te falar a verdade eu não sei, não sei te falar, eu desconheço onde fica a justiça do trabalho.” (SECRETÁRIA DO SINDICATO DO TRABALHADOR RURAL, 2014).

Analisando a fala do trabalhador e da secretária do sindicato dos trabalhadores rurais, nos deparamos com os estudos de Marx (2013) quando relata que os trabalhadores rurais são expulsos de suas terras pelo processo de expropriação e tornam-se trabalhadores sem direitos e não são absorvidos pela “manufatura nascente com a mesma rapidez com que se tornavam disponíveis”. Bruscamente arrancados das suas condições habituais de existência, pois não se enquadram da noite para o dia, na disciplina exigida pela nova situação. Muitos se transformam em mendigos, ladrões e vagabundos, mas, na maioria dos casos, por força das circunstâncias.

As legislações surgem para impedir a vadiagem e punir os trabalhadores que se transformaram em “vagabundos e indigentes”, lembrando que essas transformações lhes são impostas pelas condições que se encontram: desprovidos de trabalho e de dinheiro, de bens materiais, que lhe dessem “dignidade” para sobreviver. A legislação os trata como pessoas que escolhem propositalmente o caminho do crime, como se dependesse de suas vontades (MARX, 2013, p. 856).

Antunes (1999) relata que os sindicatos dos trabalhadores rurais, já não são tão atuantes como eram na década de 1980. Hoje, eles desenvolvem dentro de seus núcleos o abandono de concepções socialistas e anticapitalistas, em nome de uma acomodação dentro da ordem, sendo parceiros nas negociações com o patronato, com vistas ao crescimento do país.

É importante ressaltar, neste espaço que, em Campo Belo, o sindicato sempre foi parceiro nas negociações, como lembra a SECRETÁRIA DO SINDICATO DO TRABALHADOR RURAL (2014): “Desde 1972 que a fundação do sindicato existe em Campo Belo e nós sempre fomos parceiros de muitos fazendeiros, dos filhos de ex-fazendeiros que já morreram.”

O que percebemos é que há um forte vínculo entre o sindicato e os proprietários de terras, onde a forma de atuação do sindicato ocorre na perspectiva da mediação e pacificação de conflitos sociais, negociando e orientando os trabalhadores a fim de evitar conflitos entre as duas classes sociais. Relata a SECRETÁRIA DO SINDICATO DO TRABALHADOR (2014) que “isso beneficia a classe trabalhadora”. Entretanto, ressaltamos que esse benefício, envolve a concessão dos direitos trabalhistas do período trabalhado, o que não é bom para o trabalhador, uma vez que a maior parte dos trabalhadores está sem seu direito mais básico: o registro em carteira.

Reforça também que: “se o trabalhador não aceitar, o sindicato não se envolve no conflito e o trabalhador se quiser deve procurar a justiça ou um advogado, ele é quem sabe.” (SECRETÁRIA DO SINDICATO DO TRABALHADOR RURAL, 2014).

Neste sentido observamos e concordamos com Iamamoto (2008a) ao relatar que determinadas medidas adotadas para a flexibilização, sob a lógica do capital, não resolvem os problemas, mas amplia-os, em todas as esferas sociais, assim como entendemos que a política é favorável ao processo de violação de direitos, de modo que a subordinação da sociabilidade humana ao capital-dinheiro e

ao capital-mercadoria retrata na contemporaneidade, um desenvolvimento econômico que se traduz na barbárie social, ao mesmo tempo em que se desenvolvem, em níveis sem precedentes históricos, um mercado mundial unificado e desigual, enquanto que as forças produtivas sociais do trabalho estão aprisionadas pelas relações sociais que as sustentam.

Quanto ao processo migratório, vimos no decorrer deste estudo que foi agravado pela substituição do modelo agrário rural para urbano industrial. Lembrando que o desemprego afeta toda a sociedade, frente ao mercado competitivo da lucratividade e destituição dos postos de trabalho rural e urbano. Podemos dizer que isso é fruto da mundialização do capital e reestruturação produtiva, que substitui o trabalho humano por máquinas, ou melhor, o trabalho vivo pelo trabalho morto, ressaltamos ainda que, a retração do Estado, frente à política neoliberal e o modelo de agricultura voltada para o agronegócio e não para a propriedade familiar, tem sua contribuição nesse processo.

Como diz Marx (1948) apud Tonet (2005, online), “[...] no Manifesto do Partido Comunista, de 1848: O poder político propriamente dito é o poder organizado de uma classe para a opressão de outra.”

Vimos no decorrer deste estudo que muitos trabalhadores rurais se deslocaram do campo para cidade em busca de trabalho, se tornaram “ociosos” e parece percorrer o caminho inverso, tendo em vista que os trabalhos encontrados para além de precarizados são, também, temporários, neste sentido, eles oscilam do campo para cidade e vice-versa. O homem, dentro do sistema capitalista, precisa vender sua força de trabalho para sobreviver, se for preciso migrar para outro lugar ele vai, na tentativa de fugir do desemprego estrutural.

## Quadro 2 - Imigrantes do café

Sujeito	Motivos do deslocamento
Trabalhadora "A"	“Nasci na roça e vim para cidade. Na panha, volto para roça todos os dias para trabalhar. Vou a pé ou vou no caminhão que leva os trabalhadores.”
Trabalhadora "B"	“Eu sou irmã da trabalhadora ‘A’ e, também, nasci na roça, quando casei vim para cidade. Na panha de café eu volto para roça todos os dias para trabalhar. Vou a pé ou no caminhão com os outros trabalhadores, a fazenda é aqui pertinho, não tem perigo.”
Trabalhador "C"	“Nasci na roça e hoje moro na cidade. Na época de panha eu viajo essas cidades da região de Campo Belo, procurando quem melhor paga o balaio e lá eu fico, até a panha acabar, depois eu volto pra casa.”

Sujeito	Motivos do deslocamento
Trabalhadora "D"	"Sou neta de imigrante. Minha avó morava no Rio de Janeiro e veio morar aqui, na zona rural de Campo Belo, como tomadora de conta da fazenda e moradora da casa dos moradores junto com meu vô. Eu vim morar com eles na roça na minha adolescência, hoje eu moro na cidade, trabalho na cidade e tiro férias para panhar (sic) café."
Trabalhador "E"	"Sempre morei na cidade, vou pra roça na época de panha. Eu vou pra roça nas minhas férias, panhar (sic) café e ganhar mais dinheiro. Vou e volto todos os dias. Vou de moto ou vou de carona, no ônibus que leva os trabalhadores."
Trabalhador "F"	"Nasci aqui, mas vou pra roça na panha de café. Fico nas casas que tem nas fazendas até acabar a panha. Venho em casa nos finais de semana. Eu fico lá e aqui ou aqui e lá."
Trabalhador "G"	"Sou primo do trabalhador 'F' e minha vida é igual a dele. Eu nasci aqui, em Campo Belo, mas moro nas fazendas durante a semana ou fico lá até quando não tiver mais trabalho."
Trabalhadora "H"	"Nasci na roça e vim para cidade já adulta. Quando é na panha eu vou pra roça todos os dias, panhar (sic) café."
Trabalhadora "I"	"Nasci e me criei na roça, tenho 66 anos e comecei panhar (sic) café quando tinha 10 anos, com meu pai. Depois casei e aos 26 anos vim morar em Campo Belo, tive filhos e hoje sou viúva. Na época da panha eu vou para roça, todo dia, vou e volto a pé, no ônibus ou no caminhão, depende da fazenda que eu vou. Tem fazenda que não tem nem ônibus e nem caminhão, ai tem que ir a pé né!"
Trabalhador "J"	"Eu nasci numa cidade aqui pertinho, vim morar aqui porque tem mais trabalho. Na época da panha eu viajo essas cidadezinhas tudinho, para panhar (sic) o café e ganhar dinheiro. Se a cidade for longe daqui eu fico lá até acabar o café, se for perto eu volto, às vezes no final de semana ou quando dá."
Trabalhadora "K"	"Nasci aqui em Campo Belo, só sai daqui para roça, para panhar (sic) o café. Quando eu vou para panha eu vou a pé, de ônibus ou de carona com algum colega que tem carro ou moto e também vai. Mas, eu vejo hoje que não compensa, é só uma ilusão. Uma coisa passageira e de muito sofrimento. Acho que não vou mais pro (sic) café, não posso afirmar, ainda, eu preciso trabalhar e vai depender de minha situação: trabalhando ou desempregada. Hoje eu tô na padaria, amanhã eu não sei."
Trabalhador "L"	"Nasci na roça, com 05 anos meu pai já me levou para trabalhar no café. Hoje eu moro aqui, na cidade, mas vou para roça trabalhar nos dias que tem serviço e na época da panha de café eu trabalho panhando (sic) café porque eu preciso trabalhar."
Trabalhador "M"	"Nasci na roça, fui morar na cidade e voltei para morar na roça para criar a família e trabalhar. Eu trabalho aqui nessa fazenda, mais se meu patrão mandar ir para outra fazenda dele, noutro município, eu tenho que ir, então eu vou. Mais eu vou e volto. Eu fico aqui, meu trabalho é aqui, mais se ele precisar eu tenho que ir para Boa Esperança, Guapé, Illicínea, eu fico onde ele mandar, ora tô num lugar, ora tô noutro lugar e assim vou trabalhando, ainda bem que tem trabalho, ruim era se não tivesse."
Trabalhadora "N"	"Nasci na roça, no município de Santana do Jacaré. Meus pais vieram tomar conta da fazenda que eu trabalho hoje. Eles moravam nas casas que tem lá, junto com outros moradores que moravam também em outras casas. Eu cresci na roça e me apaixonei por um rapaz que foi trabalhar lá, ai eu casei e vim morar na cidade. Me separei e fiquei, só, com meus filhos, na cidade. Eu trabalho aqui na cidade tirando linha das peças de roupas que as fábricas de costura mandam para minha casa, eu ganho por peça, é eu ganho R\$ 0,25 por peça, mas na época de panha eu largo tudo e vou para roça, para fazenda que eu cresci e que vi meus pais trabalhar. Eu trabalho lá na fazenda até o café acabar porque eu amo a roça. Vou a pé todos os dias se for preciso, mais eu vou panhar (sic) o meu café."

Sujeito	Motivos do deslocamento
Trabalhador "O"	"Nasci na roça e vim morar na cidade. Sempre trabalhei na roça, desde os meus 15 anos. Hoje não tem fazenda certa para eu trabalhar, eu vou para fazenda que pagar melhor. Vou e volto todos os dias."
Trabalhador "P"	"Nasci na roça, vim morar na cidade porque lá não tinha emprego. Aqui eu tenho como fazer bico e lá na roça se não for época de panha não tem o que fazer."
Trabalhador "Q"	"Nasci na roça, no município de Candeias, aqui pertinho. Vim morar aqui porque tem mais oportunidade de trabalho. Hoje eu tô fazendo bico de pedreiro, mas quando começar a panha eu vou panhar (sic) café porque dá mais dinheiro e tem uma proposta no município de Boa Esperança para eu tomar conta duma fazenda na época da panha. Não sei se vai dar certo, ainda. Tomara que dê!"
Trabalhadora "R"	"Nasci na roça e desde novinho que eu trabalho na roça. Eu vim morar na cidade pensando que tinha trabalho, mais foi bom porque dei oportunidade para meus filhos estudar e trabalhar noutra coisa. Hoje, eu vou pra roça quando tem trabalho porque eu trabalho por dia. Na época de panha eu vou todos os dias para qualquer lugar."
Trabalhador "S"	"Eu nasci na roça, fui morar na cidade e me casei com um trabalhador rural que nunca saiu da roça, sempre morou aqui na roça. Então eu tive que voltar pra roça."
Trabalhador "T"	"Eu sou daqui da roça, já morei na cidade na casa de minha filha mais eu não gostei. Eu fui morar com ela quando fiquei viúva. Agora eu voltei para roça e não quero sair daqui nunca mais, só quando eu morrer."

Fonte: Jeovana Nunes Ribeiro, 2014.

Ao analisarmos os quadros 1 e 2, percebemos que os trabalhadores rurais do município de Campo Belo, migraram do campo para cidade e que este fato ocorreu por volta das décadas de 1970 e 1980, quando houve, no Brasil, a explosão da modernização conservadora, conforme tratamos no subitem: "[...] as transformações sociais e a modernização da agricultura", que baseada num pacote tecnológico e associada aos incentivos estatais para o desenvolvimento industrial, acentuou a migração no país, como nos lembra Martine (1981).

Em nosso estudo percebemos que muitos retornam as suas origens, trilhando o caminho de volta para o campo, deslocando-se diariamente da cidade para o campo, submetendo-se ao trabalho sazonal e informal, no café; outros permanecem e persistem vivendo em lugares precários e sendo superexplorados. Vejamos:

- Treze trabalhadores se deslocam, diariamente, da cidade para o campo, para colheita de café, uns vão a pé, outros vão de ônibus, moto e/ou caminhão, destes, apenas, um apanhador tem vínculo empregatício, com CTPS assinada. São eles: "A", "B", "C", "H", "I", "J", "K", "L", "N", "O", "P", "Q", "R".

- Dois, se deslocam, no período de férias, da zona urbana para rural, pois trabalham na zonal urbana, noutro ramo. São os trabalhadores “D” e “E”, não tem contrato de safra, nem qualquer outro tipo de contrato.

- Cinco residem na zona rural, destes, apenas, três tem vínculo empregatício. São eles: os trabalhadores “F” e “G”, que residem nos alojamentos da fazenda onde trabalham e vão para casa no final de semana; e o trabalhador “M”, reside com sua família, numa casa cedida pelo patrão, na fazenda onde trabalha. Estes três trabalhadores permanecem no campo para manutenção, cuidados da planta, do café e fazem outras atividades na fazenda, com registro em CTPS. Enquanto que as trabalhadoras “S” e “T” residem em casa particular, não tem carteira assinada e todos os dias fazem o trajeto de casa para fazenda, na própria zona rural. Elas trabalham na condição de apanhadoras informais, na época da colheita de café e quando acaba a colheita, realizam serviços de limpeza, desbrotam o café ou fazem trabalhos domésticos. Na colheita recebem por balaio de café e no período sazonal, recebem por dia de serviço, ou seja, não tem CTPS assinada, nem contrato de safra ou de prestação de serviços, mesmo permanecendo na roça, na mesma fazenda, desenvolvendo trabalhos precários. Vejamos as falas das entrevistadas:

Eu vivo aqui, na roça, nesse barraco de três cômodos com meu esposo. Tenho dois filhos que moram na rua, na cidade, com meus pais para estudar e eles vem aqui nos finais de semana. Meu esposo trabalha para o dono da fazenda que eu, também, trabalho, só que ele é motorista de caminhão e tem carteira assinada. Eu faço de tudo na fazenda, mas nunca tive carteira assinada e trabalho na mesma fazenda tem quatorze (14) anos. Na época da panha eu panho (sic) café, e quando não tem panha eu faço serviço de limpeza na casa do meu patrão ou desbrotou o café. Na época da panha eu ganho por balaio. O valor de cada balaio é R\$ 8,00 reais, e quando não tem panha eu ganho pelo dia que trabalho R\$ 35,00. (TRABALHADORA S, 2014).

Eu moro ali na frente, pertinho dessa fazenda. Sou viúva e moro sozinha, minha casa é minha e é pequena, mais eu gosto de morar na roça porque na roça tenho como trabalhar, eu crio algumas galinhas, faço uma faxina ou outra, nas casas das fazendas e tenho a aposentadoria de meu esposo que é pouquinha mais dá para eu viver, é só um salário. Eu gosto mesmo é de panhar (sic) café. Pra você vê, eu trabalho na panha de café desde os meus 13 anos, minhas mãos é (sic) marcada. Marcada pelo trabalho que eu amo fazer. Eu trabalho na panha já tem 41 anos mesmo correndo alguns riscos aqui no cafezal. Não sei se você sabe fia, **aqui nós trabalha (sic) a céu aberto, corre (sic) o risco de levar picada de inseto, de cobra, de cair da escada**. Eu nunca cai, graças a Deus, nem nunca fui picada, mais alguns amigos meus já, mas esse é o trabalho que paga melhorzinho aqui, então... (TRABALHADORA T, 2014, grifo nosso).

Percebemos nas falas das trabalhadoras entrevistadas que há uma superexploração. Vejamos:

A trabalhadora “S”, relata que quando não tem colheita ela faz de tudo na fazenda, esse de tudo, significa os serviços domésticos da casa que fica na fazenda, onde não há separação do tipo de trabalho a ser desenvolvido, tais como faxineira, cozinheira, entre outros, de forma que ela tem que desenvolver todas as atividades, recebendo apenas uma diária, que corresponde ao valor de R\$ 35,00, e quando é no período de colheita ela recebe o equivalente ao que ela consegue colher, numa média de seis a oito balaios colhidos por dia, ou seja, entre R\$ 48,00 e R\$ 64,00, que é um valor superior, a diária dos serviços domésticos, com isto, percebemos que ela prefere apanhar café a realizar os serviços domésticos, uma vez que o valor recebido é superior. Na colheita ela trabalha todos os dias, enquanto que nos serviços domésticos, apenas, uma vez por semana. Em relação à jornada de trabalho, ela começa no mesmo horário: 07:00, tanto na colheita, quanto nos serviços da casa da fazenda, enquanto que o horário de saída se difere, pois, no café ela fica “livre” a partir das 16:00, e ao realizar os outros serviços na fazenda, seu horário de saída do trabalho só ocorre quando está tudo finalizado, ou seja, entre 18:00 e 19:00. Lembramos, também, que essa trabalhadora se insere na condição de trabalhadora polivalente, desenvolvendo atividades que poderia envolver outras trabalhadoras, se o serviço fosse separado pelas atividades de faxineira, cozinheira, entre outras, o que mostra o fetiche da relação de trabalho e aceitação da precarização/exploração, pela necessidade de sobrevivência.

A trabalhadora “T” relata que, também, desenvolve serviços domésticos nas casas das fazendas, todavia, ela não tem uma referência certa, ora está numa fazenda, ora noutra, diferente da trabalhadora “S”, que está há 14 anos na mesma fazenda. Entretanto, nenhuma das duas têm carteira assinada ou qualquer outro vínculo empregatício, e, conseqüentemente, nenhum direito trabalhista. A situação da Trabalhadora “T” é semelhante à Trabalhadora “S” quando se trata de realização de serviços domésticos nas fazendas, como uma trabalhadora polivalente, com horário de entrada e sem horário de saída, apenas, alguns minutos de descanso no horário de almoço. O que percebemos que as marcas da superexploração estão nas mãos das trabalhadoras, como mostra a ilustração 5, que retrata as marcas do sofrimento em suas mãos, e para além, em suas falas, principalmente quando a Trabalhadora “T” relata sobre a exposição ao frio, ao sol e aos riscos do trabalho

rural na colheita de café. Todavia, essa trabalhadora, aceita a condição de trabalho precário há 47 anos pela necessidade de sobrevivência, tendo em vista que precisou “criar os filhos, comprar roupas, medicamentos, alimentos e, hoje, resido só”, pois casou os filhos e o esposo é falecido. “Eu preciso trabalhar para ganhar um pouco mais e pagar as despesas de casa, pois a aposentadoria que recebo pela morte de meu esposo é só um salário mínimo e não dá”. Neste sentido, entendemos que a renda mensal da trabalhadora, sem a submissão ao trabalho na colheita de café, não provê as suas necessidades básicas, o que leva a aceitar a condicionalidade do trabalho informal, flexível e precarizado.

Em se tratando da necessidade de trabalhar para sobreviver, encontramos uma matéria que retrata a história de trabalhadores rurais fugindo, em 2012, da estiagem<sup>30</sup> que castiga os municípios da Bahia, que seguindo para o Estado de Minas Gerais os seis ônibus que viajavam pertencentes às empresas “Ju” e “Café Norte”, se envolveram em um engavetamento na BR 101, Km 817, próximo a Fazenda Fibrosa, entre as cidades de Itamaraju à Teixeira de Freitas, provocando “um trágico acidente e causando a morte de seis pessoas”, deixando outros feridos, com braços e pernas amputadas. Os ônibus seguiam em comboio e transportavam mais de duzentos trabalhadores, entre homens e mulheres para colheita de café em Minas Gerais (ASSIS, 2012, online).

Os trabalhadores viajavam por conta própria, assumindo os riscos do deslocamento e os custos das despesas da viagem, tais como: alimentação e passagem. Neste sentido, acabam violando os seus próprios direitos, como relata Veras (2002, p. 22) que “[...] essas migrações internas são até hoje uma característica do trabalho assalariado na cafeicultura.” É importante ressaltar neste espaço que isso ocorre devido ao trabalho sazonal, onde pelo menos, 90% dos trabalhadores rurais exercem trabalhos temporários, saindo de suas cidades sem carteira assinada, o que fere a Instrução Normativa 76/ 2009, do Ministério do Trabalho, em que os migrantes rurais não poderiam deixar o local de origem sem o documento com identificação do contratante e o salário, conforme os Artigos 23 e 24 (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, 2009, p. 4-5).

---

<sup>30</sup> Lembramos que a seca no Nordeste é um problema sócio-político e não climático, pois já existe tecnologia capaz de garantir o sucesso da atividade agropecuária em regiões semiáridas, e em nosso estudo falamos sobre a modernização da agricultura e a irrigação, conforme mostram os estudos de Frederico (2012) sobre as plantações de café no oeste da Bahia, com estrutura de irrigação mecanizada.

Art. 23. Para o transporte de trabalhadores recrutados para trabalhar em localidade diversa da sua origem é necessária a comunicação do fato às SRTE por intermédio da Certidão Declaratória de Transporte de Trabalhadores (CDTT).

Parágrafo único. O aliciamento e transporte de trabalhadores para localidade diversa de sua origem constitui, em tese, crime previsto no art. 207 do Código Penal.

Art. 24. A CDTT será preenchida em modelo próprio, conforme Anexo I, nela constando:

- I) A identificação da razão social e o CNPJ da empresa contratante ou nome do empregador e seu CEI e CPF;
- II) O endereço completo da sede do contratante e a indicação precisa do local de prestação dos serviços;
- III) Os fins e a razão do transporte dos trabalhadores;
- IV) O número total de trabalhadores recrutados;
- V) As condições pactuadas de alojamento, alimentação e retorno à localidade de origem do trabalhador;
- VI) O salário contratado;
- VII) A data de embarque e o destino;
- VIII) A identificação da empresa transportadora e dos condutores dos veículos;
- IX) A assinatura do empregador ou seu preposto.

§1º O empregador poderá optar por realizar os exames médicos admissionais na localidade onde será prestado o serviço, caso não haja serviço médico adequado no local da contratação, desde que tal providência ocorra antes do início da atividade laboral.

§ 2º Na hipótese de o trabalhador não ser considerado apto para o trabalho, o empregador será responsável pelo custeio das despesas de transporte até o local de origem, bem como pelo pagamento das verbas salariais decorrentes do encerramento antecipado do contrato de trabalho.

O trabalho na colheita de café é sazonal e o período de colheita coincide com a seca noutros lugares, a exemplo, o nordeste do Brasil, que tem seu povo trabalhador castigado pela falta de investimento político e econômico, para sanar os problemas sociais daquela região, de forma que os trabalhadores, rurais e urbanos, são forçados/obrigados a fugir ou deixar suas raízes, submetendo-se a condições precárias, noutras regiões, carregando consigo o estigma de carentes, pobres porque a concentração fundiária os expulsou, uma vez que, em sua região de origem falta trabalho no campo e o pequeno produtor ou trabalhador rural, acaba migrando, na luta pela sobrevivência, na ilusão de receber um salário “digno”, mandar uma parte do dinheiro que ganhou para família, sonhando em formar os filhos, dar-lhes melhores condições de vida, torná-los doutores e ter o seu carrinho na garagem.

E por fim, nos colocamos frente a teoria social de Marx, por não se comprometer com a “coisa da lógica” e nem com a “aparência da coisa em si”, como ela se apresenta imediatamente aos olhos do ser. Como sabemos, os homens

possuem um papel ativo, embora relativo, na construção da realidade, já que ajudam a construir a sua própria história, ao mesmo tempo em que são limitados pelas condições materiais, impostas por determinadas historicidades. Na verdade, não fazem história como desejam, mas como podem fazê-la, tecendo-a em um processo altamente complexo e repleto de múltiplas contradições (SANT'ANA; SILVA, 2013).

### 4.3 Trabalhador Rural: Jornada e Instrumentos de Trabalho

Para iniciar este item, em primeiro lugar é necessário expor que o período da colheita de café, na região Sul de Minas, inicia-se no mês de maio e se estende até início de outubro, se a safra for “boa”. Essa época do ano a região passa pela estação, denominada de inverno, onde o frio e a seca são fatores predominantes do clima, assim, durante a colheita o trabalhador suporta o frio e as geadas.

O trabalhador sai de sua residência por volta das 6 horas da manhã para chegar ao local de trabalho às 7 horas. Como seu ganho é por produção, ele para poucos minutos no horário de almoço porque acredita que vai produzir mais, ou seja, tirar mais frutos das plantas, colher uma maior quantidade de balaio de café, afinal, ele recebe pela quantidade de baldios que colheu e o valor de cada balaio de 60 litros, do grão de café, é R\$ 8,00<sup>31</sup>.

Uns trabalhadores conseguem colher 08 baldios por dia, outros 10 baldios e tem aqueles considerados trabalhadores “brutos”, chegam a tirar até 15 baldios por dia, que fazendo o cálculo de 8 baldios a R\$ 8,00, o trabalhador considerado “mais descansado<sup>32</sup>”, consegue tirar o valor de R\$ 64,00 por dia, enquanto que o trabalhador “bruto do cafezal”, chega a tirar R\$ 120,00, por dia de trabalho.

Em nosso estudo percebemos que dos 20 trabalhadores entrevistados, um trabalhador, do sexo masculino, consegue colher 15 baldios de café por dia e recebe uma faixa salarial mensal de R\$ 2.640,00; seis, do sexo feminino, conseguem colher 08 baldios e recebem o equivalente a R\$ 1.408,00 de salário mensal e treze, que são do sexo feminino (03) e masculino (10), conseguem colher

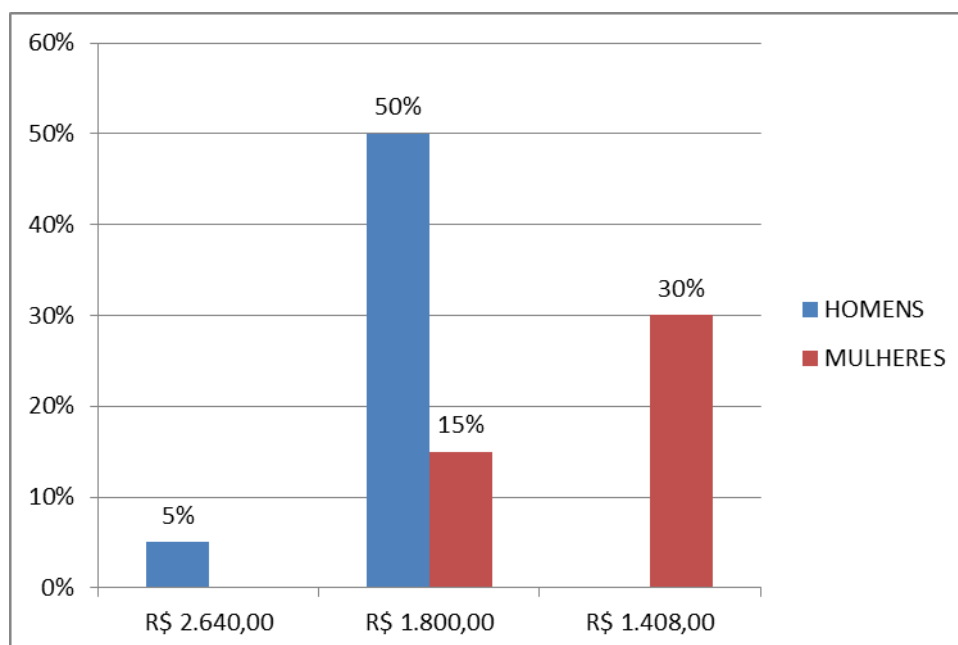
---

<sup>31</sup> O valor do balaio é referente ao período da colheita de café, do ano de 2014, no município de Campo Belo-MG.

<sup>32</sup> É o trabalhador considerado lento, pelos demais colegas de trabalho, seja pela sua “disposição”, inexperiência ou que já tem uma certa idade e não consegue colher mais do que isso durante o dia de trabalho.

na faixa de 10 balaios por dia, percebendo um valor mensal de R\$ 1.800,00. Vejamos o Gráfico 1:

**Gráfico 1 - Recorte por sexo na colheita de café**



Fonte: Jeovana Nunes Ribeiro, 2014.

De acordo com o Gráfico 1, observamos que do total de 20 trabalhadores 55% são homens e 45% são mulheres: - 5% do total de trabalhadores que colhem 15 balaios por dia e possuem uma renda mensal de R\$ 2.640,00, são homens; - dos 65% do total de trabalhadores que colhem diariamente cerca de 10 balaios e recebem uma renda mensal de R\$ 1.800,00, 50% são homens e outros 15% são mulheres; - dos 30% do total de trabalhadores efetuam uma coleta diária de 08 balaios, recebem mensalmente R\$ 1.408,00 e são mulheres.

Ressaltamos neste espaço que o recorte por sexo é pontual, pois devido ao tempo, não nos foi permitido analisar a categoria gênero no trabalho rural, todavia, observamos o sexo masculino é predominante no trabalho rural, assim como os valores expostos não são líquidos, uma vez que os trabalhadores “A, B, D, E, F, G, H, I, J, K, O, P, Q, R, S, T” relataram que são eles que compram o material de trabalho, tais como: panos, mãos mecânicas, combustíveis para as mãos mecânicas, luvas (se quiser usar), entre outros. Enquanto que os trabalhadores: “C, L, M, N” relataram que ganham o material de trabalho das fazendas, que eles não compram, pegam o que tem lá.

O problema é se chegar muito tarde na fazenda, não encontra mais material, aí tem que voltar pra casa, pois como é que vai panhar (sic) o café sem pano, sem o material? Então, eu acordo cedinho para chegar cedinho no café, pegar o material, panhar (sic) o café e ganhar meu dinheiro. (TRABALHADORA N, 2014).

Ressaltamos neste espaço que os trabalhadores se sentem responsáveis pelos equipamentos de trabalho, o que na verdade é uma responsabilidade do proprietário da terra, do patrão, que tem ciência da legislação que o obriga a fornecer o material de trabalho e os EPIs, conforme regem os artigos 31.11 e 31.20, da Norma Regulamentadora 31 (Nr), que serão abordados nas próximas páginas.

Há de se destacar que o salário é por produção e que as possibilidades de auferir melhores ganhos ocorre no período restrito da colheita. O trabalhador realiza um esforço excessivo no sentido de conseguir ganhar o que lhe permita sobreviver depois do período de colheita. Esse esforço por conseguir colher mais e receber mais, para garantir sua sobrevivência é destacado nas falas dos trabalhadores abaixo:

Junto dinheiro na colheita, na época da panha e quando não tem panha não faço nada, eu fico assim na rua conversando, na praça, nas esquinas. Sou considerado aqui no bairro o melhor panhador (sic) de café, eu trabalho muito. Eu fico 05 meses panhando (sic) café e o resto do ano eu fico de boa, sem fazer nada, não trabalho com outra coisa, só com o café porque me dá dinheiro para ficar assim, sem fazer nada. (TRABALHADOR O, 2014).

Quanto mais se panha (sic) café, mais se ganha, pois a gente ganha por balaio. Eu comprei até um braço mecânico para me ajudar na panha. Eu defino a minha hora de trabalho, se eu quero ganhar mais eu vou trabalhar mais. (TRABALHADORA D, 2014).

A fala dos trabalhadores nos remete aos estudos de Marx (2010, p. 63) quando ele nos relata que “[...] o operário procura manter a massa do seu salário trabalhando mais, seja trabalhando mais horas, seja produzindo mais no mesmo tempo”, com isso, passa a viver para o trabalho, numa rotina diária de acordar cedo para trabalhar e dormir cedo para acordar e sair para trabalhar, enquanto que o tempo necessário para vida social acaba ficando no segundo plano ou no esquecimento, numa espécie de vida sem vida, na verdade de vida alienada, que na ilusão de ganhar mais, “[...] faz concorrência a si mesmo, a si mesmo como membro da classe operária.”

Quanto à fala do Trabalhador “O”, percebemos que por sua vontade, estaria trabalhando, pois é caracterizado como o “trabalhador bruto do café” de forma que consegue colher 15 balaios de café por dia, durante uma safra, que tem um período determinado por, aproximadamente, cinco meses. Isto lhe permite acreditar que a reserva feita durante a safra é suficiente para sete meses, ou seja, para aguardar a próxima safra na condição de um trabalhador desempregado e que “não faz nada”. Todavia, ressaltamos que não há trabalho no meio rural para todos os trabalhadores disponíveis e neste sentido concordamos com Marx (2013, p. 750, 751, 754) quando relata que:

Introduziram mais maquinaria, e num instante os trabalhadores ficaram supérfluos numa proporção conveniente aos patrões. [...] A superpopulação relativa está sempre presente nos movimentos da oferta e da procura de trabalho. [...] Ela proporciona ao capital reservatório inesgotável de força de trabalho disponível. Sua condição de vida se situa abaixo do nível médio normal da classe trabalhadora, e justamente isso torna-a base ampla de ramos especiais de exploração do capital. Duração máxima de trabalho e o mínimo de salário caracterizam sua existência.

A duração máxima de trabalho, entendemos a partir da fala de Marx (2013) que no caso do Trabalhador “O” ocorre no período de safra, que por falta de opção, o trabalhador se submete a uma extensa jornada de trabalho na condição de sujeito alienado, em condições precárias de trabalho, com exposição às condições climáticas e sem EPIs, que podem ocasionar acidentes de trabalho ou doenças oriundas do trabalho. Pós-safra, percebemos que a condição financeira e de vida deste trabalhador, também, não o permite um curso de capacitação profissional ou uma formação continuada pelos seguintes motivos: 1. Os cursos oferecidos pelo Sistema Nacional de Emprego (SINE) do município são voltados para doméstica, cabelereiro, manicure e o trabalhador demonstrou não ter interesse nos mesmos; 2. O trabalhador tem 37 anos de vida e não concluiu o ensino fundamental, que foi interrompido no 7º ano porque precisou trabalhar desde os seus 15 anos para ajudar a família. Neste sentido, não há como voltar a estudar, pois não existe período escolar que acompanhe o ritmo de safra do café, e ainda, lembramos que a jornada de trabalho para além de extensa é cansativa, onde o trabalhador não consegue, pelo cansaço físico e mental, estudar a noite para concluir os estudos, alegando que este é o maior motivo de sua desistência escolar, pois quando fica ocioso ou sem “nada para fazer” as escolas não o aceita, uma vez que é no período sazonal que ele poderia voltar a estudar com mais tranquilidade e este período ocorre entre os

meses de outubro, de um determinado ano, até o mês de abril, do ano seguinte, quando inicia a próxima safra e ele precisa retornar ao campo.

Lembra-nos Meszáros (2008) que o tempo dedicado ao lazer é, permanentemente, aprisionado ao círculo vicioso dos efeitos condenados pelos objetivos da lógica capitalista, de forma que a educação é desprezada ou no mínimo negligenciada e quando o trabalhador está fora de seu trabalho é provável que se entregue à embriaguez e à intemperança. Não encontramos no Trabalhador “O” características de embriaguez ou intemperança, mas temos em nosso estudo o depoimento do Trabalhador “N”, já mencionado em páginas anteriores, que retrata a situação do nosso país: “não tem emprego” para todos e que não adianta o “governo formar um, formar outro”.

Entendemos que a educação é fragilizada para atender a lógica do capital e o desemprego é um dos motivos que leva os homens ao furto e a “vagabundagem” pela necessidade de sobrevivência. Lembra-nos Meszáros (2008, p. 27) “que é necessário romper com a lógica do capital se quisermos contemplar a criação de uma alternativa educacional significativamente diferente.”

Nosso objeto de estudo não teve como foco a educação, todavia, mencionamos essa categoria de análise porque percebemos que 90% dos sujeitos da pesquisa não completaram o ensino fundamental, assim como, não teve como foco a saúde do trabalhador, mas as condições de trabalho evidenciam claramente o adoecimento provocado pelo processo laboral. Todos os trabalhadores entrevistados queixam de doenças oriundas do trabalho na colheita do café. As mais citadas foram dores no braço, que podem ser caracterizadas pela Lesão por Esforço Repetitivo, e, as do aparelho respiratório, esta última, via de regra, ocasionada pelas condições insalubres do clima/temperatura.

Ao longo do dia, o trabalhador tem que suportar não só as baixas temperaturas, mas altas também, uma vez que o clima esquenta entre 11 horas da manhã e o meio dia - 12h, e no final da jornada, entre 16:00 e 17:00, o trabalhador está exposto, novamente, a queda da temperatura, tendo que deslocar de seu espaço de trabalho para sua residência seja a pé, de ônibus, motos ou em caminhões abertos, conhecidos como “pau-de-arara”.

Sobre o transporte de trabalhadores a Nr 31, artigo 31.16, rege em seus incisos:

31.16.1 O veículo de transporte coletivo de passageiros deve observar os seguintes requisitos:

- a) possuir autorização emitida pela autoridade de trânsito competente;
- b) transportar todos os passageiros sentados;
- c) ser conduzido por motorista habilitado e devidamente identificado;
- d) possuir compartimento resistente e fixo para a guarda das ferramentas e materiais, separado dos passageiros.

31.16.2 O transporte de trabalhadores em veículos adaptados somente ocorrerá em situações excepcionais, mediante autorização prévia da autoridade competente em matéria de trânsito, devendo o veículo apresentar as seguintes condições mínimas de segurança:

- a) escada para acesso, com corrimão, posicionada em local de fácil visualização pelo motorista;
- b) carroceria com cobertura, barras de apoio para as mãos, proteção lateral rígida, com dois metros e dez centímetros de altura livre, de material de boa qualidade e resistência estrutural que evite o esmagamento e a projeção de pessoas em caso de acidente com o veículo;
- c) cabina e carroceria com sistemas de ventilação, garantida a comunicação entre o motorista e os passageiros;
- d) assentos revestidos de espuma, com encosto e cinto de segurança;
- e) compartimento para materiais e ferramentas, mantido fechado e separado dos passageiros. (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, 2005, p. 17).

Em relação à saúde, percebemos na fala dos trabalhadores, apanhadores de café, que a exposição contínua e prolongada é agente causador de doenças respiratórias frequentes. Vejamos a fala duma entrevistada na pesquisa de campo.

As roupas ficam molhadas quando começa a panhar (sic) o café de manhã cedo, e seca no corpo mesmo, a gente nem lembra de tirar a roupa porque a gente só quer panhar (sic) café, enfia o braço lá dentro da planta e puxa o café, molha tudo, tudinho mesmo, até o rosto fica molhado. No final da panha a gente tá com tosse, com secreção no pulmão, aí a gente vai no postinho se tratar. O médico pergunta aonde nós tava e nós responde (sic): panhando (sic) café, né, doutor! (TRABALHADORA I, 2014).

#### **Ilustração 4 - Geadas na colheita de café**



Fonte: RODI, online, 2011.

O contato das mãos é direto com as folhas das plantas molhadas e geladas. Neste sentido, os apanhadores de café, deveriam usar não só as luvas, mas óculos, máscaras e botas. A Nr 31, no artigo 31.20, que trata das Medidas de Proteção Pessoal, nos apresenta os equipamentos que devem ser usados pelos trabalhadores rurais, como direito destes e dever do empregador, em fornecê-los. Vejamos, os seus incisos, abaixo:

31.20.2. O empregador rural ou equiparado, de acordo com as necessidades de cada atividade, deve fornecer aos trabalhadores os seguintes equipamentos de proteção individual:

a) proteção da cabeça, olhos e face:

1. capacete contra impactos provenientes de queda ou projeção de objetos;
2. chapéu ou outra proteção contra o sol, chuva e salpicos
- [...] 4. protetores faciais contra lesões ocasionadas por partículas, respingos, vapores de produtos químicos e radiações luminosas intensas;
5. [...]

b) óculos contra irritação e outras lesões:

1. óculos de proteção contra radiações não ionizantes;
2. óculos contra a ação da poeira e do pólen;
3. óculos contra a ação de líquidos agressivos.
- [...]

e) proteção dos membros superiores;

1. luvas e mangas de proteção contra lesões ou doenças provocadas por:
- [...]
- 1.6. picadas de animais peçonhentos;

f) proteção dos membros inferiores;

- [...] 4. botas com cano longo ou botina com perneira, onde exista a presença de animais peçonhentos;
- [...]

g) proteção do corpo inteiro nos trabalhos que haja perigo de lesões provocadas por agentes de origem térmica, biológica, mecânica, meteorológica e química:

1. aventais;
- [...]

[...]

h) proteção contra quedas com diferença de nível.

1. cintos de segurança para trabalhos acima de dois metros, quando houver risco de queda. (MINISTÉRIO DE TRABALHO E EMPREGO, 2005, p. 16).

Lembramos que “[...] os equipamentos de proteção individual devem ser adequados aos riscos e mantidos em perfeito estado de conservação e funcionamento.” (MINISTÉRIO DE TRABALHO E EMPREGO, 2005, p. 17).

Entretanto esta realidade não foi encontrada em nossa pesquisa, como mostra a ilustração 5.

### Ilustração 5 - Trabalhadora na colheita de café



Fonte: Jeovana Nunes Ribeiro, 2014.

Procuramos saber que tipo de instrumento os trabalhadores “C, L, M, N” recebiam para trabalhar. Eles responderam que recebem um pano para pegar o café durante o dia e a vassoura, para varrer o café, no final do dia. Então, questionamos se os trabalhadores não recebem luvas para proteger as mãos do frio, das geadas e de picadas de insetos, todos responderam que não, inclusive os trabalhadores que compram o seu material de trabalho.

O que percebemos é que para além de serem superexplorados, os trabalhadores têm seus direitos violados. Na Nr 31, o artigo 31.11 que trata do quesito das Ferramentas Manuais, rege que:

31.11.1 O empregador deve disponibilizar, gratuitamente, ferramentas adequadas ao trabalho e às características físicas do trabalhador, substituindo-as sempre que necessário.

31.11.2 As ferramentas devem ser:

- a) seguras e eficientes;
- b) utilizadas exclusivamente para os fins a que se destinam;
- c) mantidas em perfeito estado de uso. (MINISTÉRIO DE TRABALHO E EMPREGO, 2005, p. 14).

Além do material que os trabalhadores compram para apanhar o café, eles arcam com as despesas, caso ocorra acidentes de trabalho, pois nas fazendas não existe ambulatório para prestar os primeiros socorros. Perguntamos qual é o procedimento em caso de acidente de trabalho? Todos responderam que em caso de acidente de trabalho, o apanhador é encaminhado ao hospital e um deles enfatizou que: “Nós arruma um carro e leva ele. Avisa a família dele e ele fica lá no hospital e nós volta (sic) pra panha.” (TRABALHADOR M, 2014).

O que percebemos é que as fazendas do município pesquisado não têm estrutura/preparo, caso ocorra algum acidente de trabalho, desrespeitando a legislação trabalhista ou, melhor, violando o direito do trabalhador.

Se é verdade que há cinquenta anos, os trabalhadores rurais padeciam de males facilmente sanáveis, **hoje morrem de desastres de caminhão** ou intoxicados por venenos. **Se antes suas casas tinham chão de terra batida, hoje elas são** de restos de caixotes de madeira ou de folhas de zinco, **nas favelas urbanas**. (GRAZIANO NETO, 1985, p. 77, grifo nosso).

Encontramos em nosso estudo, situações que vem a confirmar a fala Graziano Neto (1985), em se tratando de transporte em caminhão aberto. Ressaltamos que esse tipo de transporte é proibido pela Norma Regulamentadora 31 (NR), do Ministério de Trabalho e Emprego (2005) e pelo Código de Trânsito Brasileiro, Lei n. 9503/97 (BRASIL, 1997).

Lembramos que o transporte em caminhão é permitido, caso tenha autorização para transitar, conforme rege a Nr 31, artigo 31.16.1, já mencionados neste estudo (MINISTÉRIO DE TRABALHO E EMPREGO, 2005, p. 16).

Entretanto, é utilizado em muitas fazendas do município pesquisado, sem autorização excepcional.

Nós vai (sic) de caminhão, aberto, sem segurança nenhuma, nenhuma mesmo, aquele tipo pau de arara que o povo tanto fala. Pra você ter uma ideia, no ano passado o caminhão foi preso na rodovia, nós tava (sic) tudo em cima, ai o policial mandou todo mundo descer e ir embora. Então, nós desceu (sic) e foi todo mundo embora a pé, pra casa. Eu vim pra casa a pé porque não tinha outro transporte pra pegar nós (sic) e eu não tinha dinheiro pra pegar outra condução. (TRABALHADORA A, 2014).

Prado Júnior (2011, p. 9), relata que o trabalho livre não se organizou inteiramente em todo o país, mas, “conserva traços bastante vivos do regime escravista”.

Quem percorre o Brasil de hoje fica muitas vezes surpreendido com aspectos que se imagina existirem nos nossos dias unicamente em livros de história; e se atentar um pouco para eles, verá que traduzem fatos profundos e não são apenas reminiscências anacrônicas. (PRADO JÚNIOR, 2011, p. 10).

Concordamos com Prado Júnior (2011, p. 9, grifo nosso) quando relata que “[...] **o passado**, aquele passado colonial que referi, **ainda está presente, e bem saliente; em parte modificado**, é certo, mas presente em traços que não se deixam iludir.” Quanto ao trabalho, percebemos o crescimento informal afinal, trabalhadores com contratos formais ou carteira assinada, contam-se em “[...] pequeno número e para funções especializadas ou de direção.”

Em nosso estudo, dos quatro trabalhadores rurais que encontramos com CTPS assinada, 01 exerce a função de gerente, conhecida pelos trabalhadores como “tomador de conta”. No período de colheita de café ele também colhe o café, junto com os demais trabalhadores e no final do turno, executa a tarefa de pesar o café, anotar os nomes dos trabalhadores e quantos balaios colheram no dia, posteriormente passa para seu patrão a relação dos trabalhadores que apanharam café e quantos balaios cada um apanhou, para acerto financeiro, no final da semana.

Em relação ao trabalho informal observamos que as consequências da ausência da formalização de vínculo empregatício trazem sérios prejuízos aos trabalhadores e, alguns deles, estão descritos na fala duma apanhadora entrevistada. Vejamos:

Eu vou me aposentar por idade, sempre trabalhei na roça, mas nunca tive carteira de trabalho assinada, se eu tivesse esses anos todos que trabalhei na fazenda de café que, sempre trabalhei, eu teria 11 anos de carteira assinada, mas ele não assina a carteira, e hoje em dia é assim, eles falam que se a pessoa não tiver carteira de trabalho assinada é mais difícil de aposentar porque a pessoa não teve condições de pagar, eu tinha que ter na carteira, os anos todos que trabalhei com meu último patrão. Ah, se minha carteira fosse assinada, pra mim seria muito bom, já me ajudava, mas como ele não assina e pra trás eu trabalhei junto com meu pai, agora eu fico assim, tendo que trabalhar até o dia que Deus me ajudar a aposentar. (TRABALHADORA A, 2014).

Indagamos a mesma trabalhadora sobre os motivos que a levaram ao trabalho informal. Vejamos a resposta:

Eu preciso trabalhar. Ele (meu patrão) não assina. Porque se for pra ele assinar das pessoas que ficam mais afetivas (sic), até o final da panha ele teria de assinar para os outros que não ficam até acabar a panha. Ele assinou assim: Eu falei que tava arrumando os papeis para aposentar, ai ele assinou por seis meses, e uma vez ele também assinou porque o fiscal do ministério do trabalho foi lá. O fiscal foi na fazenda e obrigou ele assinar, ai ele teve que assinar, mas só assinou para algumas pessoas e quando passou trinta dias ele deu baixa em tudo, tudinho mesmo. Tinha aposentado trabalhando, que teve que se esconder, mas a carteira do aposentado não pode assinar né! Eu lembro que ele teve que se esconder. Tem isso né, você sabe? Tem tudo isso e nós aceita (sic). (TRABALHADORA A, 2014).

Ao refletirmos sobre o trabalho, no Brasil, concordamos com Behring e Boschetti (2008) que relatam que apesar de importantes momentos de radicalização, as marcas do escravismo estão presentes pela informalidade, pela precarização e superexploração, de forma que as classes dominantes nunca tiveram compromissos democráticos e redistributivos, mas, tem-se um cenário complexo para as lutas em defesa dos direitos de cidadania, e, é nesse quadro que se deve observar as medidas esparsas e frágeis de proteção social até a década de 1930, que persistem e nos ajudam a refletir sobre os dias de hoje.

A trabalhadora continua sua fala, inserida na condição de informalidade, desprovida de direitos, não consegue aposentar-se. Vejamos a sua indignação:

Eu já tenho 56 anos, comecei a trabalhar aos 07 anos, é aos sete anos na plantação de feijão, milho e arroz. Eu era muito novinha. Nas lavouras de café comecei a trabalhar com meu pai, desde os 15 anos, e só tive carteira assinada 06 meses, porque eu pedi para vê se aposento e eu tive que levar na justiça para tentar me aposentar né! Mais aqui em Campo Belo não tem justiça, o advogado é daqui, mais a justiça é noutra cidade, isso deixa a gente sem saber direito das coisas, tem que confiar nele, no advogado, porque é longe e como que nós faz (sic) pra ir até Formiga? Ah, Formiga é longe, tem que pagar transporte e nós tem (sic) as outras coisas para fazer em casa. Então Deus toma de conta minha fia, pois eu não tenho mais saúde para trabalhar tanto. (TRABALHADORA A, 2014).

A autora Mota (2005) relata que a política econômica e social do Brasil não foge a lógica dos países ocidentais, ao contrário, segue o movimento e as tendências internacionais no tocante às condições em que o trabalho adquiriu centralidade na definição das políticas de proteção social. Estas passam a não ser universais, tendo em vista o caráter da seletividade, da focalização e do atendimento para poucos segmentos da classe trabalhadora.

Neste sentido, entendemos que os apanhadores de café que trabalham em condições, muitas vezes subumanas, exercendo uma jornada de trabalho prolongada, precária e sendo superexplorados, com danos na sua saúde ainda assim, não se inserem nas condicionalidades dos programas sociais vigentes. Todos os trabalhadores entrevistados responderam que não recebem nenhum tipo de benefício, nem fazem parte dos programas de transferência de renda. Como vimos na fala de muitos entrevistados em nosso estudo, que eles vivem pedindo “a Deus que nos ajude a sobreviver”. (TRABALHADORA A, 2014).

Sant’Ana (2012) nos apresenta em seu estudo o “Trabalho bruto no canavial” a análise da política social e o trabalhador rural, em especial, a política de assistência social, mencionando os trabalhadores que não conseguem reproduzir-se por meio do trabalho, que adoecem e não podem mais trabalhar e que vivem em condições de miséria ou pobreza, relatando, sobretudo, que:

As relações de trabalho que pauperizam e adoecem os trabalhadores geram as demandas postas às políticas sociais; o **Estado assume precariamente os custos da reprodução** das famílias trabalhadoras, mas ao fazê-lo estabelece mediações que camuflam esta relação entre pobreza e trabalho. As políticas assumem perspectivas sistêmicas e os recortes do atendimento vão ser dados pelos diversos segmentos etários (crianças, jovens, idosos). (SANT’ANA, 2012, p. 15, grifo nosso).

Nosso estudo se configura dum passado-presente, ausente de direitos sociais, em pleno século XXI, pós anos de conquistas e lutas sociais. O município de Campo Belo-MG com “51.544 habitantes” não tem Vara do Trabalho, sendo a mais próxima no município de Formiga-MG, numa distância de 57,5 quilômetros (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2014, online), o que desanima os trabalhadores rurais, apanhadores de café, a reivindicar seus direitos. A trabalhadora “A” menciona que a própria condição financeira não permite.

Entendemos que para o trabalhador acaba sendo inviável reivindicar seus direitos na justiça, tendo em vista o percurso do deslocamento, de ir e voltar, percorrendo um trecho de 115 quilômetros entre os municípios, além das despesas ocasionadas para se deslocar. Isto favorece ao capital, ao patrão, aos fazendeiros do município pesquisado.

As legislações estabelecem um caráter muito mais punitivo do que viabilizadores de direitos, se levarmos em consideração a condição financeira do

trabalhador rural, apanhador de café, desprovido de recursos para arcar com o ônus do deslocamento e com a perda de dia trabalho.

É assim que os direitos sociais universais, garantidos constitucionalmente e conquistados nos últimos séculos, são desmontados politicamente, cansando os trabalhadores, fazendo com que estes descreditem de sua capacidade de lutar e fazer valer seus direitos.

Os critérios adotados para instalação da Vara do Trabalho, no município, deveriam atender aos interesses da sociedade, mas privilegiam aos interesses do capital e, conseqüentemente, político partidário.

Em 1988 a Constituição estabeleceu no artigo 96, II, as competências para a alteração da organização e da divisão judiciárias. Por exemplo, no âmbito da Justiça do Trabalho a iniciativa de criação cabe ao TST. Nos estados, aos TJs. [...] Nos últimos anos, Leis de Organização Judiciária passaram a fixar regras mais claras sobre o assunto. Por exemplo, a LC 59/2001 de **Minas Gerais dispôs no artigo 5º que a criação de uma comarca exige 18.000 habitantes, 13.000 eleitores e o mínimo de 400 feitos judiciais.**

**A falta de regras** poderá fazer com que a opção seja feita pelo mero afeto que um desembargador nutre por determinada cidade ou **pelo desejo de um político que persegue votos na próxima eleição.** Enfim, o interesse pessoal, retrógrado, a prevalecer sobre o público. (FREITAS, 2009, online, grifos nosso).

O município pesquisado, no ano de 2012, tinha 39.174 eleitores, conforme dados informados pelas Eleições Brasil (2014), e este número de eleitores é favorável à instalação duma Vara do Trabalho no município, conforme relata o artigo 5º, da Lei Complementar 59/2001 (MINAS GERAIS, 2001).

Freitas (2009) relata que mais do que nunca, deve dar-se preferência para unidades judiciárias em zonas socialmente sensíveis, como as periferias (ou morros) das grandes cidades ou áreas rurais em que o problema agrário seja mais intenso, todavia, os princípios Constitucionais não são respeitados.

Concordamos com Iamamoto e Carvalho (1982, p. 238, grifo nosso) quando relatam que:

A **legislação social** se constitui de dispositivos legais que coíbem os maiores excessos e **formas “primitivas” de extração de trabalho excedente**, mas, em última instância, representa a reafirmação da dominação ao capital e nunca seu contrário.

Incorpora objetivamente reivindicações históricas do proletariado, para torná-las um acelerador da acumulação através da regulamentação e disciplinamento do mercado de trabalho, o que traz o avanço da subordinação do trabalho ao capital, legitimando sua dominação.

Concordamos com Martins (1994) quando relata que as transformações sociais ocorrem, mas em benefício do grande capital e em detrimento dos direitos dos trabalhadores. Na verdade, percebemos traços conservadores da formação social brasileira, que se manifestam no presente, seja de forma sutil ou camuflada, numa roupagem contemporânea, com a presença viva das estruturas do passado, onde o moderno se constrói por meio do arcaico, recriando a história. Silva (1981) reforça isso em seu estudo, principalmente, quando relata que a agricultura brasileira foi dividida em agricultura do rico e agricultura do pobre.

#### **4.4 A precarização social do trabalho e o processo de colheita de café**

Vimos no segundo capítulo desta tese que a substituição do trabalho escravo<sup>33</sup> pelo trabalho assalariado representou a diminuição dos custos do valor da força de trabalho já que a dos escravos sempre muito elevada, onde “[...] somente as regiões mais ricas e florescentes podiam suportá-lo”, como também a transferência desses mesmos custos para o próprio trabalhador (PRADO JÚNIOR, 1981, p. 23).

O sistema escravista terminou porque passou de algo extremamente lucrativo para algo extremamente oneroso; além de ultrapassado e incompatível com o sistema capitalista que, a passos largos, tornava-se hegemônico no mundo inteiro a partir do século XIX. Por mais paradoxal que possa parecer, a alternativa do trabalho assalariado (também chamado ideologicamente de trabalho livre, e condição *sine qua non* para o sistema capitalista) era muito mais barato e proporcionava uma possibilidade de exploração muito maior e mais eficaz do que o trabalho escravo. (BIAR, 2009, online, grifos do autor).

O capital limita-se a procurar no mercado a força de trabalho “livre” que tornou-se mercadoria, para comprá-la. “O comprador da força de trabalho consome-a, fazendo o vendedor dela trabalhar. Este ao trabalhar, torna-se realmente no que antes era apenas potencialmente: força de trabalho em ação, trabalhador.” (MARX, 2003, p. 211).

Em matéria de organização, a lavoura cafeeira seguiu os moldes tradicionais e clássicos da agricultura do país: a exploração em larga escala, tipo “plantação” (a plantation dos economistas ingleses), fundada

---

<sup>33</sup> Pós-libertação.

na grande propriedade monocultural trabalhada por escravos negros, substituídos mais tarde, por trabalhadores assalariados. (PRADO JÚNIOR, 1981, p. 170, 120).

“A manutenção e reprodução, por meio de um salário, está a cargo do próprio operário e de sua família”, neste sentido, entendemos que o **trabalho livre/assalariado** é o afastamento do homem de si mesmo e sua colocação num mundo que lhe é “estranho”<sup>34</sup>, dando forma ao trabalho do ter e não do ser (IAMAMOTO; CARVALHO, 1982, p. 125).

Observemos a fala da apanhadora de café, entrevistada, na região sul de Minas Gerais.

No período de colheita o ganho pode chegar ao valor de R\$ 2.500,00<sup>35</sup>, mais ou menos, por mês. Tem panhador (sic) que chega a ganhar até R\$ 3.000,00 por mês. Enquanto que no trabalho de carteira assinada chega a ganhar no máximo R\$ 1.200,00. Eu tiro minhas férias do trabalho com carteira assinada, no período de colheita, para ganhar um pouco mais de dinheiro e reformar minha casa, pagar a prestação do meu carro, viajar, etc. Meu esposo também tira as férias dele na época da panha de café, para panhar (sic) café. O café dá dinheiro, o café movimenta o comércio de Campo Belo, é na época da panha de café que a gente pode comprar roupas e fazer outras coisas, é o café que movimenta o comércio da cidade. (TRABALHADORA D, 2014).

Todavia, se faz necessário relatar neste espaço que, esse valor não corresponde ao ganho mensal de todos os trabalhadores rurais, apanhadores de café, mas a uma ou outra realidade, que podemos chamar de situação rara ou trabalhador atípico, uma vez que em nosso estudo, encontramos apenas 01 apanhador que consegue tirar aproximadamente R\$ 3.000,00, no período de colheita, conhecido como o “trabalhador bruto do café” (TRABALHADOR L, 2014).

Na fala da Trabalhadora “D”, é possível identificar o nível de precariedade do trabalho a que está submetida, ao ponto de no período reservado ao descanso (férias) a trabalhadora ter que submeter-se a trabalho extremamente precário para pode satisfazer as suas “necessidades”: ter carro, casa, entre outras coisas materiais.

Marx (1985) relata que o trabalho que se apresenta no valor de troca é pressuposto como trabalho do indivíduo particularizado e se torna social assumindo a forma de seu oposto direto: a forma da generalidade abstrata. Finalmente, o

<sup>34</sup> Ver “Trabalho estranhado e propriedade privada”. (MARX, 2004, p. 79-90).

<sup>35</sup> O salário mínimo em 2014 era R\$ 724,00. Neste sentido, o valor de R\$ 2.500,00 corresponde a, aproximadamente, 3 ½ (Três e meio salários).

trabalho que gera valor de troca na sua aparência se caracteriza, por assim dizer, às avessas, da relação social das pessoas, ou seja, como uma relação social entre coisas.

Advinda dum trabalho de exploração, a Trabalhadora “D”, se submete a outra atividade, de maneira que abre mão de gozar as férias e descansar para submeter-se as condições de trabalho informal nas lavouras de café, na condição de trabalho alienado, como bem nos lembra Marx (2004, p. 81), “[...] quanto mais o trabalhador se desgasta trabalhando, tanto mais poderoso se torna o mundo objetivo, alheio que ele cria diante de si, tanto mais pobre se torna ele mesmo, seu mundo interior, e tanto menos [o trabalhador] pertence a si.”

O trabalho produz maravilhas para os ricos, mas produz privação para o trabalhador. Produz palácios, mas cavernas para o trabalhador. Produz beleza, mas deformação para o trabalhador. Substitui o trabalho por máquinas, mas lança uma parte dos trabalhadores de volta a um trabalho bárbaro e faz da outra parte máquinas. Produz imbecilidade, cretinismo para o trabalhador. (MARX, 2004, p. 82).

No capitalismo, o trabalho realiza sua própria negação, pois, ao invés de se objetivar como atividade de manifestação da vida, se realiza como alienação. Constituindo-se no trabalho alienado, o sujeito não se reconhece como parte dele, mas se desconhece, estranhando assim, todo o processo de trabalho. Neste sentido, o trabalhador entra no processo de forma desigual, uma vez que os meios de trabalho não lhe pertencem; o processo de trabalho é fragmentado e parcializado, não lhe é permitido se apropriar da totalidade do processo nem desenvolver suas habilidades de forma multilateral ou livre. Durante o processo, ele cria um valor excedente (mais-valia), e ao sair dele, produziu um produto que não lhe pertence e com o qual ele não se identifica (MARX, 1985).

O capital subordina toda a sociedade e impõe em sua lógica quantitativa enquanto riqueza abstrata, que busca incessante crescimento, aprofunda a desigualdade de toda a natureza e torna paradoxalmente invisível as mediações que viabilizam esse processo e, conseqüentemente, o trabalho vivo que cria a riqueza e os sujeitos que o realizam. Conduz a banalização do humano, resultante de sua indiferença frente à esfera das necessidades das grandes majorias e dos direitos a elas atinentes. (IAMAMOTO, 2008a, p. 20).

Os trabalhadores rurais viram-se no meio de um turbilhão de mudanças que mal podiam compreender. Expulsos, violentamente de suas terras, alijados de seus meios de produção e de reprodução social, foram obrigados a se deslocarem

para as cidades em péssimas condições de vida. “O processo que produz o assalariado e o capitalista tem suas raízes na sujeição do trabalhador. O progresso consistiu numa metamorfose dessa sujeição, na transformação da exploração feudal em exploração capitalista.” (MARX, 2013, p. 837).

Lima (2008, p. 71) relata que há um grande debate sobre a formação brasileira e a grande questão é que se haveria ou não relações feudais no Brasil no início da colonização. Não é pretensão discutir esta polêmica em nossa tese, entretanto, concordamos com o autor ao relatar que “As obras de Caio Prado inserem a formação social no quadro da divisão internacional do trabalho e poder, situando a colônia no circuito do capitalismo comercial, que se implantara na Europa Ocidental desde fins do século XVI.”

As formações sociais são compostas por classes antagônicas: dominantes e dominados.

O modo como, mundialmente, se organiza a produção traduz uma longa história de exploração do homem pelo homem, cujas relações sociais são determinadas pelo escravismo, pelo feudalismo e, contemporaneamente, pelo capitalismo. [...] No escravismo e no feudalismo, a exploração tinha limites biológicos, porque o homem era um meio de produção. Na sociedade capitalista, a vida do trabalhador não impõe limites à produção. Ainda assim, todas têm em comum a desigualdade, mas isso não é argumento suficiente para afirmar que a divisão da sociedade em classes seja algo natural. (TAVARES, 2009, p. 2).

Os trabalhadores tornaram-se mercadorias para a manufatura a partir dos processos históricos chamados de acumulação primitiva e passaram a ser consumidos dentro e fora do processo de produção fabril. Neste sentido discutimos alguns itens de nossa tese procurando compreender o processo que levou o trabalhador rural a se transformar num trabalhador precarizado. Percebemos que essa transformação não é natural, mas naturalizada e, sobretudo, ocasionada pela divisão social das classes antagônicas, pois a natureza não produz possuidores de dinheiro e de mercadorias, de um lado e do outro, meros possuidores das próprias forças de trabalho (MARX, 2003).

Afirmar que a precarização social do trabalho está no centro da dinâmica do capitalismo flexível significa também entendê-la como uma estratégia de dominação. [...] A força se materializa principalmente na imposição de condições de trabalho e emprego precárias frente à permanente ameaça de desemprego estrutural criado pelo capitalismo. Afinal, ter qualquer emprego é melhor do que não ter nenhum. (DRUCK, 2011, p. 43).

Na colheita de café encontramos a precarização do trabalho, frente à reestruturação intensa e longa da produção e do trabalho, desde o processo manual, ao semi-mecanizado e mecanizado.

Vejamos os três tipos de processo de colheita e falas dos sujeitos entrevistados neste estudo:

Na colheita de tipo manual, o trabalhador pode colher os frutos maduros, escolhendo-os com as pontas dos dedos, derriçando-os no chão, em panos ou em peneiras. Vejamos a Ilustração 6.

### Ilustração 6 - Colheita Manual do Café Arábica



Fonte: Jeovana Nunes Ribeiro, 2014.

Na colheita semi-mecanizada, o apanhador de café utiliza as derriçadeiras portáteis ou tradicionais, derrubando os frutos de cada ramo em panos ou peneiras; e na mecanizada a colheita é feita com máquinas colhedoras automotrizes ou tracionadas por tratores, onde os frutos são alojados nas próprias máquinas<sup>36</sup> (CORTEZ, 2001).

---

<sup>36</sup> Ver ilustração 9.

É importante ressaltar que no método de colheita mecanizada muitos frutos caem no chão e ao final do processo, os trabalhadores rurais passam varrendo, manualmente, o café. Vejamos a fala das apanhadoras de café, entrevistadas em nosso estudo.

Só que agora, eles tão pondo máquinas. No ano de 2012, na fazenda que eu trabalho já teve a máquina, então nós panha (sic) onde a máquina não vira, aonde é uma ladeirinha e ela não consegue ir, aí nós vai e tira (sic) o café lá onde ela não consegue. Então, a máquina tá tirando o serviço do povo, a máquina colhedeira (sic) de café e fica todo mundo clamando (sic). E para 2014 meu patrão disse que vai vê se compra um varredor, se ele comprar esse varredor, ele disse que só vai precisar de dois ou três panhador (sic), aí nós pede (sic) a Deus que ele não compre. Esse ano, nós só vai varrer e banar (sic) o café, e se ele comprar esse varredor umas 10 pessoas ou mais vai ser dispensada (sic). A máquina que ele tem só panha (sic) o café e não varre e já tirou muita gente da panha, imagina se ele comprar o varredor, aí o que nós vai fazer? (sic). Agora, nós vai (sic) fazer só o trabalho que a máquina não faz. Mais Deus vai ajudar nós (sic). (TRABALHADORA N, 2014).

Chega na roça, tem pouco emprego, tem um monte de máquina colhendo café. É certo que elas não panha (sic) tudo, nem varre o chão, e nós fica (sic) com o trabalho que a máquina não consegue fazer, pegar o café que ficou na planta e varrer o café do chão, parece que nós é (sic) tudo descartado. (TRABALHADORA B, 2014).

Percebemos que aos trabalhadores rurais restou-lhes a tarefa de desenvolver o trabalho que a máquina não consegue, causando insatisfação entre eles. Observamos que mesmo insatisfeitos, desenvolvem o trabalho, pois não há o que fazer e precisam vender sua força de trabalho, precisam sobreviver. Neste sentido, são obrigados a aceitar as condições impostas.

Pós-colheita, ainda existe outro processo: o de secagem do café e de separação das impurezas. Neste processo, os apanhadores de café não operam, mas outros trabalhadores rurais, que trabalham na separação e secagem dos frutos. Todavia, se faz necessário ressaltar que não observamos o processo, mas encontramos nas fazendas, onde fomos fazer as últimas entrevistas com as trabalhadoras e, aproveitamos para tirar foto de um trabalhador rural, que não foi entrevistado em nosso estudo, espalhando o café no terreiro, desenvolvendo o processo. Vejamos a ilustração 7.

### Ilustração 7 - Processo de Secagem Manual do Café



Fonte: Jeovana Nunes Ribeiro, 2014.

Em nosso estudo, encontramos o processo manual de secagem e o que percebemos é que os frutos podem secar por inteiro, com as cascas, expostos em terreiros, enquanto que de forma mecanizada, os frutos são expostos em secadores<sup>37</sup>.

Retornando ao processo de colheita, as apanhadoras de café, relatam que:

Com as máquinas na panha ficou mais difícil, mais ainda tá dando pra tirar alguma coisa. Eu faço assim, vou panhar (sic) nas plantas que a máquina não passou ainda, e para me ajudar eu comprei uma mão mecânica que ajuda panhar (sic) o café. Então sou eu com minha máquina e o patrão com a máquina dele. Ele fica num lugar e eu no outro. Ainda faço o seguinte, quando eu vejo que numa fazenda não dá para tirar um bom dinheiro, eu vou pra outra e levo meu equipamento, levo minha mão mecânica, a gasolina para colocar nela, o pano, meu chapéu e panho (sic) meu café. Se não dá numa dá na outra fazenda. (TRABALHADORA D, 2014).

Com as falas das entrevistadas “N”, “B” e “D”, percebemos as estratégias que elas utilizam para continuarem inseridas na colheita de café, no trabalho precarizado e informal, onde elas estão inseridas sem nenhum tipo de vínculo empregatício, inclusive de contrato de safra. Concordamos com Druck (2011, p. 42) quando relata que essa é a “dinâmica da precarização social do trabalho”, onde homens e mulheres que vivem do trabalho, estão inseridos no novo contexto da flexibilização e precarização, “que se metamorfoseiam, assumindo novas dimensões e configurações”. O que temos hoje:

<sup>37</sup> Para melhor aprofundamento do assunto, sugerimos a leitura de Cortez (2001).

[...] não é mais o padrão da sociedade do pleno emprego, mas o de uma sociedade de desempregados e de formas precárias de trabalho, de emprego e de vida que passa a predominar também onde se tinha atingido um algo grau de desenvolvimento econômico e social, a exemplo dos países que tiveram as experiências dos Estados de Bem-Estar Social. (DRUCK, 2011, p. 43).

Analisando a diferença que existe no processo de trabalho entre as apanhadoras “N” e “B” da apanhadora “D”, encontramos a precarização das relações sociais de trabalho e a concorrência entre elas para se manter no trabalho, uma vez que a Trabalhadora “D”, se submeteu a comprar um equipamento mais sofisticado, para realizar a colheita semi-mecanizada e para tanto, investiu aproximadamente R\$ 2,000 (dois mil) na compra da “mão mecânica” ou derrigadeira, conforme ilustração abaixo, sem falar no combustível que a trabalhador compra para injetar no equipamento, que segundo ela: “[...] ajuda panhar (sic) e varrer o café, e só utiliza mais ou menos 1 litro de combustível a cada duas horas de trabalho.” (TRABALHADORA D, 2014).

#### **Ilustração 8 - Derrigadeira de café para colheita semi-mecanizada**



Fonte: Jeovana Nunes Ribeiro, 2014.

Druck (2009) expõe em sua pesquisa sobre a construção de indicadores da precarização do trabalho no Brasil seis tipos de precarização. Vejamos:

1. Das formas de mercantilização da força de trabalho - que produzem um mercado de trabalho heterogêneo e marcado por uma vulnerabilidade estrutural, configurando formas precárias de inserção dos trabalhadores, explícitas ou disfarçadas, em todos os setores, atividades e regiões, produzindo desestabilização dos trabalhadores estáveis com perda de direitos e vínculos, por um lado, e uma condição “provisória” de precarização que se torna permanente, de outro.

2. Do processo de construção das identidades individual e coletiva - a desvalorização e descartabilidade das pessoas aprofunda o processo de alienação e estranhamento do trabalho, radicalizando a coisificação das relações humanas e fragilizando as identidades individual e coletiva e a dimensão ética do trabalho, principalmente pela situação de desemprego estrutural.

3. Da organização e das condições de trabalho – ampliação do ritmo do trabalho, metas inalcançáveis, extensão da jornada, polivalência, rotatividade, multiexposição aos agentes físicos, químicos, ergonômicos e organizacionais conduzem à intensificação do trabalho, potencializada pelo desenvolvimento tecnológico da microeletrônica.

4. Das condições de segurança no trabalho - fragilização das condições de segurança no trabalho, diluição de responsabilidades entre estáveis e instáveis, precárias condições de trabalho implicam maior exposição a riscos e sujeição a condições aviltantes de aumento da produtividade, gerando precarização da saúde e da segurança no trabalho.

5. Das condições de representação e de organização sindical - aumento da fragilidade sindical e dos efeitos políticos da terceirização, que produz discriminação, pulverização e competição entre os próprios trabalhadores, enfraquecendo a representação política da classe trabalhadora.

6. A condenação e o descarte do Direito do Trabalho - Esse último tipo de precarização é acrescentado aos demais cinco conforme relata Druck (2009).

Neste contexto, percebemos com as palavras da autora Druck (2009) que:

Aplica-se [...], de forma generalizada, o que Marx e Engels elaboraram acerca da função política principal do “exército industrial de reserva”, qual seja: a de criar uma profunda concorrência e divisão entre os próprios

trabalhadores e, com isso, garantir uma quase absoluta submissão e subordinação do trabalho ao capital, como única via de sobrevivência para os trabalhadores. (DRUCK, 2011, p. 43).

Sobre a mecanização do café, temos que em 1973 o Instituto Agronômico de Campinas (IAC) realizou estudos e percebeu que era tecnicamente viável colher o café com máquina<sup>38</sup>. A partir dos estudos com a empresa Jacto Máquinas Agrícolas decidiu iniciar um programa de estudos e ampliar seu Departamento de Pesquisas e Desenvolvimento. Em 1974, o primeiro derriçador contínuo estava pronto para a derrubada dos grãos de café da planta. A primeira versão da colhedora K1, foi a campo para testes entre 1975 e 1976, e era acionada por trator. Em 1979, a empresa apresentou a sua terceira versão, K3, com motor próprio, sistema hidráulico de regulação de altura no modelo e outras inovações (JACTO, 2007).

A colheita mecanizada, do café, foi introduzida no Brasil, a partir da década de 1980 e permanece até o presente momento. Hoje existem diversas fábricas produzindo o maquinário, com parcerias com as Universidades e Instituições de apoio a pesquisa, inovando cada vez mais e avançando na exploração do café. Poderíamos pensar que a introdução da máquina contribui com o desemprego estrutural e promove a saída do homem, trabalhador, do campo, todavia se faz necessário ressaltar que quem retira o homem do campo não é a máquina, mas a forma como ela é utilizada.

O robô substitui a força de trabalho humano e por isso deveria aumentar o tempo livre dos trabalhadores. Com uma máquina para produzir, por que não diminuir a jornada de trabalho de todo mundo, mantendo o mesmo salário, já que a mesma quantidade de riqueza está sendo produzida? (LESSA; TONET, 2011, p. 82).

O desemprego estrutural é intrínseco ao sistema capitalista. O que a máquina faz é agravar esse quadro nas condições atuais de acesso a terra por parte de quem nela trabalha. Este fato, podemos confirmar no processo de colheita de café mecanizada, onde uma colhedora precisa de, apenas, um trabalhador rural

---

<sup>38</sup> A história da mecanização do café tem início com o imigrante japonês Shunji Nishimura, que veio para o Brasil na década de 1930, para apanhar café, ele era, apenas, um entre os milhares de japoneses a trabalhar na colheita de café no interior de São Paulo. Sua estatura era baixa e considerada frágil, não conseguia acompanhar o ritmo pesado de seus companheiros de trabalho. Para compensar a pouca estatura, resolveu improvisar uma ferramenta para facilitar seu trabalho, pela experiência profissional e “capacidade intelectual” (PORTAL NIPPOBRASIL, 2010).

colhendo o café. A máquina colhedora, dependendo de determinadas condições, tais como solo, pode realizar num dia de serviço o equivalente ao trabalho de 250 homens (SILVA et al, 2014).

### Ilustração 9 - Colhedoras de café K-3 e KTR para colheita mecanizada



Fonte: JACTO, 2014, online.

Analizamos a ilustração com a fala de Marx (2003) por concordarmos com o autor, quando ele relata que:

O capital faz o operário trabalhar, agora, não com a ferramenta manual, mas com a máquina que maneja os próprios instrumentos. Um primeiro exame põe em evidência que a indústria moderna deve aumentar extraordinariamente a produtividade do trabalho, ao incorporar as imensas forças naturais e a ciência ao processo de produção. (MARX, 2003, p. 443).

A pesquisa de Silva et al (2014) realizada na Universidade Federal de Lavras (UFLA), retrata a substituição do trabalho humano por máquinas

Um homem pode gerar em média uma potência de 0,1 cv<sup>39</sup>, o que corresponde a um décimo da potência de um animal de tração. Isso significa que um animal pode realizar o trabalho de 10 homens no mesmo intervalo de tempo. Comparando-se com a motomecanização e prevalecendo a mesma relação nominal de potência, pode-se sugerir que um implemento acionado por um trator de 50 cv de potência poderia realizar o trabalho de 500 homens. Na prática, essa relação não se verifica, visto que a potência do motor não pode ser totalmente transmitida para o implemento, e o implemento não é capaz de transformar em trabalho útil toda potência que recebe. Mesmo assim, considerando-se a eficiência do sistema mecanizado de 40%, o que é possível, tem-se o trabalho equivalente de 200 homens. (SILVA et al, 2014, p. 9-10).

<sup>39</sup> CV corresponde a Cavalos(s).

Lembramos que o estudo de Silva et al (2014, p. 10) nos passa a ideia de como a mecanização agrícola aumentou a produtividade e não o trabalho. Como falamos em linhas acima, o processo de mecanização ou a reestruturação produtiva em vez de ter contribuído com o tempo livre do trabalhador, agravou o desemprego e ajudou a promover o trabalho informal, uma vez que no trabalho rural “um homem operando uma máquina agrícola pode realizar trabalho equivalente a 50, 100 e até 200 homens, contribuindo significativamente para o desenvolvimento do processo produtivo” para o capital, com isto promove a desigualdade social e a flexibilização dos direitos, que para além de violados estão sendo eliminados. Acreditamos que a reestruturação produtiva agrava o processo de precarização do trabalho, que via informalidade, se acentua cada vez mais.

Por fim, elaboramos um quadro, com a fala de nossos entrevistados, relatando como eles vêem o trabalho rural, no café.

**Quadro 3 - Visão dos trabalhadores rurais sobre a colheita de café**

<b>Sujeito</b>	<b>Visão dos trabalhadores</b>
Trabalhadora "A"	“É um trabalho difícil, deveria ser mais valorizado. Só estou nele porque não tenho outra oportunidade.”
Trabalhadora "B"	“Deveria ter mais investimentos e incentivos por parte da administração pública a fim de melhorar as condições de trabalho do trabalhador do campo.”
Trabalhador "C"	“A colheita de café é uma opção razoável de fonte de renda.”
Trabalhadora "D"	“Ganho mais do que ganho no meu trabalho, para mim é um meio muito importante de trabalho, pois no período de colheita os sonhos afluem (sic), pois o dinheiro que ganho dá para comprar muitas coisas. A colheita de café é um bico de segurança.”
Trabalhador "E"	“Devemos valorizar o nosso cafezinho (sic), pois para muitos são apenas café, mas para nós trabalhador rural (sic), são alegria de ter o alimento de cada dia. Os trabalhador rural são (sic) pouco valorizado pelo sacrifício que faz todo dia. Muitos ganham bem, outros não ganham nada. São escravos, um trabalho arduo (sic) e cansativo.”
Trabalhador "F"	“É preciso dar mais valor no trabalhador rural. Eu já fui acidentado por uma máquina colhedeira (sic) de café e pouco se importaram comigo.”
Trabalhador "G"	“Que os patrões desse mais valor nos funcionários, pois o trabalho é escravo.”
Trabalhadora "H"	“É um trabalho duro, o trabalhador corre muito risco, tanto pelo transporte como por cobras, etc.”
Trabalhadora "I"	“Vichí, tem que ter amor pelo que faz. Só vá para lavoura de café se gostar porque o trabalho é sofrido, é escravo!”
Trabalhador "J"	“Patrão devia dar mais valor em nós, principalmente no meio de transporte que é em caminhão, sofremos muito no frio, é muito sofrimento, parece que somos escravos. Só falta bater no lombo.”
Trabalhadora "K"	“Não compensa é só uma ilusão. Uma coisa passageira e de muito sofrimento. Tipo escravo no campo.”

<b>Sujeito</b>	<b>Visão dos trabalhadores</b>
Trabalhador "L"	"Nem sei o que dizer, é tanto sofrimento, ainda tem um monte de máquina junto da gente."
Trabalhador "M"	"Tem que melhorar muito, ainda, tem muito sofrimento."
Trabalhadora "N"	"Só vá para panha de café se tiver amor pela roça. É muito sofrimento minha fia."
Trabalhador "O"	"É só para quem gosta de panha (sic) café, não é fácil."
Trabalhador "P"	"A panha de café é boa, dar mais dinheiro, mais sofre muito."
Trabalhador "Q"	"A sobrevivência aqui em Campo Belo é o café, o café é uma riqueza no Brasil, sofrer nós sofre (sic), mais quem não sofre trabalhando? E o café dar dinheiro."
Trabalhadora "R"	"É sofrido demais, o bom do café é que lá a gente faz amizade."
Trabalhador "S"	"É um emprego certo, mais é sofrido. Mais a gente acostuma. É muito bom, ajuda bastante."
Trabalhador "T"	"É sofrido, mais não tem outra coisa, então tem que vir pro (sic) café."

Fonte: Jeovana Nunes Ribeiro, 2014.

Percebemos que todos os trabalhadores sentem a superexploração do trabalho, mas não conseguem compreender o porquê dela, todavia, entendemos que o nível de esclarecimento é precário, tendo em vista a falta de oportunidade escolar, de leitura, entre outras questões que alienam a classe trabalhadora. Aproveitamos para relatar neste espaço que 90% dos nossos entrevistados frequentaram, apenas, o ensino fundamental (1º ao 9º ano) e que muitos não chegaram a concluir nem o 4º ano; 5% tem o ensino médio (1º ao 3º ano) e os outros 5% se inserem no quadro de analfabetos.

Os trabalhadores relataram que apanhar café é um trabalho sofrido e fazem analogia ao trabalho escravo. Percebemos que eles se sentem obrigados a retornar para o trabalho na lavoura cafeeira no período de colheita, pois não há outra oportunidade de trabalho onde eles possam receber uma melhor remuneração. Neste sentido, fazem a opção de regressar ao café porque "recebem melhor, recebem um pouco mais na colheita", segundo a fala de nossos entrevistados.

Questionamos aos trabalhadores se eles recebem algum tipo de benefício social e a resposta foi unânime: "não".

A maior evidência que os trabalhadores rurais não buscam as políticas sociais enquanto forma de sobrevivência pós-ciclos, mesmo com a existência do benefício social: Programa Bolsa Família (PBF) é porque nenhum de nossos entrevistados tem acesso ao programa, tendo em vista o caráter da seletividade e

condicionalidade, bem como, a qualquer outro tipo de benefício social, uma vez que não há política social que atenda esse segmento da classe trabalhadora e em termos de seguro desemprego, eles não têm direito, haja vista que estão desprovidos dos direitos que comprovem a condição de trabalhadores, pois não tem nenhum tipo de vínculo empregatício que atenda as condicionalidades ou o direito ao seguro desemprego.

#### 4.5 Estrutura fundiária de Campo Belo-MG

Para verificarmos a estrutura fundiária do município, primeiro, entramos em contato com a EMATER de Campo Belo para em seguida, entrarmos em contato com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Baseado no cadastro de imóveis rurais do ano de 2014, Costa (2014) nos passou a seguinte informação: que “o valor do módulo rural do município de Campo Belo é 30 hectares (ha)” e, nos forneceu os seguintes dados sobre os imóveis do município:

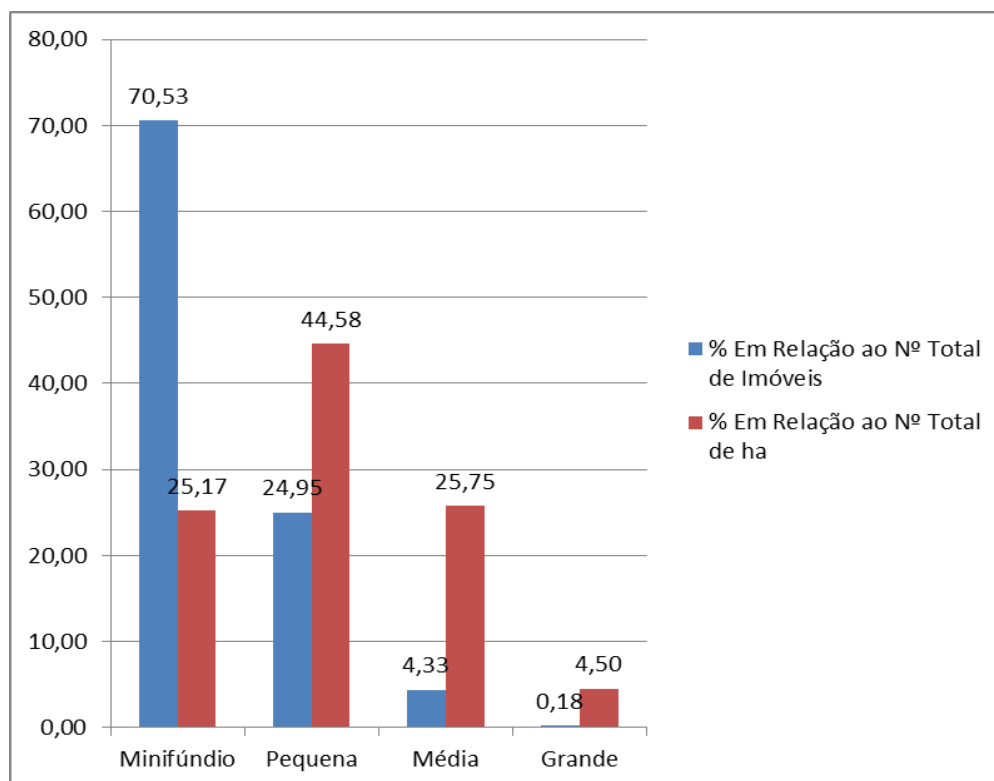
**Quadro 4 - Estrutura Fundiária de Campo Belo em 2014**

<b>Estrutura Fundiária</b>	<b>Número de imóveis</b>	<b>Total em ha</b>
Minifúndio	1.156	12.873,6819 ha
Pequena	409	22.801,0389 ha
Média	71	13.167,2022 ha
Grande	3	2.302,1222 ha

Fonte: COSTA, 2014.

A partir dos dados fornecidos por Costa (2014) sobre a estrutura fundiária do município elaboramos um gráfico para analisar o estrato da estrutura fundiária do município de Campo Belo-MG correlacionando a porcentagem do número total de imóveis comparativamente a porcentagem da área total em hectare ocupada de acordo com a classificação do estrato do município. Também foi construído outro gráfico para observação da área média por estrato. Vejamos:

**Gráfico 2 - Correlação entre o percentual de imóveis versus número total de imóveis e área total em ha da estrutura fundiária de Campo Belo-MG**



Fonte: Jeovana Nunes Ribeiro, 2014.

No Gráfico 2 observamos que:

- A estrutura fundiária de Campo Belo é composta na sua grande maioria de minifúndio e pequena propriedade com mais de 95% do número total de imóveis.

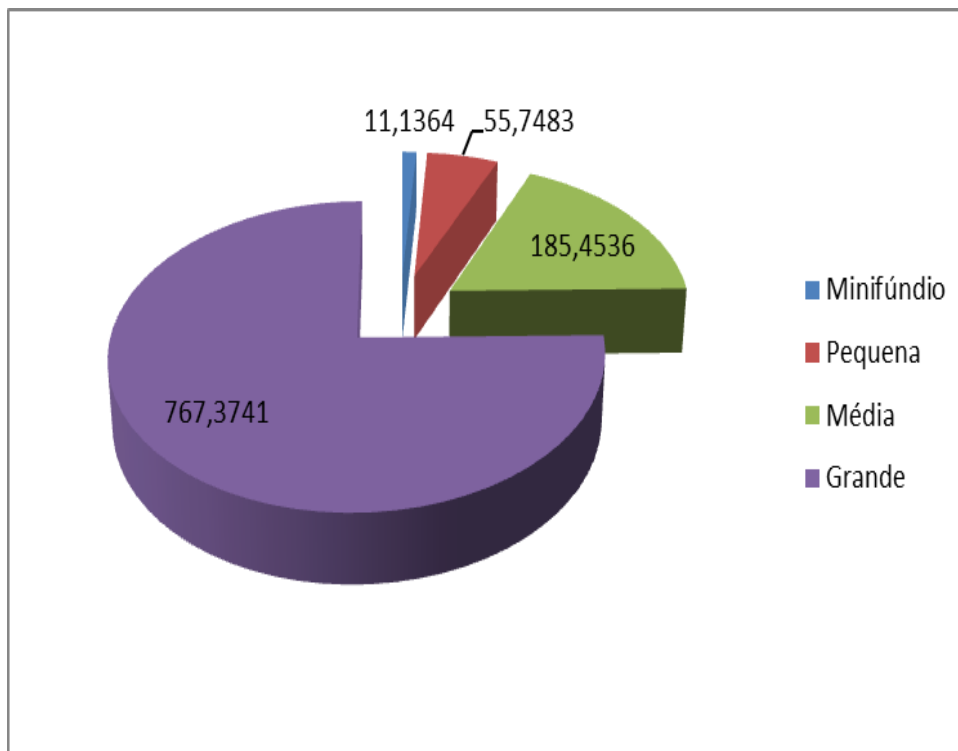
- Embora mais de 70% das propriedades de Campo Belo sejam classificadas como minifúndio a área ocupada pelos seus proprietários corresponde apenas a 25% do total de ha.

- A terra está concentrada nas mãos de pequenos proprietários, tendo em vista que menos de 25% de pequenas propriedades ocupam, aproximadamente, 45% da área total em ha.

- Outro fato que chama atenção é que um pequeno número de imóveis classificados como média propriedade, aproximadamente 4,5%, ocupa uma área equivalente a destinada ao minifúndio, aproximadamente 25% cada uma, ou seja, poucos proprietários da média propriedade ocupam uma área bastante significativa, equivalente a área ocupada pelos muitos proprietários de minifúndios.

Vejam os Gráficos 3, abaixo, sobre a área média por estrato:

**Gráfico 3 - Área média em hectares por estrato em Campo Belo-MG**



Fonte: Jeovana Nunes Ribeiro, 2014.

O Gráfico 3 mostra que em média o minifúndio na cidade de Campo Belo possui 11,1364ha; a pequena propriedade apresenta em média um tamanho de 55,7483ha, a média propriedade apresenta em média 185,4536ha e a grande propriedade apresenta em média 767,3741ha.

Percebemos que a grande propriedade está nas mãos de poucos proprietários, apenas três, contudo a área ocupada pela grande propriedade é pouco significativa em relação à área total do estrato no município, menos de 5%.

Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2014), nos mostra que o café é cultivado nas suas várias modalidades e, certamente, todos os estabelecimentos produzem café.

Nos fala o Engenheiro Agrônomo da EMATER (2014) que, o que prevalece na colheita de café entre os pequenos proprietários do município pesquisado é o “caráter da ajuda, onde um pequeno agricultor contribui com o outro na colheita, para colher, ter café na sua mesa e vender um pouco” ou para atender a

demanda do mercado global, vendendo a sua mercadoria: café, aos atravessadores que tem o papel de repassá-la ao mercado de commodities.

Ressaltamos também que os dados que conseguimos são imprecisos e não nos permite fazer uma análise da produção cafeeira por tamanho de propriedade. O que temos é a fala do Engenheiro Agrônomo que, na realidade, faz uma classificação mais empírica das propriedades. Vejamos:

Nós temos registrado aqui na EMATER 1.840 (um mil, oitocentos e quarenta) **pequenos produtores**, que corresponde a **80% da produção de café em Campo Belo**; **20% são os médios e grandes produtores**, mas a **distribuição em hectares, ainda, não temos o valor exato por produtores**. (ENGENHEIRO AGRÔNOMO DA EMATER, 2014, grifo nosso).

Junto a EMATER do município de Campo Belo-MG, obtivemos a informação que a produção de café está distribuída entre 2.200 (dois mil e duzentos) produtores rurais, da seguinte maneira: 80% são pequenos produtores, incluindo os minifúndios, e os 20%, estão distribuídos entre os médios e grandes produtores.

Assim, temos outro pressuposto: o número de pequenos produtores rurais que registrado na EMATER é composto pelos parceiros e ou meeiros, que são registrados no Sindicato do Trabalhador Rural e não possuem terras, mas fazem contratos de parcerias com os proprietários e para se inserir nos programas da EMATER levam seus contratos, a fim de ser beneficiados pelos programas. Lembramos que:

Os associados do sindicato são meeiros, parceiros ou pequenos proprietários, **os parceiros e meeiros, não são proprietários**, ou seja, nem sempre tem terras plantáveis, mas realizam contratos de meação ou de parceria para trabalhar nas terras das outras pessoas e fazem suas plantações, colhem e vendem. Aqui tem muito disso, ou melhor, a maioria de nossos associados se insere nessa condição. (SECRETÁRIA DO SINDICATO DO TRABALHADOR RURAL, 2014, grifo nosso).

De acordo com os dados fornecidos por Costa (2014), a área dos estabelecimentos agropecuários corresponde a 51.144,05ha. A partir da pesquisa que realizamos no IBGE identificamos que o município de Campo Belo tem 58.222,50ha de área total, desta área, 3.850ha correspondem à plantação e colheita de café arábica no município, conforme mostra a Tabela 1 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2013).

**Tabela 1 - Produção Agrícola Municipal - Lavoura Permanente: Café Arábica e Canephora/Robusta em Campo Belo**

Café (em grão) Arábica - Área colhida	3.850 hectares
Café (em grão) Arábica - Área destinada à colheita	3.850 hectares
Café (em grão) Arábica - Quantidade produzida	4.620 toneladas
Café (em grão) Arábica - Rendimento médio	1.200 quilogramas por hectare
Café (em grão) Arábica - Valor da produção	29.647 mil reais

Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2013.

Na tabela 1, aparece, apenas, a produção agrícola do café arábica, enquanto que na tabela 2, abaixo, temos o número de estabelecimentos agropecuários com plantações de café robusta e arábica.

**Tabela 2 - Estabelecimentos em Campo Belo, com pés de café**

Produtos da lavoura permanente - Café arábica em grão (verde) - Número de estabelecimentos agropecuários com mais de 50 pés existentes em 31/12	402 Unidades
Produtos da lavoura permanente - Café arábica em grão (verde) - Quantidade produzida nos estabelecimentos agropecuários com mais de 50 pés existentes em 31/12	2.785 Toneladas
Produtos da lavoura permanente - Café arábica em grão (verde) - Valor da produção dos estabelecimentos agropecuários com mais de 50 pés existentes em 31/12	10.379 Mil Reais
Produtos da lavoura permanente - Café canephora (robusta, conilon) em grão (verde) - Número de estabelecimentos agropecuários com mais de 50 pés existentes em 31/12	22 Unidades
Produtos da lavoura permanente - Café canephora (robusta, conilon) em grão (verde) - Quantidade produzida nos estabelecimentos agropecuários com mais de 50 pés existentes em 31/12	163 Toneladas
Produtos da lavoura permanente - Café canephora (robusta, conilon) em grão (verde) - Valor da produção dos estabelecimentos agropecuários com mais de 50 pés existentes em 31/12	588 Mil Reais

Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2013.

Com as Tabelas 1 e 2, observamos que a produção e comercialização do café arábica tem predomínio nas propriedades do município.

Segundo relata o ENGENHEIRO AGRÔNOMO DA EMATER (2014) existem outros produtos plantados nas fazendas do município, tais como milho, arroz, feijão, mas o que prevalece na cultura agrícola são a plantação e colheita de café, todavia, os produtores optam pelo café arábica, pelas características da planta que facilita o manuseio, enquanto que o café robusta é de manuseio mais difícil:

A produção de café robusta é mais para mesa do produtor, do agricultor familiar, tendo em vista que a colheita desta planta é mais complicada, a planta de café robusta cresce muito e dificulta a colheita, só quem realmente gosta desse tipo de café é que planta, na verdade, poucas fazendas ou poucos produtores tem esse tipo de café aqui no município. (ENGENHEIRO AGRÔNOMO DA EMATER, 2014).

De acordo com a fala dos nossos entrevistados, bem como, de moradores da cidade, praticamente todos os estabelecimentos rurais do município produzem café. Neste sentido, acreditamos que a área da grande propriedade pertence aos maiores produtores de café que detém 767,3741ha, todavia, não confirmamos essa informação, pois como falamos temos, apenas, depoimentos orais.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O mundo do trabalho na contemporaneidade vivencia uma rede de transformação cuja complexidade conseguimos desvendar a partir da perspectiva histórico-dialética, por isso, esboçamos no Capítulo 1, desta tese, o caminho que percorremos para alcançar os resultados da pesquisa, tendo como fio norteador o método Marxista, por entendermos que as pesquisas na área do serviço social devem ser realizadas sob a teoria social de Marx, tendo em vista o direcionamento do nosso projeto profissional e por acreditarmos que ela nos permite a leitura crítica, dinâmica e histórica da sociedade burguesa.

Nesse estudo, fizemos o percurso histórico das transformações ocorridas no processo de transição do Brasil agroexportador para urbano-industrial, no Capítulo 2, trazendo as transformações de ordem econômica e social. Traçamos a história do Brasil monocultural e a exploração da mão-de-obra, bem como relatamos o processo migratório dos trabalhadores em busca de emprego e sobrevivência frente à superexploração do sistema capitalista.

Vimos em nosso estudo que desde 1727 a cultura do café foi inserida no Pará, todavia, para consumo próprio, passou para o Maranhão e por volta de 1760 foi para o Rio de Janeiro, a fim de ser comercializada e se espalhou pela Baixada Fluminense e pelo Vale do Paraíba. Durante o período da república velha (1889-1930) a cultura cafeeira expandiu-se pelo Estado de São Paulo e Minas Gerais, e, o que observamos é que junto com a cultura do café, expande-se a imigração. Como nos lembra Silva (1999), o café expandiu-se, geograficamente, e trouxe grandes contingentes de imigrantes.

Observamos que o tempo histórico da cultura cafeeira no Brasil não acompanhou o tempo histórico dos demais países, todavia, os processos de exploração da mão-de-obra são semelhantes, como nos lembra Marx (2010), o trabalho humano foi substituído pelo trabalho de aço e o que restou aos trabalhadores foi a opção de migrar ou deslocar-se em condições incertas e sem qualquer proteção, para outras cidades em condições precárias de trabalho e sobrevivência.

Druck (2011, p. 48-49) relata em seus estudos a construção de indicadores da precarização do trabalho no Brasil e apresenta seis grandes tipos de precarização, dentre elas, três vieram ao encontro de nosso estudo e nos chamou atenção. Vejamos:

O “segundo tipo de precarização: intensificação do trabalho e terceirização” - que fala da ampliação do ritmo e metas do trabalho e extensão da jornada, tendo em vista que percebemos nos depoimentos dos sujeitos entrevistados em nosso estudo que eles têm uma vida voltada, apenas, para o trabalho, onde a rotina começa às 05:00 (manhã) e finaliza ao anoitecer. Lembramos que a jornada de trabalho não se refere, apenas, ao horário de atividade, mas desde o deslocamento de casa ao trabalho. Diante da maquinaria, introduzida na colheita de café, os apanhadores tendem a “competir” com os demais colegas e com a própria máquina, de forma que há relatos em nosso estudo, onde uma apanhadora diz que “eu vou aonde a máquina não vai”.

O “terceiro tipo de precarização social: insegurança e saúde no trabalho” – encontramos em nosso estudo a falta de uso dos EPIs, exposição ao sol, picadas de insetos e isto retrata a fragilização das condições de segurança no trabalho, bem como as precárias condições de trabalho que implicam numa maior exposição aos riscos e sujeição a condições aviltantes de aumento da produtividade, que gera doenças e insegurança no trabalho precarizado; e o “sexto tipo de precarização social do trabalho: a condenação e o descarte do Direito do Trabalhador” – em nosso estudo confirmamos a flexibilização dos direitos, violação e desrespeito, de forma que os direitos sociais e trabalhistas são “descartados”, com uma forte tendência a regressão e aceitação, por imposição, uma vez que a não aceitação, por parte do trabalhador rural, nas condições impostas reflete na naturalização do trabalhador problemático entre os demais proprietários de terras e este trabalhador não consegue se inserir noutra fazenda como trabalhador rural, carregando o estigma de problemático e questionador.

Embora, nosso estudo não tivesse o foco na saúde do trabalhador, procuramos mencioná-la, tendo em vista que situações de adoecimento e picadas de insetos foram relatadas pelos trabalhadores, além de percebermos que os empregadores violam os direitos dos seus funcionários, no que se refere a extensa jornada de trabalho, que ocasiona uma grande sobrecarga, provoca o cansaço físico e mental, conseqüentemente, o adoecimento. Lembramos que os fazendeiros/empregadores não fornecem os equipamentos de segurança individual, para uso do trabalhador, que poderia evitar maiores prejuízos para saúde e acidentes de trabalho. Neste sentido, não poderíamos deixar de mencionar esta

situação em nosso estudo, mas almejamos que este estudo possa contribuir com outras pesquisas na região e na colheita de café.

Percebemos no Capítulo 3, que as configurações da relação capital/trabalho passam por variadas mudanças com a finalidade de superexplorar os trabalhadores e isto não se difere na cultura do café, que está sempre em aperfeiçoamento, a partir das crises cíclicas do capital, que no viés da globalização financeira dos capitais e sistemas de produção se apoiam na tecnologia de informação frente à mundialização do capital, promovem expressivas mudanças nas formas de organização e gestão do trabalho. Neste sentido, concordamos com Antunes (2005b) quando relata que decorre desse processo a existência de amplos contingentes de trabalhadores flexibilizados, informalizados, precarizados, desprotegidos de direitos e desprovidos de organização coletiva.

O percurso histórico que fizemos sobre a luta por direitos sociais vem desde a década de 1920. O trabalho na colheita de café sempre foi um trabalho árduo, precarizado e de exploração da classe trabalhadora, todavia, agravou-se com a modernização da agricultura, quando a colheita mecanizada, adentrou no processo produtivo do cafezal, a fim de atender a mundialização do capital.

Neste sentido, concordamos com Druck (2011, p. 37) quando relata que: “A precarização social do trabalho é um novo e um velho fenômeno, por que é diferente e igual, por que é passado e presente e por que é um fenômeno de caráter macro e microsocial”, assim como, lembramos-nos dos estudos de Marx (2003, p. 443), principalmente, quando relata que foi com a máquina que aumentou extraordinariamente a produtividade do trabalho e a lucratividade, “ao incorporar as imensas forças naturais e a ciência ao processo de produção.”

Além de superexplorar “[...] as máquinas aumentaram, certamente, o número dos abastados ociosos”, por se tratar dum instrumento de trabalho que em vez de contribuir com o descanso, liquida o trabalhador do trabalho (MARX, 2003, p. 427).

Com a fala de nossos entrevistados compreendemos as estratégias que eles utilizam para sobreviver com a máquina no campo e o quanto eles ficam revoltados com “esse instrumental de trabalho, a maquinaria” como nos lembra Marx (2003, p. 492).

Pontuamos em nosso estudo alguns momentos de crises vivenciadas pelo sistema capitalista, que incentivaram as mudanças tecnológicas e a

modernização da agricultura, onde, a política de modernização agrícola foi defendida, principalmente, pelas grandes empresas ligadas ao ramo agroindustrial, frente à mundialização do capital.

No Capítulo 4, discorreremos sobre as mudanças ocorridas no Brasil e as conquistas consagradas na Constituição democrática da década de 1980, mas que a partir da década de 1990 seguiu a lógica do projeto neoliberal, tendo em vista o “novo” processo de acumulação capitalista implantado nos países da Europa e Estados Unidos, tendo como ideologia os novos padrões de acumulação flexível e a lógica do mercado global.

A partir do movimento real, partimos para compreender a dinâmica do trabalho, que segundo Kosik (2011, p. 13), precisamos “tratar a coisa em si”, dialeticamente, para chegar a sua compreensão. Lembrando que a realidade não se apresenta ou não se manifesta imediatamente, mas exige a destruição da pseudoconcreticidade. É preciso analisar e compreender teoricamente a realidade, num constante movimento de ir e vir.

Partimos da perspectiva singular para a perspectiva de totalidade, tendo como categoria de análise o trabalho rural na colheita de café, que do ponto de vista da totalidade, compreendemos “[...] a dialética da lei e da causalidade dos fenômenos, da essência interna e dos aspectos fenomênicos da realidade, das partes e do todo, do produto e da produção.” (KOSIK, 2011, p. 41).

Na análise do real, a perspectiva de totalidade permite apreender a imbricação das diversas particularidades naquilo que define o movimento e a constituição do real. A prioridade ontológica do trabalho não estabelece hierarquias gnosiológicas, apenas define o trabalho como elemento a partir do qual a realidade humana é construída: sem ele não haveria sociedade. (SANT’ANA, 2012, p. 204).

A característica que nos chamou atenção nos trabalhadores rurais, de nosso estudo, é que todos tem origem migratória ou são filhos e netos de migrantes. Hoje, a maioria se desloca da cidade para o campo em busca de trabalho, principalmente, no período de colheita de café, assim como, observamos que para sobreviver no período sazonal os trabalhadores desenvolvem trabalhos precários na cidade e permanecem na condição de superexplorados pelo capital, quando encontram trabalho.

Concordamos com Marx (2003) quando afirma que as máquinas aumentaram, no mundo do trabalho, os “abastados ociosos” e o “exército industrial de reserva”, pois nosso estudo vem confirmar a concorrência entre os próprios trabalhadores, uma vez que não há emprego para todos, na colheita de café, principalmente, depois que o maquinário de produção substituiu o trabalho vivo pelo morto, restando-lhes a ociosidade ou a precarização das relações de trabalhos temporários, na condição de superexplorados.

Concordamos com Lessa e Tonet (2011, p. 115) quando relatam que “o capitalismo leva a desumanidades cada vez mais brutais” e com Marx (2010, p. 63, grifo do autor) quando relata que “[...] os economistas afirmam, que os operários tornados desnecessários pelas máquinas encontram *novos* ramos de ocupação”, equivocadamente, pois, percebemos em nosso estudo que a maioria dos trabalhadores rurais são lançados à rua como “trabalhadores supérfluos”, desnecessários no período sazonal da colheita de café e não conseguem se inserir em novos ramos ou em um novo trabalho, com isto, passam a depender da família ou fazem uma economia para aguardar a próxima safra, muitas vezes sem direito ao lazer ou a continuidade na formação profissional, tendo em vista a falta de recursos financeiros, por parte do trabalhador, ou, ausência duma política direcionada a educação de qualidade, afinal, nosso estudo revela que 90% dos sujeitos não chegaram a concluir nem o 4º ano; 5% tem, apenas, o ensino médio (1º ao 3º ano) e os outros 5% se inserem no quadro de analfabetos.

Percebemos que os trabalhadores “desnecessários” do trabalho rural, ficam a mercê de seus familiares ou duma política pública de assistência social que não atende a este segmento. Como exemplo o PBF e quando atende, nos lembra Sant’Ana (2012, p. 202), “[...] a sua identidade de trabalhador é negada, [...] e a sua situação de espoliado pelo capital fica subsumida pelo cidadão usuário da política pública.” Todavia, lembramos que nenhum de nossos entrevistados se enquadram nas condicionalidades deste programa. Aproveitamos para lembrar que 80% dos entrevistados desenvolvem trabalho informal, precarizado, flexível, desprovido de direitos sociais e trabalhistas, onde na verdade deveriam ser acobertados pelos seus direitos e não descartados.

A política pública que de fato poderia ser um instrumento emancipatório e que vai ao encontro do interesse deste trabalhador é a reforma agrária. Esta o governo não a executa como deveria: as poucas ações nesta área

efetivam-se como políticas de assentamentos destinadas a conter os conflitos gerados na luta pela terra. (SANT'ANA, 2012, p. 202).

Os trabalhadores rurais ganham por produção e acabam vendendo sua força de trabalho por um salário injusto, que, muitas vezes, não atende as condições mínimas de sobrevivência. Esta situação foi encontrada nos depoimentos expostos no decorrer desta tese e de forma explícita nos três quadros: 1, 2 e 3, que retratam a realidade do trabalhador rural da colheita de café, bem como a visão que eles têm sobre o trabalho sazonal.

As entrevistas realizadas com os funcionários das instituições MTE, EMATER e Sindicato do Trabalhador Rural, tiveram como finalidade responder as inquietações, oriundas do contato com os trabalhadores rurais, bem como para dar maior clareza aos dados colhidos no estudo, evitando, desta forma, questionamentos duvidosos.

Percebemos que a fiscalização é precária, não há fiscal do trabalho na agência do município e a regional onde é feita a denúncia fica a 120km de Campo Belo, obedecendo, ainda, uma tabela de prioridade. O fiscal se desloca ao município, apenas, quando recebe uma denúncia, via telefone ou escrita, que pode ser feita pelo próprio trabalhador rural ou pelo sindicato dos trabalhadores. Todavia, é notório que o sindicato dos trabalhadores não se posiciona neste sentido, pois se coloca como parceiro dos proprietários de terra e procura amenizar os conflitos sociais, assim sendo, não faz denúncias nem ao MTE, nem a Justiça do Trabalho ou Ministério Público, alegando inclusive desconhecimento da realidade social posta.

No depoimento da secretária do sindicato dos trabalhadores rurais, bem como nos depoimentos dos trabalhadores percebemos que não há interesse, por parte do trabalhador, em filiar-se ao sindicato, tendo em vista que os benefícios ofertados são pouquíssimos e a organização sindical não os representa na luta por melhores condições de trabalho e direitos sociais, tendo em vista que a atuação do sindicato é na perspectiva de parceria.

No capítulo dos resultados analisamos o trabalho rural frente à reestruturação produtiva e política neoliberal. Encontramos uma verdadeira violação de direitos e desrespeito ao trabalhador rural; compreendemos os impactos causados pela modernização da agricultura no trabalho e como os trabalhadores veem o trabalho na colheita de café, analisamos superficialmente a estrutura fundiária do município e percebemos que a grande propriedade está nas mãos de

poucos proprietários, apenas três, contudo a área ocupada pela grande propriedade é pouco significativa em relação à área total do estrato no município, menos de 5% e que a estrutura fundiária de Campo Belo é composta na sua grande maioria de minifúndio e pequena propriedade com mais de 95% do número total de imóveis.

Do contato que tivemos com o representante da EMATER percebemos que a fala do Engenheiro Agrônomo, na realidade, faz uma classificação mais empírica das propriedades o que não nos permitiu uma análise mais aprofundada da produção cafeeira por tamanho de propriedade. Não foi possível investigar o tipo de propriedade na qual os sujeitos estão envolvidos, neste sentido, não tratamos a diferença no trabalho quanto aos tipos de estabelecimentos, assim como não foi possível analisar a situação do meeiro e do pequeno produtor, que fazem contratos de parcerias com outros proprietários por não possuir terras, o que abre um leque de questões para investigações futuras.

No trabalho rural a perda do emprego é agravada pelo processo de reestruturação produtiva, que adentrou na colheita do café e assola aos trabalhadores, assim como pela reconversão da produção. Muitas fazendas estão passando pelo processo de substituição do café por outra mercadoria que viabiliza o processo de mecanização e contribui com a lucratividade do capital, o que significa dizer que mais trabalhadores rurais serão desligados do trabalho, que embora precarizado, contribui com estes, na perspectiva do ganho, mesmo que mínimo e isto tem deixado os trabalhadores rurais do município preocupados, por não saber onde poderão trabalhar, o quê fazer para conter esta situação, nem com quem contar para lutar contra a situação de desemprego estrutural.

A reconversão na colheita de café contribui com o aumento do desemprego, o mercado informal, a superexploração, e conseqüentemente, com a precarização extrema do trabalhador, que sente a necessidade de migrar dum lugar para outro em busca de trabalho para sobreviver, diante da situação de desemprego, que em nível geral é fruto das relações capitalistas ou da mundialização do capital.

Por fim, percebemos que há muito o quê se pesquisar no trabalho rural, na colheita de café, ou seja, nesta temática que ora apresentamos, assim, registramos que não temos pretensão de encerrar nosso estudo com essas considerações finais, mas que sirva como um auxílio de base para pesquisas vindouras.

## REFERÊNCIAS

ALENCAR, Chico; CARPI, Lucia; RIBEIRO, Marcus Venicio. **História da sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Livro Técnico, 1994.

ALMEIDA, Isis. **O regime de trabalho temporário**. São Paulo: Saraiva, 1977.

ALVES, Francisco José da Costa. **Modernização da agricultura e sindicalismo: lutas dos trabalhadores assalariados rurais da região canavieira de Ribeirão Preto**. 1991. 362 f. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1991.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE CAFÉ. **Consumidor: história: o café no Brasil**. Rio de Janeiro, [2009a]. Disponível em: <<http://www.abic.com.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=38>>. Acesso em: 8 nov. 2013.

\_\_\_\_\_. **Programas ABIC: programa de qualidade do café: qualidade do café**. Rio de Janeiro, [2009b]. Disponível em: <<http://www.abic.com.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=68>>. Acesso em: 7 jun. 2014.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2005a.

\_\_\_\_\_. Dimensões da crise e as metamorfoses do mundo do trabalho. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 17, n. 50, p. 78-86, abr. 1996.

\_\_\_\_\_. **O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005b.

\_\_\_\_\_. **O que é sindicalismo**. 13. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

\_\_\_\_\_. **Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.

ASSIS, Valdemí. Tragédia no Sul da Bahia. Seis mortos e mais de 200 feridos que seguiam para os cafezais em Minas Gerais. **Calila Notícias**, [Salvador], 25 maio 2012. Disponível em: <<http://www.calilanoticias.com/2012/05/tragedia-no-sul-da-bahia-onze-mortos-e-mais-de-200-feridos-que-seguiam-para-os-cafezais-em-minas-gerais.html>>. Acesso em: 26 maio 2012.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE REFORMA AGRÁRIA. Qual é a questão agrária atual? **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, São Paulo, v. 34, n. 2, p. 16-34, jul./dez. 2007.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. São Paulo: Cortez, 2003.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Política social no capitalismo tardio**. São Paulo: Cortez, 2002.

BIAR, Renato Prata. **O trabalho livre não é livre**. 7 jan. 2009. Disponível em: <<http://textolivre.com.br/artigos/12869-o-trabalho-livre-nao-e-livre--texto-revisto-e-ampliado>>. Acesso em: 1 abr. 2014.

BIBLIOTECA MARXISTA DIGITAL. **Temas**: história do movimento operário brasileiro: o movimento operário brasileiro: das origens ao Estado Novo. Disponível em: <[http://www.pco.org.br/biblioteca/socialista/ver\\_texto.php?txt=192](http://www.pco.org.br/biblioteca/socialista/ver_texto.php?txt=192)>. Acesso em: 7 jun. 2014.

BONFIM, Benedito Calheiros. Justiça do trabalho: extinção ou manutenção. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DOS ADVOGADOS: Justiça: Realidade e Utopia, 17, 1999, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1999.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto consolidado até a Emenda Constitucional nº 10 de 04 de março de 1996. Brasília, DF: Senado Federal, 2013.

\_\_\_\_\_. Lei 11.770, de 9 de setembro de 2008. Cria o Programa Empresa Cidadã, destinado à prorrogação da licença-maternidade mediante concessão de incentivo fiscal, e altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 10 nov. 2008. Seção 1. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/Decreto/D7052.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/Decreto/D7052.htm)>. Acesso em: 19 ago. 2014.

\_\_\_\_\_. Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997. Institui o Código de Trânsito Brasileiro. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo Brasília, DF, 24 set. 1997. Seção 1. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10600462/artigo-230-da-lei-n-9503-de-23-de-setembro-de-1997>>. Acesso em: 19 ago. 2014.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei 926, de 10 de outubro de 1969. Institui a Carteira de Trabalho e Previdência Social, altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho e do Estatuto do Trabalhador Rural, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo Brasília, DF, 13 out. 1969. Seção 1. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1965-1988/Del0926.htm#art2](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del0926.htm#art2)>. Acesso em: 20 set. 2014.

BRAZ, Marcelo; TEIXEIRA, Joana Barata. O projeto éticopolítico do Serviço Social. In: CFESS. ABEPSS. (Org.). **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília, DF, 2009.

BUAINAIN, Antônio Márcio; DEDECCA, Claudio Salvadori. Introdução: emprego e trabalho na agricultura brasileira. In: \_\_\_\_\_.; \_\_\_\_\_. (Coord.). **Emprego e trabalho na agricultura brasileira**. Brasília, DF: IICA, 2009. (Desenvolvimento rural e sustentável, v. 9).

CANÊDO, Letícia Bicalho. **A classe operária vai ao sindicato**. São Paulo: Contexto, 1996.

CARDOSO, Franci Gomes. A pesquisa na formação profissional do assistente social: algumas exigências e desafios. **Caderno ABESS**, São Paulo, n. 8, p. 27-32, 1998.

CARDOSO, Isabel Cristina da Costa et al. Proposta básica para o projeto de formação profissional: novos subsídios para o debate. **Cadernos ABESS**, São Paulo, n. 7, p. 15-57, 1997.

CASTEL, Roberto. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

CASTILLO, Ricardo. Sustentabilidade, globalização e desenvolvimento. In: OLIVEIRA, Piñon de Oliveira et al. (Org.). **O Brasil, a América Latina e o mundo**: espacialidades contemporâneas. Rio de Janeiro: Anpege : Clacso : Faperj : Lamparina, 2008.

CASTILLO, Ricardo; FREDERICO, Samuel. Dinâmica regional e globalização: espaços competitivos agrícolas no território brasileiro. **Mercator**, Fortaleza, v. 9, n. 18, p. 17-26, jan./abr. 2010.

CENTRO DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DO CAFÉ. **Mapa do Brasil com localização das regiões cafeeiras, arábica e conilon**. [2014]. Disponível em: <<http://www.cetcaf.com.br/informacoes%20gerais/mapacafesbrasil.jpg>>. Acesso em: 7 jun. 2014.

CHADE, Jamil. Desemprego deve voltar a crescer no Brasil. **Estadão**, São Paulo, 21 jan. 2013. Economia. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,desemprego-deve-voltar-a-crescer-no-brasil-alerta-oit,141369e>>. Acesso em: 18 ago. 2014.

CHESNAIS, François. **Uma nova fase do capitalismo?** São Paulo: Xamã, 2003.

\_\_\_\_\_. Mundialização: o capital financeiro no comando. **Outubro**, São Paulo, n. 5, p. 7-28, 2001.

\_\_\_\_\_. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã. 1996.

CONTRIM, Gilberto. **História geral**: Brasil e geral. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Terra para nossa liberdade. **CFESS Manifesta**, Brasília, DF, p. 1-2, abr. 2012.

CORTEZ, José Guilherme. **Efeito de espécies e cultivares e do processamento agrícola e industrial nas características da bebida do café**. 2001. 71 f. Tese (Doutorado em Fitotecnia) - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2001.

COSTA, Márcio. **Estrutura fundiária do município de Campo Belo**. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <jeovana.nunes@gmail.com> em 19 set. 2014

DELGADO, Guilherme Costa. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio**: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012). Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2012.

DRUCK, Graça. Trabalho, precarização e resistência: novos e velhos desafios? **Caderno CRH**, Salvador, n. 1, p. 37-57, 2011.

ELEIÇÕES BRASIL. **Eleições Campo Belo**—MG. [S.l.], 2014. Disponível em <<http://www.eleicoesbrasil.org/eleicoes/campo-belo-mg>>. Acesso em: 2 ago. 2014.

FILETTO, Ferdinando; ALENCAR, Edgard. Introdução e expansão do café na região sul de minas gerais. **Organizações Rurais & Agroindustriais**: Revista de Administração da UFLA, Lavras, v. 3, n. 1, p. 1-10, jan./jun. 2001.

FREDERICO, Samuel. **O novo tempo do cerrado**: expansão dos fronts agrícolas e controle do sistema de armazenamento de grãos. 2009. 273 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

\_\_\_\_\_. Imperativo das exportações e especialização agrícola do território brasileiro: das regiões competitivas à necessidade de regiões cooperativas. **Revista Geografia**, Rio Claro, v. 37, p. 5-18, 2012.

\_\_\_\_\_. Lógica das commodities, finanças e cafeicultura. **Boletim Campineiro de Geografia**, Campinas, v. 3, n. 1, p. 97-116, 2013.

FREITAS, Eduardo. **Globalização**. [2014]. Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/geografia/globalizacao.htm>>. Acesso em: 20 ago. 2014.

FREITAS, Vladimir Passos de. Critérios para criação de varas e comarcas. **Consultor Jurídico**, São Paulo, 1 nov. 2009 Disponível em <<http://www.conjur.com.br/2009-nov-01/segunda-leitura-criterios-criacao-varas-comarcas>> Acesso em: 2 ago. 2014.

GASPARETTO JUNIOR, Antonio. **Política do Café com Leite**. 20 jan. 2010. Disponível em: <<http://www.historiabrasileira.com/brasil-republica/politica-do-cafe-com-leite/>> Acesso em: 7 jun. 2014.

GORZ, André. **Misérias do presente, riqueza do possível**. São Paulo: Annablume. 2004.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Luíz Sérgio Henrique Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. v. 4.

GRANEMANN, Sara. O processo de produção e reprodução social: trabalho e sociabilidade. In: CFESS. ABEPSS. (Org.). **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília, DF, 2009.

GRAZIANO NETO, Francisco. **Questão agrária e ecologia**: crítica da agricultura moderna. São Paulo: Brasiliense, 1985.

GUERRA, Yolanda. A dimensão investigativa no exercício profissional. In: CFESS. ABEPSS. (Org.). **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília, DF, 2009.

\_\_\_\_\_. **A instrumentalidade do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2005.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Estado, classes trabalhadoras e política social no Brasil. In: BOSCHETTI, Ivanete (Org.). **Política social no capitalismo**: tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2008a.

\_\_\_\_\_. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

\_\_\_\_\_. Questão social no capitalismo. **Temporalis**, Brasília, DF, ano 3, n. 3, p. 9-32, 2001.

\_\_\_\_\_; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 14. ed. São Paulo: Cortez, 1982.

\_\_\_\_\_. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

\_\_\_\_\_. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008b.

IANNI, Otávio. **A formação do Estado populista na América Latina**. São Paulo: Ática, 1989.

\_\_\_\_\_. **A ideia do Brasil moderno**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Canais**: banco de dados: cidades@: Minas Gerais: Campo Belo. 2014. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?codmun=311120&search=minas-gerais%7Ccampo-belo%7Cinfograficos:-dados-gerais-do-municipio&lang>> Acesso em: 23 mai. 2014

\_\_\_\_\_. **Produção agrícola municipal 2012**. Rio de Janeiro, 2013.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Radar Social**. Brasília, DF, 2005.

JACTO entrega milésima colhedora durante a Expocafé 2007. **Cafeicultura**: A Revista do Agronegócio Café, Patrocínio, 20 jun. 2007. Disponível em:

<<http://www.revistacafeicultura.com.br/index.php?tipo=ler&mat=11032>>. Acesso em 18 ago. 2014.

JACTO. **Colhedora e adubadoras Jacto**. Disponível em: <<http://br.viarural.com/agricultura/pulverizacao-acessorios/jacto/colhedoras-adubadoras/default.htm>>. Acesso em: 18 ago. 2014.

KAGEYAMA, Ângela; SILVA, José Graziano. **A dinâmica da agricultura brasileira**: do complexo Rural aos Complexos Agroindustriais. Campinas: Ed. UNICAMP, 1987.

KAMEYAMA, Nabuco. A trajetória da produção de conhecimentos em Serviço Social: avanços e tendências. **Caderno ABESS**, São Paulo, n. 8, p. 33-76, 1998.

KEYNES, John Maynard. **Teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Nova Cultura, 1988.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. **Introdução a filosofia de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

LIMA, Airton Souza de. Caio Prado Jr. e a polêmica “feudalismo-capitalismo”: pela desconstrução de consensus. **Aurora**, Marília, ano 2, n. 3, p. 70-79, dez. 2008.

LOPES, Renato. **Maiores produtores de café do mundo**. Rio de Janeiro, 24 mar. 2011. Disponível em: <<http://melhoresmaiores.com.br/119/maiores-produtores-de-cafe-do-mundo->>. Acesso em: 26 maio 2012.

LOURENÇO, Edvania Angêla de Sousa. O mundo do trabalho adocece. **Revista da RET**, Marília, ano 2, n. 3, p. 1-36, 2008.

LUCKESI, Cipriano Carlos et al. **Fazer universidade**: uma proposta metodológica. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Nova Cultura, 1982.

MARANGONI, Gilberto. Anos 1980, década perdida ou ganha? **Desafios do Desenvolvimento**, São Paulo, ano 9, ed. 72, 15 jun. 2012. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2759:catid=28&Itemid=23](http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2759:catid=28&Itemid=23)>. Acesso em: 17 jul. 2014.

MARCUSE, Herbert. **Razão e revolução**. Tradução de Marília Barroso. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARSIGLIA, Regina Maria Giffone. Orientações básicas para a pesquisa. In: MOTA, Ana Elizabete et al. (Org). **Serviço Social e saúde**: formação profissional e trabalho profissional. São Paulo: OPAS : OMS : Ministério da Saúde, 2006.

MARTINE, George; GARCIA, Ronaldo Coutinho (Org.). **Os impactos sociais da modernização agrícola**. São Paulo: Caetés, 1987.

\_\_\_\_\_. **Tendências recentes da distribuição espacial da população brasileira**. Seminário sobre a questão migratória no Brasil, migrações internas e ação do Estado. Brasília, DF: CNPq : SEPLAN, 1981.

MARTINELLI, Maria Lúcia. Uma abordagem socioeducacional. In: \_\_\_\_\_.; ON, Maria Lúcia Rodrigues; MUCHAIL, Salma Tannus (Org.). **O uno e o múltiplo nas relações entre as áreas do saber**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso**: ensaios de sociologia da história lenta. São Paulo: Hucitec, 1994.

\_\_\_\_\_. **A chegada do estranho**. São Paulo: Hucitec, 1993.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

\_\_\_\_\_.; \_\_\_\_\_. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

\_\_\_\_\_. **Capítulo inédito de O Capital**: resultados do processo de produção imediata. São Paulo: Moraes, 1985.

\_\_\_\_\_. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

\_\_\_\_\_. **O capital**: crítica da economia política. 26. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. L. 1. v. 2.

\_\_\_\_\_. **O capital**: crítica da economia política. 21. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. L. 1. v. 1.

\_\_\_\_\_. **O capital**. São Paulo: Abril Cultural, 1984a. L. 2.

\_\_\_\_\_. **O método da economia política**. São Paulo: Ática, 1984b.

\_\_\_\_\_. **Trabalho assalariado e capital**: salário, preço e lucro. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MESZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 24. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

MINAS GERAIS. Lei Complementar nº 59, de 18 de janeiro de 2001. Contém a organização e a divisão judiciárias do Estado de Minas Gerais. **Diário Oficial dos Poderes do Estado de Minas Gerais**, Belo Horizonte, 19 jan. 2001. Disponível em:

<[http://ftp.tjmg.jus.br/info/pdf/?uri=/aviso/divisao\\_judiciaria/lc\\_59\\_consolidado.pdf](http://ftp.tjmg.jus.br/info/pdf/?uri=/aviso/divisao_judiciaria/lc_59_consolidado.pdf)>. Acesso em: 7 jun. 2014.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Contrato de safra**: manual. Brasília, DF: MTE: SIT, 2002. Disponível em: <[http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/Repositorio/contrato\\_de\\_safra\\_000fky1rgw802wyiv80kwakft14jpp0g.pdf](http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/Repositorio/contrato_de_safra_000fky1rgw802wyiv80kwakft14jpp0g.pdf)>. Acesso em: 29 abr. 2014.

\_\_\_\_\_. Norma Regulamentadora de Segurança e Saúde no Trabalho na Agricultura, Pecuária Silvicultura, Exploração Florestal e Aquicultura – NR 31. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 4 mar. 2005. Disponível em: <[http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BE914E6012BF91BAE4A6A38/p\\_20050303\\_86.pdf](http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BE914E6012BF91BAE4A6A38/p_20050303_86.pdf)>. Acesso em: 1 abr. 2014.

\_\_\_\_\_. Portaria Nº 384, de 19 de junho de 1992. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 19 junho 1992. Seção 1. Disponível em: [http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BE914E6012BEA1B6D051C6C/p\\_19920619\\_384.pdf](http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BE914E6012BEA1B6D051C6C/p_19920619_384.pdf)>. Acesso em: 29 abr. 2014

\_\_\_\_\_. Secretária de Inspeção do Trabalho. Instrução Normativa nº 76, de 15 de maio de 2009. Dispõe sobre procedimentos para a fiscalização do trabalho rural. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 maio 2009. Seção 1. Disponível em: <[http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BD96D6A012BE3B944BF24D6/in\\_20090515\\_76.pdf](http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BD96D6A012BE3B944BF24D6/in_20090515_76.pdf)>. Acesso em: 1 abr. 2014.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2007.

\_\_\_\_\_.; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social**. São Paulo: Cortez, 2010.

MOTA, Ana Elizabete. **Cultura da crise e seguridade social**: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90. São Paulo: Cortez, 2005.

PAIDA, Zenilda. Trabalhador rural. **Conteúdo Jurídico**, Brasília, DF, 24 abr. 2012. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.36550&seo=1>>. Acesso em: 20 maio 2014.

PAULO NETTO, José. A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: MOTA, Ana Elizabete et al. (Org.). **Serviço Social e saúde**: formação profissional e trabalho profissional. São Paulo: OPAS : OMS : Ministério da Saúde, 2006.

\_\_\_\_\_. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001a.

\_\_\_\_\_. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. São Paulo: Cortez, 1993.

\_\_\_\_\_. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise social no Brasil pós-64. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001b.

PAULO NETTO, José. FHC e a política social: um desastre para as massas trabalhadoras. In: LEBASUPIN, Ivo (Org). **O desmonte da nação: balanço do governo FHC**. Petrópolis: Vozes, 1999.

\_\_\_\_\_. Introdução ao método da teoria social. In: CFESS. ABEPSS. (Org.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, DF, 2009.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens de nossa época**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e serviço social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

PORTAL NIPPOBRASIL. **O legado de Shunji Nishimura**. 2010. Disponível em: <<http://www.nippobrasil.com.br/campo/historia/historia551.php>>. Acesso em: 7 jun. 2014.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

\_\_\_\_\_. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

RIBEIRO, Marlene. **Movimento camponês, trabalho e educação: liberdade, autonomia, emancipação: princípios/fins da formação humana**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

RIBEIRO, Sydney Itauran. Agronegócio do Café no Pará. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DO AGRONEGÓCIO DO CAFÉ NA AMAZÔNIA, 1., 2002, Porto Velho. **Anais...** Porto Velho: EMBRAPA, 2003.

ROCHA, Osiris. **Manual prático do trabalho rural**. São Paulo: Saraiva, 1998.

RODI, Roci. **As folhas pretas do café: histórias de muito frio**. [Blogger Apredências] 28 jun. 2011. Disponível em: <[http://rocirodi.blogspot.com.br/2011\\_06\\_01\\_archive.html](http://rocirodi.blogspot.com.br/2011_06_01_archive.html)>. Acesso em: 8 ago. 2014

RURAL BR. Notícias Agrícolas. **Commodities**. 27 jan. 2010. Disponível em: <<http://www.noticiasagricolas.com.br/educacional/mercado-futuro/44200-commodities.html>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

SANDALJ, Vincenzo; ECCARDI, Fulvio; QUENTAL, Raffaella de Filippis. **O café: ambientes e diversidade**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

SANT'ANA, Raquel Santos. **Trabalho bruto no canavial: questão agrária, assistência e serviço social**, 2012.

\_\_\_\_\_. **Trabalhar é preciso, viver não é preciso: a desumanização do trabalho no corte da cana-de-açúcar e o Serviço Social**. 2009. Tese (Livre Docência) -

Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2009.

SANT’ANA, Raquel Santos; SILVA, José Fernandes Silveira da. O método na teoria social de Marx: e o Serviço Social? **Temporalis**, Brasília, DF, ano 13, n. 25, p. 181-203, jan./jun. 2013.

SANTOS, Cláudia Mônica. **Na prática a teoria é outra?** mitos e dilemas na relação entre teoria, prática, instrumentos e técnicas no Serviço Social. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

\_\_\_\_\_. Sociedade e espaço: a formação social como categoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 54, p. 81-100, 1977.

SILVA, Fábio Moreira da et al. **Colheita do café mecanizada e semimecanizada.** Disponível em: <<http://www.ebah.com.br/content/ABAAABd2IAB/colheita-cafe>>. Acesso em: 18 ago. 2014.

SILVA, José Graziano da. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura.** São Paulo: Hucitec, 1981.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do fim do século.** São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1999.

SINDICATO DA INDÚSTRIA DE CAFÉ DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Tipos de Café.** 2005-2009. Disponível em <<http://sindicafe-mg.com.br/plus/modulos/conteudo/?tac=tipos-de-cafe>>. Acesso em: 26 maio 2012.

SOUZA, José Gilberto de. **Questão de método:** a homogeneização do território rural paulista. 2008. Tese (Livre-Docência) - Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias, Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”, Jaboticabal, 2008.

TAVARES, Maria Augusta. Acumulação, trabalho e desigualdades sociais. In: CEFSS. ABEPSS. (Org.). **Serviço Social:** direitos sociais e competências profissionais. Brasília, DF, 2009.

TEIXEIRA, Jodenir Calixto. Modernização da agricultura no Brasil: impactos econômicos, sociais e ambientais. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros**, Três Lagoas, v. 2, n. 2, ano 2, p. 21-42, set. 2005.

TONET, Ivo. Cidadania ou emancipação humana. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, n. 44, jan. 2005. Disponível em: <<http://espacoacademico.wordpress.com/2012/05/26/cidadania-ou-emancipacao-humana/>>. Acesso em: 8 nov. 2013.

TURCO, Patricia Helena Nogueira et al. Trajetória da pesquisa cafeeira no Brasil – 1932 a 2012. In: CONGRESSO DA SOBER, 51., 2013, Belém. **Anais...** Belém: Ed. UFPA, 2013.

VALLADARES, Licia. Cem anos pensando a pobreza (urbana) no Brasil. In: BOSCHI, Renato R. (Org.). **Corporativismo e desigualdade: a construção do espaço público**. Rio de Janeiro: Rio Fundo : Ed. IUPERJ, 1991.

VERAS, Dauro. **Café do Brazil: o sabor amargo da crise**. Florianópolis: Agnus, 2002.

## APÊNDICES

## APÊNDICE A - Roteiro de entrevista semiestruturada aplicado ao trabalhador rural

### 1 IDENTIFICAÇÃO

1.1 Nome: \_\_\_\_\_

1.2 Cor: \_\_\_\_\_

1.3 Qual a sua idade? \_\_\_\_\_

1.4 Estado civil? \_\_\_\_\_

1.5 Sua origem (sempre morou aqui, veio de onde e qual o motivo de sua vinda?)

1.6 Qual a sua escolaridade?

( ) 1º grau - ensino fundamental ( 1º ao 9º ano). Qual série? \_\_\_\_\_.

( ) 2º grau - ensino médio ( 1º ao 3º ano).Qual ? \_\_\_\_\_.

( ) 3º grau - ensino superior completo, incompleto ou cursando? \_\_\_\_\_

### 2 PROCESSO DE TRABALHO

2.1 Com quantos anos você começou a trabalhar e em que atividade?

2.2 Como você iniciou o trabalho nas fazendas de café?

2.3 Há quantos anos você trabalha na colheita de café?

2.4 Em que fazenda você trabalha e há quanto tempo você trabalha nesta fazenda?

2.5 Você tem contrato de trabalho, com carteira assinada, ou prestação de serviço?

- Se for carteira de trabalho assinada responda: Desde o primeiro dia de trabalho ela foi assinada? Por quê?

2.6 Qual a sua jornada de trabalho?

2.7 Como é o seu trabalho na colheita? Fale sobre.

2.8 Nas fazendas tem refeitório? Como você faz para se alimentar no trabalho?

2.9 Depois da refeição você tira alguns minutos para descansar? Por quê?

2.10 Há banheiros para os trabalhadores? ( ) Sim. ( ) Não.

- Se a resposta foi SIM: Há limpeza nos banheiros?

- Se a resposta foi NÃO: Como vocês fazem para usar o banheiro?

2.11 Em caso de acidente de trabalho ou picada de insetos, há atendimento médico na fazenda de café? \_\_\_\_\_. Qual o procedimento?

2.12 Em relação ao salário, fale como se dá o pagamento do seu salário, se é mínimo ou valor da cesta de café?

2.13 Você recebe o material para trabalhar ou você compra por conta própria? Por quê?

2.14 Porque você trabalha na colheita de café. Qual o motivo?

### 3 CONDIÇÕES DE VIDA E ACESSO A POLÍTICA SOCIAL

3.1 Fale sobre sua moradia:

( ) Alugada, qual o valor do aluguel? \_\_\_\_\_

( ) Cedida/emprestada. Fale sobre \_\_\_\_\_

( ) Própria. E você fez reforma: Não( ) Sim( ) como conseguiu recurso para isso, foi o café que te ajudou?

\_\_\_\_\_  
( ) Outros. Qual? \_\_\_\_\_

3.2 Fale sobre sua composição familiar: Quantas pessoas reside em sua casa e qual o nível de parentesco? \_\_\_\_\_

3.3 Fora o seu salário você tem outra fonte de renda? Qual?

\_\_\_\_\_

3.4 Você recebe algum benefício de transferência de renda? Qual e fale sobre?.

\_\_\_\_\_

3.5 Você recebe ou já recebeu auxílio doença. Por quê?

\_\_\_\_\_

3.6 Você recebe algum tipo de aposentadoria? Qual? Fale sobre, inclusive se tem revisão.

\_\_\_\_\_

3.7 No período de frutificação (entressafra) do café como fica sua vida profissional.

( ) Trabalha noutro lugar. Qual?

( ) Recebe algum benefício. Qual?

( ) Recebe seguro desemprego. Quantas parcelas?

Fale como você sobrevive nesse período?

\_\_\_\_\_

3.8 O que você tem a falar sobre a colheita de café, maquinário de produção, colegas de trabalho ou outra coisa?

\_\_\_\_\_

3.9 Você tem alguma história ou momento que marcou/motivou o seu trabalho na colheita de café? Fale sobre:

\_\_\_\_\_

3.10 Se você tivesse a oportunidade de deixar algum recado ou mensagem sobre o trabalho rural o que você deixaria?

\_\_\_\_\_

**APÊNDICE B - Roteiro de entrevista semiestruturada aplicado ao chefe da Agência do Ministério do Trabalho e Emprego**

- 1) Como funciona a fiscalização no município de Campo Belo?
- 2) O fiscal do trabalho sai dessa agência ou de outra? De onde vem o fiscal para realiza a fiscalização?
- 3) Quanto tempo leva entre a denúncia e o atendimento, no sentido de tempo para que o MTE encaminhe o fiscal do trabalho até a fazenda para que ele possa realizar a fiscalização?
- 4) O MTE trabalha em parceria com o sindicato do trabalhador rural na fiscalização?

**APÊNDICE C - Roteiro de entrevista semiestruturada aplicado ao engenheiro agrônomo da EMATER**

- 1) Quantos produtores de café existem no município?
- 2) Como está distribuída a produção entre pequeno, médio e grande produtor?
- 3) Qual o módulo rural do município?
- 4) Como está distribuída a terra em hectares entre os produtores do município?
- 5) Qual a cultura da agricultura no município?

**APÊNDICE D - Roteiro de entrevista semiestruturada aplicado à secretária do sindicato**

1. Desde quando o sindicato existe no município de Campo Belo e como o funciona?
2. Qual o valor da contribuição e quais serviços são ofertados ao trabalhador rural?
3. Quem são os associados deste sindicato ou que tipo de trabalhador rural?
4. Sobre o café, quem são os produtores de café do município?
5. Sobre os direitos trabalhistas como funciona a justiça do trabalho. Existe junta do trabalho no município?
6. O sindicato auxilia aos trabalhadores rurais nos processos trabalhistas. Fale sobre.

## **ANEXOS**

**ANEXO A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**

NOME DO PARTICIPANTE: \_\_\_\_\_  
 DATA DE NASCIMENTO: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_. IDADE: \_\_\_\_\_  
 DOCUMENTO DE IDENTIDADE: TIPO: \_\_\_\_\_ Nº \_\_\_\_\_ SEXO: M ( ) F ( )  
 ENDEREÇO: \_\_\_\_\_ Nº \_\_\_\_\_  
 BAIRRO: \_\_\_\_\_ CIDADE: \_\_\_\_\_ ESTADO: \_\_\_\_\_  
 CEP: \_\_\_\_\_ FONE: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_.

Eu, \_\_\_\_\_,  
 declaro, para os devidos fins ter sido informado verbalmente e por escrito, de forma suficiente a respeito da pesquisa: \_\_\_\_\_. O projeto de pesquisa será conduzido por \_\_\_\_\_, do curso \_\_\_\_\_, orientado pela Prof(a). Dr(a) \_\_\_\_\_, pertencente ao quadro \_\_\_\_\_ da Unesp Franca-SP. Estou ciente de que este material será utilizado para apresentação de: \_\_\_\_\_, observando os princípios éticos da pesquisa científica e seguindo procedimentos de sigilo e discricção. O estudo será realizado a partir de um questionário com partes dissertativas e objetivas; em hipótese alguma haverá risco de exposição pessoal; que o entrevistado pode consultar os pesquisadores responsáveis em qualquer época, pessoalmente, por telefone ou e-mail, para esclarecimento de qualquer dúvida; que será livre para, a qualquer momento deixar de participar da pesquisa sem que seja preciso apresentar justificativas para isso; que todas as informações serão atribuídas no resultado da pesquisa, mantendo sigilo do entrevistado; que não existe quaisquer benefícios ou direitos financeiros sobre os eventuais resultados decorrentes da pesquisa; que esta pesquisa é importante para o estudo e vem a contribuir com os trabalhadores rurais. Declaro que fui esclarecido sobre os propósitos da pesquisa, os procedimentos que serão utilizados e riscos e a garantia do anonimato e de esclarecimentos constantes, além de ter o meu direito assegurado de interromper a minha participação no momento que achar necessário.

Franca, de de .

\_\_\_\_\_  
 Assinatura do participante

\_\_\_\_\_  
 Pesquisador Responsável:

Tel:

E-mail:

\_\_\_\_\_  
 Orientador:

Tel:

E-mail:

**ANEXO B - Parecer do Comitê de Ética**

FACULDADE DE CIÊNCIAS  
HUMANAS E SOCIAIS - UNESP  
- CAMPUS DE FRANCA

**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP****DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

**Título da Pesquisa:** O TRABALHO RURAL E A SAZONALIDADE DO CAFÉ

**Pesquisador:** Jeovana Nunes Ribeiro

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 22847014.7.0000.5408

**Instituição Proponente:** Faculdade de Ciências Humanas e Sociais- Unesp - Campus de Franca

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

**DADOS DO PARECER**

**Número do Parecer:** 578.369

**Data da Relatoria:** 26/03/2014

**Apresentação do Projeto:**

O projeto se apresenta de acordo com normas científicas.

**Objetivo da Pesquisa:**

São exequíveis e claros.

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Mesmo havendo riscos, a pesquisadora busca cuidados relativos aos mesmos.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

-

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

-

**Recomendações:**

-

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

-

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Endereço:** Av. Eufrasia Monteiro Petraglia, 900

**Bairro:** Jd. Antonio Petraglia

**CEP:** 14.409-160

**UF:** SP

**Município:** FRANCA

**Telefone:** (16)3706-8723

**Fax:** (16)3706-8724

**E-mail:** comiteetica@franca.unesp.br

FACULDADE DE CIÊNCIAS  
HUMANAS E SOCIAIS - UNESP  
- CAMPUS DE FRANCA



Continuação do Parecer: 578.369

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

**Considerações Finais a critério do CEP:**

O colegiado acata o parecer do relator.

FRANCA, 02 de Abril de 2014

*Helen Barbosa Raiz Engler*

P/

Assinador por:

Helen Barbosa Raiz Engler  
(Coordenador)

**Endereço:** Av. Eufrasia Monteiro Petraglia, 900

**Bairro:** Jd. Antonio Petraglia

**CEP:** 14.409-160

**UF:** SP

**Município:** FRANCA

**Telefone:** (16)3706-8723

**Fax:** (16)3706-8724

**E-mail:** comiteetica@franca.unesp.br